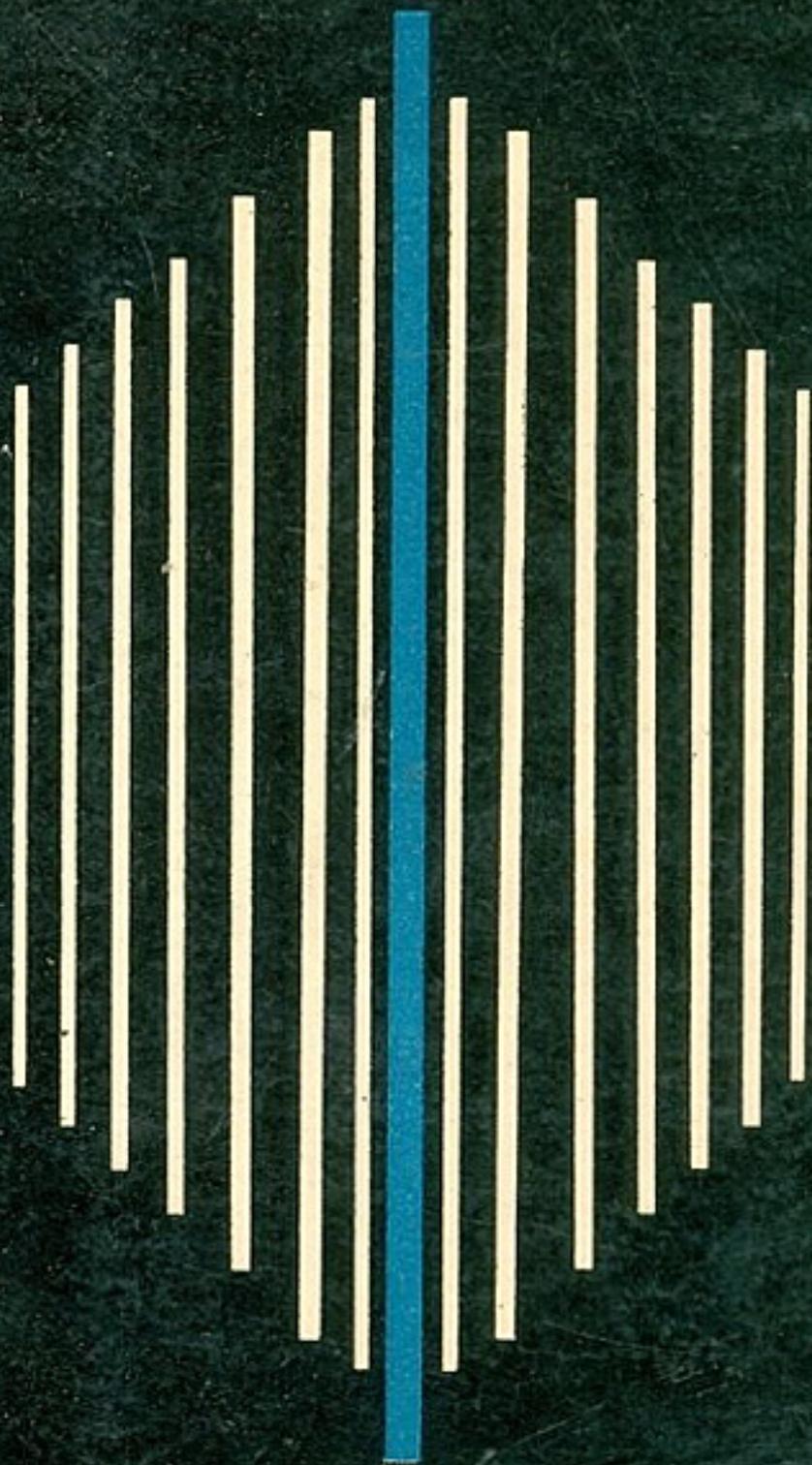


MONISMO

PIETRO UBALDI



MONISMO

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe do *ebook espírita* com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo.

Sobre nós:

O *ebook espírita* disponibiliza conteúdo de domínio publico e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento espírita e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: www.ebookespírita.org.



www.ebookespírita.org

PENSAMENTOS

Autor: Pietro Ubaldi
Tradução: Vasco de Castro Ferraz

ÍNDICE

Primeira Parte

COMO ORIENTAR A PRÓPRIA VIDA

- Introdução — Orientação
- I — Princípio da Retidão
 - II — A Lei do Retorno
 - III — Um Novo Estilo de Vida. O Método do Respeito Recíproco
 - IV — Um Novo Tipo de Moral
 - V — As Posições do Indivíduo Perante a Lei
 - VI — Análise das Forças da Personalidade e o Conhecimento do Futuro. O Fim das Guerras
 - VII — O Futuro Estado Orgânico Unitário da Humanidade
 - VIII — Por que se Vive, as Trajetórias Erradas e a Técnica de Sua Correção
 - IX — O Problema da Delinqüência
 - X — A Fabricação do Técnico, do Produto, e do Consumidor
- Conclusão

Segunda Parte

ANÁLISE DOS CASOS VERIDICOS

- Introdução — Orientação
- I — Diálogo Com as Leis da Vida
 - II — A Nova Ética
 - III — A Técnica do Fenômeno
 - IV — Primeiro Caso
 - V — Segundo Caso
 - VI — Terceiro Caso
 - VII — Quarto Caso
 - VIII — Quinto, Sexto e Sétimo Caso

- IX — O Novo Tipo de Exame de Consciência
X — Como Fazer Um Novo Exame de Consciência
Conclusão

Primeira Parte

Como Orientar a Própria Vida

INTRODUÇÃO - ORIENTAÇÃO

A finalidade deste livro é oferecer, sobretudo aos jovens, um modo de orientar-se na vida, autodirigindo-se depois de ter entendido seu funcionamento. Procuramos estabelecer um diálogo baseado na inteligência, sinceridade e boa vontade.

Usamos este método, aconselhando-o ao leitor, por que é de seu interesse usá-lo. Cremos seja vantajoso para todos eliminar o velho, fatigante e contraproducente sistema dos atritos entre contrários. Não nos fazemos de preceptor que exige obediência, nem de distribuidor de sabedoria para menores ignorantes que nada sabem fazer, senão aceitar as sugestões. Aqui não existe autoridade imposta e por isso nada a contestar.

Aqui procura-se apenas explicar, a quem interessa compreender, como realmente funciona a vida, a fim de que cada um, se o quiser, comporte-se de um modo mais racional, portanto mais vantajoso, menos ilógico e de menor dano. Explica-se, ainda, que ninguém pode constranger outrem a fazer isso ou aquilo, e que se deve respeitar a sua liberdade. Explica-se, também, que não se pode impedir as conseqüências das boas ou más ações praticadas por ele. Em suma, deve-se compreender que existe uma realidade inevitável, pela qual, quando não se vive em estado de ordem e disciplina, deve-se sofrer os conseqüentes danos, porque esta é a lei da vida que subsiste, mesmo depois de destruída toda autoridade humana. Explicaremos, assim, que se deve ser honesto e prudente, não pelo fato de que esta ou aquela autoridade humana o impõe e pelo medo de sanções punitivas com que ela nos ameaça.

Este é o velho sistema. O novo, que aqui seguimos, não se baseia na imposição forçada, mas na livre aceitação derivada da convicção. E esta convicção é exatamente a que nos propomos alcançar com a demonstração racional e positiva, baseada em fatos. É por isto que nos pomos em posição de diálogo, isto é, de paridade perante o leitor. Como se vê, o problema é solucionado por um princípio completamente diverso do passado, exatamente aquele que as jovens estão hoje inaugurando e que corresponde às suas condições de vida modificadas, devidas à maturidade que a homem está para atingir.

A vida é uma série de problemas a serem resolvidos. Como resolvê-los? Antigamente vigorava o método do comando, adaptado à fase infantil da humanidade. Devia-se obedecer cegamente. Por que? Porque assim tinha Deus falado. Aqui a mente humana estacava, porque era incapaz de avançar sozinha. Hoje ela sabe andar um pouco mais à frente e pergunta: mas por que falou Deus assim? O adulto discute a autoridade, mas reconhece-lhe a valor se ela serve à vida: obedece, se está convencido de que seja útil e justa. Não basta comandar, é necessário justificar o próprio direito ao

comando.

O leitor dirá: mas eu não creio em Deus! Não tem importância. Pedimos apenas observar os fatos que nos mostram como funciona a vida. É pueril pensar que o crer ou não crer em nossas filosofias ou religiões possa modificar tal realidade. Ora, esse funcionamento contínuo, concreto, experimentalmente controlável, mostra-nos de forma racional a presença de conceitos diretivos sem os quais o fato positivo de tal funcionamento não se pode realizar. Eis que cada um pode verificar essa presença de princípios e que eles são antepostos à manutenção de uma ordem. Quem ama, crê, verá neles Deus; quem é ateu, deverá admitir que a presença deles, ainda que negando Deus. Diga-se que, na prática, afirmar ou negar sua presença não altera nada, porque todos obedecem àquelas leis, sejam de qualquer religião, ou não.

Não entramos na teoria geral de tal funcionamento da vida, o que nos levaria muito longe, e disso tratamos amplamente alhures. Aqui queremos ser fáceis e práticos; permanecemos, portanto, ligadas à realidade exterior, aquela que mais tocamos com as mãos. Quem quiser aprofundar o conhecimento de tais problemas, enfrentando-os em seus aspectos mais vastos e longínquos e analisando-os em seus pormenores, poderá encontrar tudo isso nos demais livros já publicados.

Entremos na matéria.

De nossa forma mental e estrutura da personalidade, de nossa escolha e conduta depende o modo pelo qual cada um constrói a própria vida e o seu próprio destino. Primeiro semeamos e depois colhemos. A relação causa-efeito é evidente. A vida é um laboratório onde encontramos os mais variados instrumentos e ingredientes. Nós os escolhemos e depois os manipulamos, como melhor nos parece, cada um a seu modo.

Grande parte deste trabalho é preestabelecido e automático: o nascimento, o desenvolvimento físico, a velhice, a morte, a reprodução, o funcionamento orgânico, os impulsos dos instintos e a formação de outros novos, pela assimilação no subconsciente das experiências vividas. Todos podemos verificar que nossa vida se desenvolve ao longo de uma rota estabelecida da qual ninguém pode sair.

Podemos, porém, permitir-nos oscilações, mas mesmo estas permanecem limitadas e corrigidas por uma lei sua, que tende a recanalizá-las na ordem, tão logo esta seja violada. Mesmo se, aparentemente, parece que dominam a nossa liberdade e o caos individualista, em substância, além destas aparências, todos os nossos movimentos permanecem regulados por leis cuja função é reconstruir o equilíbrio e sanar o mal que fazemos. Sem a presença dessa força íntima reguladora, o nosso mundo, abandonado a si mesma, desmoronaria dentro em pouco, enquanto, pelo contrário, vemos que ele se está construindo, porque evolui sempre para o alto.

A vida é um impulso de crescimento, é um anseio em direção à perfeição e à felicidade. A grande aspiração é subir, mesmo se cada um o faz a seu nível. Nisso manifesta-se a lei de evolução. Devemos evoluir e para isso a vida é aquele laboratório que mencionamos, isto é, uma escola de experimentação para aprender. A primeira coisa que é necessário compreender, sobretudo os jovens construtores da vida, é que este é um trabalho de construção de si mesmo através de provas variadas, cada um sujeito àquelas mais adaptadas ao seu desenvolvimento.

A vida é uma coisa séria, a ser percorrida com consciência e responsabilidade, sabendo que as dores podem levar-nos aos nossos erros. É necessário então saber como é construída a Lei, para evitar tais erros e as dores que se seguem. Esta lei pode ser chamada a Lei de Deus, porque exprime o Seu pensamento, pensamento que dirige cada fenômeno, em todos os níveis de evolução e planos de existência.

É necessário ter compreendido que o homem se move dentro dessa Lei como um peixe no mar. A finalidade de nossos movimentos é a experimentação, e a finalidade da vida é aprender. Estamos cheios de desejos, sobretudo os jovens, e de impulsos que nos lançam a provar o que serve para construir-nos. Os efeitos desse trabalho ficam registrados e são acrescentados à nossa personalidade, que se enriquece de conhecimento, constituindo a nossa própria evolução. Por aí compreende-se a importância do saber viver. Assim, ao fim da vida, seremos ricos se soubermos adquirir novas e melhores

qualidades; e seremos pobres se nada fizemos e, portanto, nada aprendemos de bom. Isso, independentemente de todos os triunfos, conquistas e bens terrenos, que só valem como miragens que nos induzem a fazer a trabalho de experimentação e de aquisição de qualidades.

Trata-se de um novo modo de conceber a vida, em função de outros pontos de referência, para conquistar outros valores. Antigamente relegava-se isso ao plano espiritual em bases emotivas de fé e sentimento. Hoje, fazemo-la baseando-nos na lógica, observações dos fatos e controle experimental. Já é um progresso, porque daí nasce um tipo de moral positivamente científica e universal, aquela que os novos tempos de espírito crítico exigem. Progresso necessário, porque, quanto mais se avança, tanto mais os problemas a resolver, de que é feita a vida, se fazem mais numerosos e difíceis. Os instrumentos de experimentação que encontramos no seu laboratório e que devemos adotar para aprender, fazem-se sempre mais complexos e de difícil uso. Para nossos ancestrais bastava uma ética elementar para resolver os seus problemas. Faz-se necessário, agora, uma ética sempre mais complexa e exata para resolver os novos problemas que surgem, quando se sabe a um nível evolutivo mais elevado. Para dirigir uma carroça ou um automóvel é necessário grau diverso de perícia e precisão.

A nossa sociedade atual não possui escolas que eduquem a fundo, ensinando a viver. A velha moral era exterior, baseada muito nas aparências, em velhos enganos, nos quais hoje não mais se crê. Antigamente bastava não dar escândalo e que o pecado não fosse visto. A verdadeira ciência da vida consistia em esconder os próprios defeitos, não em corrigi-los. E os adultos que possuíam aquela ciência guardavam-se bem de ensiná-la em prejuízo próprio. Usavam, em vez, a autoridade e puras noções. Tais métodos estão hoje se desmantelando. A liberdade individual cresceu e o pecado social adquiriu importância, porque prejudica o próximo. Hoje a vida faz-se sempre mais coletiva e exige um maior senso de responsabilidade.

Ora, quem entendeu tem o dever de mostrar como tudo funciona àqueles que podem e querem compreender. Com estes apontamentos buscamos preencher a vácuo de conhecimento que se verifica nas diretivas fundamentais de nossa vida, em nosso pensamento e nossos atos. Antigamente isso era deixado aos instintos, aos impulsos do subconsciente. E este era um terreno inexplorado e a psicanálise era inexistente. As motivações eram secretas. O indivíduo não as estudava, não as dirigia; lançava assim ao acaso a semente do futuro desenvolvimento de seu destino. Os jovens enfrentavam a vida, tomando as mais graves decisões, em estado de completa ignorância dos problemas que deviam enfrentar e das suas soluções. Procedia-se por tentativas, ao acaso, seguindo miragens. Nada de planificações racionais da vida, nenhum conhecimento das conseqüências. Disso pode-se deduzir quão despreparado estava o indivíduo para resolver os seus problemas com inteligência.

Aquilo que buscamos adquirir neste livro, é a consciência de nós mesmos, o conhecimento do significado, valor e conseqüências de cada ato nosso, de modo que tudo se desenvolva beneficentemente, de maneira satisfatória para o indivíduo. Desejamos ensiná-lo a ser forte, resistente, positivo, construtivo. Chegou a hora de dar um salto à frente, em direção a um novo tipo de seleção biológica, não mais aquela feroz do passado que exaltava como campeão o vencedor violento, assaltante, hoje tornado um perigo social. Trata-se de um tipo de seleção mais aperfeiçoado, que deseja produzir o homem inteligente, trabalhador, espiritualmente forte, coletivamente organizado. Trata-se de construir o homem consciente, que sabe pensar por si, independente do juízo alheio, um responsável porque conhece a Lei de Deus e, segundo ela, sabe viver.

Tal conhecimento e o fato de saber viver de tal modo, com a consciência de encontrar-se dentro da Lei, em harmonia com ela, devem dar a esse homem resistência na adversidade, que só pode possuir quem sabe encontrar-se de acordo com a Lei, portanto em posição de justo equilíbrio no seio da ordem universal. Que podem fazer as acusações alheias, quando o indivíduo é honesto e com consciência pode proclamar perante Deus a sua honestidade? A verdadeira força não está nos poderes humanos, mas no estado de retidão.

Quem compreendeu como tudo isso funciona, sabe que estas não são apenas palavras. Ele sabe que a Lei não é uma abstração, mas unia força viva, operante, inflexível, positiva, saneadora, honesta;

sabe que a sua justiça termina por vencer todas as injustiças humanas e que portanto, o vencedor final é o justo e não o prepotente sobre a Terra. A Lei, imparcial e universal, paga a cada um o que for merecido.

Neste trabalho não apresentamos produtos emocionais ou fideísticos. Através da observação e da experimentação chegamos à conclusão que existem no campo moral e espiritual leis inderrogáveis como as existentes no campo da matéria e da energia. Todos os fenômenos, de cada tipo, são regidos por leis exatas que não são senão ramificações de uma lei central que contém os princípios que regulam o funcionamento de todo o universo.

Buscaremos, a seguir, mostrar quais metas mais altas e preciosas pode ter a vida, que lhe dão um significado novo e vão além daquelas comuns do sucesso material. Procuraremos mostrar que, para conquistar, com outros valores também se pode lutar e vencer. E o fazemos, não baseados em abstrações filosóficas ou misticismos, mas no real funcionamento da vida.

Com estes esclarecimentos, fechamos estas notas preliminares de orientação geral, com as quais quisemos definir o presente trabalho e suas bases.

I

O PRINCÍPIO DE RETIDÃO

Veremos que senso de retidão e justiça emanam das leis da vida, a ponto de reconhecer-lhes qualidades de alta moralidade. Como é isso possível no plano biológico? Que significa isso e como se explica? Moralidade significa um estado de ordem no nível espiritual. Mas este estado de ordem é o mesmo que a ciência encontra no plano da matéria e da energia, tanto que o codificou, expressando-o com leis exatas, positivamente controladas. Eis então que essa moralidade biológica que encontramos nas leis da vida não é senão uma expressão da ordem universal da Lei relativa a esse nível. Trata-se da mesma disciplina que a ciência viu no campo físico e dinâmico, e que se verifica no campo mais avançado, o da conduta do homem, o da moral que a dirige. Trata-se do mesmo princípio de ordem inserido na Lei e atuante em níveis evolutivos diversos. É assim que se explica como a conduta humana está sujeita a normas éticas.

Assim podemos dizer que a vida, ainda que em proporção e em forma adaptada a seu grau de evolução, é fundamentalmente honesta. Até ao seu nível mais alto, o da psique e da consciência, isso é dado por um estado de equilíbrio, de correspondência entre causa e efeito, entre ação e reação etc., que encontramos no mundo da matéria e energia. Trata-se do mesmo princípio de ordem que, ao nível superior da psique, a conduta toma a forma de retidão e de justiça. Essa equivalência de valores, em forma diversa nos vários planos evolutivos, é possível porque devida à unidade fundamental do Todo, regida por uma única lei. Trata-se do mesmo princípio de harmonia que rege todo o universo. É assim que tudo, porque é um movimento da Lei, no fundo moraliza-se em qualquer nível.

Acontece então que, daquilo que se verifica nos fenômenos da matéria e da energia quando violamos as leis de seu funcionamento, podemos deduzir o que sucede quando fazemos a mesma coisa no campo moral. Há uma equivalência básica entre as leis dos vários planos, devido ao fato de que elas não são senão aspectos da única Lei, vista em momentos evolutivos diversos. É assim que, aos efeitos de uma violação em um plano, correspondem aqueles que se verificam em um outro plano. É importante compreender esses conceitos pelas conseqüências práticas que daí derivam. Assim, uma violação da retidão no campo moral pode levar a conseqüências danosas, correspondentes às de uma violação de princípio paralelo de equilíbrio, presente, por exemplo, na lei de gravitação. Isso porque em ambos os

casos verifica-se a mesma violação do princípio universal de ordem, do qual é feita a Lei.

Segue-se que a falta de retidão é um fenômeno analisável, como o é a falta de equilíbrio, porque, em ambos os casos, temos efeitos calculáveis, proporcionais à quantidade de afastamento da posição de equilíbrio na ordem da Lei, isto é, à quantidade de violação efetuada. Em suma, o desacordo com ordens similares, das quais é feita a Lei, paga-se com conseqüências negativas tanto no plano matéria-energia como no moral. Assim a posição certa ou errada, com referência ao primeiro dos dois planos mencionados, encontra no nível biológico do segundo deles o seu equivalente nos conceitos de moral ou imoral, honesto ou desonesto. Assim o erro de direção que, em sua conduta, o indivíduo comete perante a ética em seu campo, produz os mesmos efeitos negativos que produz o erro de direção que o motorista ou o astronauta cometem em suas funções. Tratando-se de um mesmo fenômeno de desequilíbrio, é lógico que ele deva ser estudado nos dois campos diversos segundo os mesmos princípios.

É este fato que nos permite afirmar a possibilidade da construção de uma ética de tipo positivo, baseada em princípios científicos. Isso significa que os movimentos da conduta humana deverão, no futuro, ser estudados e executados segundo as normas exatas vigentes nos outros campos já de domínio da ciência. Hoje a ética é um campo ainda inexplorado, um fenômeno que vivemos freqüentemente com resultados desastrosos, porque lhe ignoramos o funcionamento e daí cometemos erros contínuos. Mas no futuro poder-se-á planificar a viagem da vida, percorrendo-a com olhos abertos e não mais às cegas como hoje ainda se costuma fazer, num completo caos.

Mesmo assim, o viver é lógico e justo segundo a Lei, porque proporcional à atual involução humana. E a vida adianta-se por tentativas, é uma série de erros e pagamentos correspondentes, de sonhos e desilusões, com dores corretivas. Isso acontece porque a direção está errada. Aponta-se para fora do centro. A vida não é feita para gozar, mas para aprender. Compreendido isto, logicamente se vê que tudo está em seu justo lugar e funciona como deve. Mas é necessário ter compreendido que a vida é urna escola, um laboratório experimental. É lógico e útil que, quando as experiências estão erradas, fique-se queimado pelas consciências do erro cometido, porque isso serve para aprender e assim a finalidade é atingida.

Eis para que serve a dor, eis quanto é útil o que parece danoso, porque não se lhe compreendeu a função. Julga-se um mal o que é necessário para eliminar o erro, o que é necessário para evoluir em direção ao melhor. Tantas coisas parecem-nos erradas porque as vemos fora de seu devido lugar, e não compreendemos, portanto, qual é sua posição e a função exercida por elas. Mas se observarmos bem, veremos que tudo, segundo sua natureza, cumpre a finalidade para a qual existe. A força do homem do futuro não consistirá em superar o próximo, subjugando-o, como a lei no nível animal, mas consistirá no mover-se, consciente da ordem, segundo a Lei de Deus.

Tratemos agora de analisar o fenômeno. Como calcular os efeitos maléficos de uma nossa ação contra a retidão, isto é, anti-Lei? É necessário primeiro definir o que entendemos por retidão. Para isto é necessário concebê-la em termos gerais, referindo-nos não só ao setor moral, mas ao dualismo universal que encontramos na Lei, isto é, o de positividade e negatividade. Esse é um princípio verdadeiro em todos os planos da existência, abraçando os valores da matéria, da energia e do espírito. No plano moral, positividade e negatividade tornam-se bem e mal, virtude e culpa, retidão e desonestidade etc.

Eis então que, por retidão entendemos a qualidade positiva que encontramos em um dado ato. Logo, positividade é o poder benéfico e negatividade o maléfico daquele ato, observados em suas conseqüências. É, portanto, a favor da moral um ato benéfico; e contra a moral um ato maléfico; em ambos os casos, tanto em relação a um indivíduo isolado, à coletividade.

O ato benéfico produz vantagem, e o maléfico desvantagem.

Mais exatamente podemos dizer que é moral o que é benéfico ou pseudo-maléfico perante a Lei, ponto de referência que estabelece os verdadeiros fins da vida; e imoral o que é maléfico ou pseudo-benéfico, porque segue fins falsos e ilusórios. Assim pode ser benéfico o que nos faz sofrer e maléfico o que nos causa prazer.

No campo moral a positividade ou negatividade toma a forma adaptada a satisfazer os fins que a vida se propõe realizar, segundo o plano de evolução, onde ela se encontra e trabalha naquele momento. Assim, no plano animal é positivo e moral o guerreiro, o conquistador que lança o novo, vence e elimina o débil inepto, porque àquele nível o fim da vida é a seleção individual do mais forte. Mas, a um nível mais alto, tudo aquilo resulta negativo, porque a seleção toma outra forma para produzir outro tipo, intelectualmente forte segundo a retidão, dirigida à conquista da ordem, mais do que ao próprio domínio sobre os outros.

Eis então que uma moral justa em um nível de evolução, não o é em outro nível mais adiantado. Eis que, evoluindo, pode tornar-se imoral e desonesto o que anteriormente era lícito e julgado honesto. Acontece assim, com a moral, o mesmo que acontece com a verdade: temos morais relativas e progressivas em evolução.

Estabelecido tudo isso, pode-se proceder ao cálculo de moralidade ou imoralidade de cada ato nosso. Se ele é, por exemplo, 10% positivo e 90% negativo, isso levará a resultados com a mesma percentagem. Assim, vice-versa, em todas as condições possíveis, sempre mantendo a proporção entre a percentagem, a mais ou menos, de cada ato e a de suas conseqüências. Eis os primeiros elementos para estabelecer um cálculo.

Quando, então, uma conduta é verdadeiramente moral? Quando ela corresponde à retidão, isto é, à positividade, e é benéfica porquanto possui 100% de valor evolutivo, seja para si ou para os outros. Pode-se assim medir o grau de moralidade ou de imoralidade de um ato, observando que percentagem ele possui desta ou daquela qualidade oposta.

Essa posição faz-nos conhecer o tipo e a quantidade das causas boas ou más postas em movimento e dá-nos, portanto, também a medida das qualidades e volume dos efeitos que, inexoravelmente, acontecerão.

Dessa forma, se pode prever os efeitos quando se conhece as causas que os determinam, das quais eles são a conseqüência. E as causas são dadas pelos elementos aqui tomados para exame. O segredo para conhecer aquilo que nos acontecerá na fase de efeito, reside em nosso conhecimento do que somos, e portanto fazemos, na fase de causa. Compreendida a técnica do fenômeno, pode-se-lhe prever o futuro desenvolvimento. É lógico que assim seja, porque o efeito está contido na causa, é a continuação de um desenvolvimento que se pode conhecer antes que aconteça, prolongando a linha por ele já traçada, isto é, continuando o caminho na direção na qual ele foi iniciado. Pode-se portanto praticar uma pequena futurologia, aplicada aos casos da própria conduta e suas conseqüências.

II

A LEI DO RETORNO

Continuemos a observar. Dissemos que, dada a premissa colocada por nós, o fenômeno tende a concluir-se segundo a direção que lhe foi dada no início. Estudemos agora como prever em unidades de tempo a velocidade com que o fenômeno chega a sua conclusão na fase dos efeitos. Nem todos os casos são simples, derivados de uma conduta exclusivamente positiva ou negativa. O decurso do fenômeno é tanto mais linear e a solução tanto mais rápida e fácil, quanto mais monocromática é a sua composição, isto é, quanto mais decisivamente prevalecer uma das duas características, seja de positividade ou de negatividade. Um caso construído por um só destes elementos, isto é, com 100% de uma só destas duas qualidades, é de rápida solução. Isso acontece porque então todas as forças em ação são orientadas e dirigidas a uma mesma conclusão, indo em uma única direção, tendendo portanto todas para o único fim,

a ele convergente.

As complicações e os atrasos da conclusão verificam-se quando o caso é composto de qualidades positivas e negativas ao mesmo tempo, porque então elas resultam contrastantes e divergentes, em vez de concordantes e convergentes em direção a uma única solução. Nessas condições, o desenvolvimento do fenômeno prolonga-se até quando se estabelece uma prevalência de forças e suas direções em um dado sentido. Assim é necessário esperar que se esgote o impulso das forças do tipo que está em percentagem menor, porque só então o tipo oposto pode se afirmar e vencer, prevalecendo em uma só direção. Nesse ínterim pode-se conseguir resultados temporários, com expectativa ainda não definida, porque foram determinados por impulsos positivos e negativos não delineados.

Estes são casos mais complicados, nos quais é mais difícil ver o funcionamento da Lei. Mas comecemos com a descrição de um tipo de caso simples, de modelo monocromático no negativo, com resultado rápido e evidente, pela presença exclusiva de forças de uma dada qualidade, e ausência daquelas de qualidades opostas. Em nossas experiências no laboratório da vida pudemos assistir à operação cirúrgica da punição por falta de retidão, isto é, à solução de um caso de negatividade.

A operação impressionou-nos pelas seguintes qualidades:

1) a exatidão com a qual o efeito correspondeu à causa, conservando-se do mesmo tipo de forças postas em ação, mas retornando ao emitente em vez de atingir o indivíduo ao qual elas se destinavam; 2) a exatidão com a qual foi centralizado o escopo, sem atingir quem quer que estivesse próximo do alvo; 3) a rapidez do desenvolvimento e conclusão do fenômeno; 4) a convergência dos impulsos em direção àquele resultado final; 5) a massa dos resultados obtidos, em proporção aos mínimos meios usados, isto é, o rendimento com eles obtido durante o trabalho realizado.

Perante tal espetáculo tem-se a sensação de ver a face da Lei e não se pode conter, ao fim da experiência, um grito de maravilha, quando se observa o seu perfeito funcionamento. Não se trata de sonhos. Qualquer pessoa pode verificar a existência de um caso semelhante a esse, controlando as suas conclusões. Mas, tudo isso corresponde a uma lógica, que nos autoriza a admiti-la, mesmo porque, confirmando a nossa tese, existe a visão da unidade fundamental da Lei.

Observemos agora um outro caso, que podemos chamar policromático, pelo qual fica diminuída a velocidade do fenômeno, quando chega à sua conclusão. Tratemo-lo com a precisa razão.

Tudo depende das forças existentes no campo em que o caso se desenvolve. Eis o indivíduo que age em sentido negativo para obter vantagem em prejuízo de um terceiro. Isso é contra a Lei. Esta negatividade e o dano correspondente deveriam agora recair sobre o promotor, com isso resolvendo o que é um simples caso de falta de retidão, como o precedente. Mas, ao contrario, esse homem continua sem ser perturbado em sua violação. A sanção de sua culpa permanece suspensa. Por quê? Aqui o caso se complica, porque as forças postas em movimento por ele, estão no mesmo campo e combinam-se com as forças movidas pelo ofendido, o qual se encontra em fase de pagamento de seu débito para com a Lei e, portanto, necessitado de experiência corretiva do seu erro passado.

Eis então que a ação punitiva da Lei contra o opressor por causa do mal praticado, é freada pelo bem que ele faz, tornando-se útil ao executar, segundo a Lei, a função de seu instrumento na imposição de uma lição corretiva ao oprimido. Eis aí o impulso positivo em favor do opressor, positivo momentaneamente, porque se interrompe o impulso negativo contra ele, pelo mal que fez. Combinam-se assim dois valores opostos: a injustiça por parte do opressor (negatividade — anti-Lei) e a justiça por parte do oprimido que paga seu débito (positividade segundo a Lei). É assim que o primeiro, que faz sofrer o segundo, pode continuar a fazer o mal, não obstante seja justo que ele passe dessa posição àquela do próprio pagamento, o que de fato acontecerá mais tarde.

É assim que, apenas cumprida a função de instrumento punitivo segundo a Lei, o fenômeno chegará também para o opressor à fase de pagamento, pela qual também ele o efetuará, sofrendo a lição corretiva que o espera. É natural que, quando a opressão feita por esse homem tenha purificado e redimido o seu oprimido de toda a negatividade que o agravava, então o opressor seja abandonado a seu destino porque a sua missão foi cumprida. Naquele momento não há mais razão para que a Lei espere,

passando a exigir o seu pagamento. Finda a fácil vitória do mal, cai a ilusão de ter sabido evadir-se, sem prestar contas, às sanções da Lei.

Pode-se assim encontrar muitos casos, mas sempre em função do mesmo princípio básico que se aplica em posições diversas. Assim é que, uma vez compreendida a técnica de seu funcionamento, cada um poderá traçar-lhe o esquema até a sua conclusão final.

É necessário, porém, ter em conta que na realidade não encontramos casos isolados, mas uma concatenação de casos, pelo que os efeitos de um se encravam nas causas de outro, com fios entrelaçados que afundam suas raízes no passado. Isso porque, em vez de pagar e liquidar o débito, procura-se evadir dele, criando-se assim novos débitos. Assim a sementeira de causas negativas não termina nunca e o fardo imenso que pesa sobre a humanidade não se esgota, fardo de dores, tornado seu patrimônio natural e constante.

Como esta técnica podemos conhecer qual será o nosso futuro, observando que forças pusemos em movimento, construindo o nosso destino. É necessário ter compreendido que a natureza dos efeitos é do mesmo tipo das causas que pusemos em movimento, como determinante delas. Estas conservam suas qualidades positivas ou negativas de que foram saturadas ao nascerem. Eis então que, quando as causas que lançamos, visando ao que nos é útil, eram contra a Lei, elas se voltam contra nós em posição invertida, em prejuízo nosso. E quando elas eram segundo a Lei, se voltam a nosso favor. Existe essa lei de retorno, em forma negativa, daquilo que lançamos negativamente, e em forma positiva, daquilo que lançamos positivamente. Eis então a que resultados leva o querer ser astuto para fraudar a Lei em nossa vantagem.

A Lei é como um espelho. Ela em si mesma é invisível como este, que por si permanece vazio e nele nada se vê senão uma imagem refletida. Mas tão logo nos colocamos frente a ele, eis que nos reflete como somos, restituindo-nos a nossa figura igual ao modelo, com as suas qualidades, mas em posição invertida de retorno.

Estejamos atentos, portanto, para cada nossa ação, porque as nossas obras nos seguem e recaem sobre nós. É necessário compreender que o mundo em substância é regido por um princípio de ordem e que o segredo do verdadeiro sucesso não está em tentar modificá-lo em vantagem nossa, mas em segui-lo, enquadrando-se nele. O caos está somente no exterior, na superfície e, não obstante a nossa resistência, ele é sempre corrigido e recolocado na ordem da Lei, que é a força íntima que tudo dirige. Assim, o querer ser forte para impor-se não serve senão para lançar sobre nós a reação da Lei que não admite ser violada.

O fenômeno de retorno tem maturação mais ou menos rápida segundo o seu volume e a simplicidade de sua estrutura. Quando as causas são poucas e lineares e se trata de um só indivíduo, chega-se logo à conclusão; mas quando se trata de muitas causas conexas e complexas como de nações e de povos, a conclusão é mais laboriosa e lenta.

É necessário compreender que cada defeito é uma dissonância que se afasta da Lei, é um ponto débil perante ela, é um erro, portanto, a ser corrigido, e que por isso volta-se sobre nós em forma de débito a ser pago. A causa de tudo isso somos nós, porquanto nos colocamos em posição de desordem dentro da ordem, assim lançando-nos, em nosso prejuízo, contra ela. Ora, se não sabemos nos enquadrar, a Lei, em vez de uma casa, será para nós uma prisão. Todavia a Lei é uma casa cômoda para se morar, mas nós não sabemos nos mover dentro dela, porque somos feitos de desordem. O sofrimento que se segue quando nos lançamos contra as paredes serve para ensinar-nos a viver na ordem e assim transformar o cárcere em uma ótima casa.

O homem invoca a liberdade. Mas qual? A liberdade da desordem, isto é, aquela que o leva a bater contra as paredes da Lei. Buscando tal liberdade, o homem lança as causas de uma autopunição corretiva que terminarão por força-lo a enquadrar-se dentro da ordem. Nas revoluções aflora sempre a escumalha, que mais deseja liberdade, com lutas e destruições. Diz-se então que as revoluções devoram seus filhos. Por quê? Porque este é o efeito que lhes recai em cima, imposto pela causa por eles mesmos posta em movimento, que é do mesmo tipo, pela qual, tendo ele matado, são agora mortos.

Trata-se de uma restituição a eles do mesmo impulso, posto em movimento por eles mesmos. Dadas estas leis, não deveriam tremer aqueles jovens que hoje vemos entregar-se aos vícios, ao ócio, aos estupefacientes etc., se compreendessem de que efeitos estão semeando as causas. É certo que nas revoluções quer-se também os destruidores. Mas que fim têm eles? Executada sua função a Lei os destrói e deixa vencer os construtores que lhe servem para avançar. O que é negativo não tem direito à vida e portanto são logo mortos.

Eis que cada um pode estabelecer uma contabilidade própria de débito e crédito em conta corrente pessoal, posta perante a justiça da Lei. Esses débitos e créditos não são constituídos de valores econômicos, mas de valores morais. Estes são superiores e de mais vasta capacidade do que os materiais, que, frente aos outros, encontram-se em posição subordinada. Pode assim ser paupérrimo o mais rico e poderoso homem da Terra que tem débitos a pagar para com a Lei. E ao contrário Essa contabilidade é a que realmente vale, aquela que está na base da vida, a que decide por esta, porque não permanece limitada no campo dos bens e dinheiro, mas abarca todas as expressões da vida, como saúde, afetos, felicidade ou dores em cada um de seus aspectos. O bem ou mal que recai sobre nós dependem da dose de positividade ou negatividade que colocamos nas contas, com nossos atos.

III

UM NOVO ESTILO DE VIDA. O MÉTODO DO RESPEITO RECÍPROCO

Nos vinte e dois volumes que precedem o presente, procuramos compreender o nosso mundo, orientando-nos, pelo menos em linhas gerais, com referência ao problema do conhecimento. Ao mesmo tempo quisemos comunicar aos outros os resultados deste trabalho. No presente livro procuramos utilizar estes resultados em vantagem alheia, explicando como aplicá-los na vida prática. Para que o consumidor de um remédio possa encontrá-lo pronto para o uso na farmácia, é necessário que o técnico ao produzi-lo, o tenha primeiro estudado longamente em seu laboratório. Agora aqui estamos na fase final daquele trabalho, aquela em que o produto é oferecido ao público para que este dele se sirva.

Tal produto não teria sido solicitado no passado, quando pouco se pensava, porque a vida se havia estabilizado em posição estática ou de movimentos extremamente lentos, mas ele é solicitado hoje quando a humanidade se pôs a pensar, presa de uma febre de renovação. Eis que temos motivos para crer que a nossa oferta corresponde a uma demanda que é fruto do momento histórico. É por isto que fazemos tal oferta, para preencher um vazio e satisfazer uma necessidade.

Não pretendemos ser infalíveis e oferecer um produto definitivo que valha para sempre. Mas cremos que ele hoje sirva mais do que os produtos usados no passado, que eram adaptados à época, mas não ao momento atual, que é de grandes mudanças. Sabemos que a verdade é relativa em evolução. Há uma verdade absoluta e definitiva, mas ela é o ponto de chegada de quem está a caminho, e que, como tal, ao longo desse caminho, não pode haver senão verdades relativas à sua posição e ao nível evolutivo atingido, uma após outra, progressivamente.

Sempre para respeitar o fato positivo desse relativismo, propomos as nossas conclusões como hipóteses de trabalho, cuja validade o leitor possa depois controlar experimentalmente ele mesmo, aplicando-as à sua vida. Desejamos que ele se convença por si e não que creia em nós segundo o velho sistema do princípio de autoridade. Não assumimos nenhuma posição de mestre que, colocando-se na cátedra, despeje sapiência. Não buscamos seguidores. Quem nos lê deverá fazer o esforço de compreender, sem pretender que outros o façam em seu lugar, fornecendo-lhe os resultados a fim de que

ele os adquira sem fadiga. O leitor indolente, que aceita por fé, assim fazendo-se arrastar sem fazer ele mesmo, o esforço de compreender a vida, esse permanecerá estacionário e não atingirá a finalidade que é a de amadurecer e evoluir.

Isso não impede que aqui exponhamos as nossas conclusões em forma definitiva, porque o caminho para chegar até lá com uma demonstração detalhada já foi percorrido em nossos outros volumes e aqui não podemos repeti-lo. Não nos encontramos mais na fase precedente e preparatória, de indagação, mas na de exposição e aplicação dos resultados obtidos.

Ao assumirmos agora a nossa posição, queremos em primeiro lugar pôr-nos de acordo com as leis da vida. Por quê? Podemos fazê-lo porque as observamos e então vimos que é uma grande vantagem pôr-se em sua corrente, concordando e colaborando com elas, em vez de egoisticamente opor-se, com o resultado de ser atrapalhados e postos de lado. Colocar-se na corrente da Lei confere uma grande força; procuramos, portanto, que também o leitor a conquiste por si, colocando-se também ele dentro da corrente.

Este fato oferece-nos um primeiro ensinamento: para ter sucesso na vida é necessário fazer ou produzir qualquer coisa que verdadeiramente seja um bom produto, útil para os outros. Se isso agrada à vida, esta, que é uma força inteligente e utilitária, protegê-lo-á e o impulsionará para frente. Mas se aquele produto for feito somente em benefício de quem o faz, e com fins egoístas que desfrute dos outros, a vida rebelar-se-á e buscará destruir tudo, negando qualquer sucesso.

Eis que aparece um princípio da Lei que diz: "A afirmação de qualquer produto ou instituição, o favor que eles encontram e a duração de seu sucesso são proporcionais ao grau de positividade, isto é, utilidade para o bem de todos, que eles possuem. E ao contrário. A sua caducidade, o descrédito que os elimina e a rapidez de sua liquidação, são proporcionais ao grau de negatividade que, em prejuízo de todos, eles possuem".

Eis que já aparece um novo estilo de vida, o enquadramento em um regime de retidão. Mas isso, não por princípios abstratos, assim pouco sentidos e aplicados na realidade da vida, mas por um cálculo utilitário, uma vantagem concreta, que todos compreendem, estão no instinto, portanto, todos aplicam, porque concorda com aquilo que a luta pela sobrevivência exige. É certo que em tal caso as motivações são diversas. Então não se é honesto por amor a Deus ou para ir para o paraíso, coisas que freqüentemente nos deixam indiferentes, mas por razões mais concretas e com resultados controláveis. No novo estilo de vida não se fala de sacrifícios com recompensas nebulosas e longínquas, mas de uma vantagem imediata, calculável, previsível, e, portanto, bem mais convincente, porque aderente à realidade. Assim obtém-se a vantagem que à dúvida se substitui a convicção, ao fingimento a ação.

É moral esse novo método de vida? É certo que, mesmo se diversas são as motivações pelas quais se fazem as mesmas coisas, as normas de conduta são sempre as da retidão. Chega-se ao mesmo resultado prático, mas passando-se por outras vias: no passado, pelas das sugestões ou imposições por parte de uma autoridade; agora, pela demonstração racional e convincente, por adesão livre de quem compreendeu e reconhece que é vantajoso ser honesto. Muito embora tudo isso tenha um mesmo objetivo, mas no segundo caso faz-se as coisas mais a sério, porque se conhece a estrutura do fenômeno, trabalha-se, portanto, não por obediência, mas livres e esclarecidos, com consciência e responsabilidade.

Eis que a nossa moral na forma coincide com aquela tradicional, mas apoia-se em bases mais sólidas, as de uma técnica da qual se pode estudar o funcionamento. Ela é, portanto, o modelo de moral adaptada ao novo tipo de forma mental que o homem novo de nossos tempos está formando, analítica e crítica, em vez de instintiva, emotiva e fideística. É por isto que cremos que o atual seja o momento histórico adaptado para propor tal tipo de moral, da qual se pode tirar vantagem segundo os novos tempos.

Aqui oferecemos esta interpretação da vida, não como uma conclusão obrigatória, emanada "ex-cathedra", mas como um método para ver com os próprios olhos e assim estudar a realidade dos fatos. Quem fala são eles, não alguém que deseja impor a sua doutrina. Ele apenas diz: "Observai, é a realidade que fala. Eu só vos ponho a par da minha experiência que adquiri no laboratório da vida, observando e

pensando para compreender, experimentando para controlar. Quem deve pensar, compreender, amadurecer, sois vós. Estamos aqui para ajudar-vos nisto".

Já terminou o tempo em que se pensava por procuração, por delegação de autoridade, e disso se encarregava e estabelecia em que coisa se devia crer. Admitimos tão somente que o leitor, compreendido o problema, possa, continuando a indagação com o mesmo método, desenvolver por sua conta esta pesquisa, levando-a a conclusões mais avançadas. Solicitamos este auxílio a todos os estudiosos inteligentes. Por isto acima dissemos que a verdade é relativa e progressiva. Aquilo que para quem aqui escreve é uma conclusão, para outros pode ser um início. Por isto buscamos pensar este livro junto com o leitor.

Eis que nos encontramos diante de uma revolução de substância, consistente na renovação de valores sobre os quais se baseia a vida; e de pontos de referência, em função dos quais se executa a nossa conduta. Hoje o valor ainda consiste em riquezas, poderes, honras etc., enquanto ele está nas qualidades morais. Crê-se na força, em vez da justiça, na astúcia para enganar, em vez da retidão etc.. Eis que assim, a cada passo, desembocamos numa estrada errada, que nos leva a bater contra o muro. O alvo está sempre em um ponto diverso daquele que visamos. Mas apontemos certo e o atingiremos corretamente. Veremos então que tudo está no lugar que lhe pertence, para executar sua função, e que a vida não é uma ilusão, mas um meio para construir a nossa felicidade e grandeza. Não se trata das revoluções usuais, que se reduzem à substituição de pessoas e de classes sociais nas velhas posições de favor, para depois comportar-se do mesmo modo. Trata-se, ao contrário, de uma revolução que a maturidade mental torna possível, baseada na compreensão do imenso rendimento utilitário do saber viver dentro da ordem com retidão, em vez de viver no caos, assaltando-se uns aos outros.

Creemos neste novo tipo de revolução, não porque nos sintamos capazes de iniciar uma mudança de tal grandeza, o que é absurdo, mas porque vemos que os tempos estão amadurecendo e que com o novo milênio nos encaminhamos por essa estrada. O conceito de retidão como valor moral já existia no mundo velho, mas não podia agir porque era baseado somente em abstrações ideais e afirmações morais gratuitas que não convenciam a ninguém. A força que impulsionaria a mudança é devida à possibilidade hoje existente de compreender o rendimento positivo e imediato deste novo estilo de vida, e, portanto, a vantagem de realizá-lo com seriedade.

Uma das bases daquele novo estilo é a eliminação do absolutismo e de sua imobilidade em questão de verdade, para substituí-los pelo conceito de verdade relativa, em movimento de transformação evolutiva. De fato, cada período histórico possui sua verdade, aquela da qual ele tem necessidade para executar seu trabalho de construção da vida. Então, sendo este diverso de um período para outro, porque o trato evolutivo a percorrer é diferente, eis que a verdade dominante em função dele deve também ser diversa. Isso significa que uma verdade é verdadeira na fase de desenvolvimento em que ela deve funcionar, porque naquele momento corresponde a uma determinada necessidade da vida; mas significa também que ela não é mais verdadeira em um outro momento, no qual é verdadeira uma outra verdade, porque então é esta, e não mais aquela, que deve funcionar, porque correspondente a outras diversas necessidades da vida.

Para a vida, a verdade não é uma abstração, mas uma realidade funcionante. Assim os velhos conservam as suas idéias, que a seu tempo foram úteis, e os jovens buscam outras novas. Gostaríamos de permanecer imóveis, mas a vida caminha porque é vida e, se não caminhasse, seria morte. Eis então que a verdade dos velhos não é um erro, como agradaria aos jovens que fosse, para combatê-lo e destruí-lo. Trata-se, ao contrário, de uma verdade que cumpriu sua missão e que, por tê-la cumprido, merece todo o respeito. Merece-o porque ela foi útil ao homem a seu tempo, e porque graças a seu trabalho os jovens podem hoje encontrar-se mais avançados. O progresso é uma escada que se sobe por degraus, e não se pode passar no sucessivo se não se escalou o precedente.

Disso resulta que o passado está superado, mas como integração que o leva avante, não como destruição que o elimina. Atentemos, pois, para saber, nos acontecimentos renovadores, conservar os velhos valores ainda utilizáveis pela vida. Eis os perigos de uma contestação global, indiscriminada, que

pode levar a perdas gravíssimas.

Mas observemos ainda um outro aspecto do novo estilo de vida. O conceito de relatividade do verdadeiro não elimina apenas o antagonismo entre o velho e o novo, mas também aquele entre as verdades individuais. Ora, toda supressão de formas de luta é progresso que facilita a solução do problema da convivência pacífica.

Segundo a sua forma mental, no passado cada indivíduo acreditava que seu modo de ver era a verdade. Então, ele assim pensava perante os outros: "Se eu tenho a verdade, e esta é uma só e eu a possuo, tu estás em erro, e, por isso, estou autorizado a corrigir-te". Quando a verdade era de grupo, então, sendo forte, adquiria o direito de impor-se aos estranhos, e tornava-se um terreno a ser invadido. O resultado era a luta pela conquista de seguidores. Eis o proselitismo. Quem aderira estava certo, quem não aderira estava errado e, portanto, era combatido. E uma verdade tanto mais valia e podia impor-se como tal, quanto mais forte ela fosse, porque maior era o número de seus seguidores. Quando passavam à minoria, a sua verdade tornava-se erro e como tal era condenada. Isso até o ponto que então se invertiam as partes e eram perseguidos aqueles que antes eram os árbitros do juízo.

Com tal método acontece que os inovadores, considerados rebeldes, porque faziam parte do grupo minoritário, contrário à ordem estabelecida pela maioria, eram depois julgados heróis e mestres quando o seu grupo conseguia impor-se, porque tornado maioria. Eis que o conceito de culpa e correspondente punição, de legalidade ou ilegalidade, é relativo aos princípios vigentes e muda com a mudança da verdade dominante.

Eis a importância vital do proselitismo, pelo fato de que o número dá força para a sobrevivência, seja de uma religião ou de uma ideologia política etc. O proselitismo, porém, é um sistema de invasão de outras áreas; sejam elas: espiritual, conceptual, moral etc., similar àquele que, pelo mesmo motivo, é praticado na invasão de território alheio escravizando os seus habitantes. O novo estilo de vida e modo de conceber as relações sociais considerará o proselitismo como uma falta de respeito para com o próximo, como um atentado contra a liberdade de consciência.

E todavia o proselitismo pode ser um meio para difundir a idéia, um sistema de irradiação mental necessário à evolução. Então, onde começa o dever de respeitar a consciência alheia e termina o de instruir o ignorante?

Se a vida usou o método do proselitismo, é porque ele cumpre uma função. Para cada nível de evolução há um sistema proporcional de difusão das idéias. O do proselitismo é adaptado ao estado infantil da humanidade, presume o ignorante que se torna discípulo, crendo no mestre e repetindo suas palavras. Por isto tal método foi justo e necessário no passado. Mas o proselitismo torna-se invasão da casa alheia, em uma fase de desenvolvimento mental mais avançado, no qual o indivíduo construiu a sua verdade, a cujo respeito tem direito. No primeiro caso, trata-se de um vazio a preencher; no segundo, de um patrimônio alheio no qual não se deve pôr a mão. Só quando há uma consciência, isto é, uma casa espiritual alheia, pode-se falar de invasão. Mas quando tudo isso não existe, tem-se o dever de entrar para ensinar.

É assim que a difusão das idéias deve ser praticada por dois modos diversos, segundo o nível evolutivo no qual o fenômeno ocorre. Para o primitivo uma simples oferta de uma verdade não serve para nada. Se se explica, ele não entende; se se oferece, ele não aceita, porque segue somente seus instintos. Não resta senão persuadir com os elementares argumentos utilitários da ameaça (inferno, prisão) ou prêmio (paraíso, gozos). Tal método repugna a quem tem uma consciência e é repellido. O medo obriga, o desejo seduz, mas nenhum dos dois convence. Ele é aceito porque coincide com o utilitarismo fundamental da vida, mas não convence porque seus resultados estão situados, incontroláveis, no imponderável. Explica-se assim como no passado a ignorância, prêmio ou castigo juntos, produziram uma obediência passiva, sem convicção, portanto, feita de evasões e hipocrisias.

Quem é mais evoluído deseja, pelo contrário, ver, compreender, ser convencido. A sua aceitação é condicionada diversamente. Então pode bastar o sistema de oferta, sem levar em conta o cálculo do dano ou vantagem. É assim que hoje, frente à forma mental mais adiantada, ao proselitismo

substitui-se o diálogo, pelo qual uma verdade não é imposta, mas exposta, isto é, não se condena o erro, mas demonstra-se que ele é um erro. O fim a que se tende é a aceitação, não pela constrição, mas por convicção. O método é mais sutil e profundo, o resultado mais íntimo e completo.

Esta é a transformação a que assistimos em nosso tempo. E esta a razão pela qual nasceu a idéia do diálogo. Trata-se de um fenômeno universal, porque é efeito de deslocamentos evolutivos. O uso desse estilo novo é fatal hoje porque faz parte de um amadurecimento biológico. É assim que se explica o fato do aparecimento hodierno de uma nova autonomia mental, que destrói o velho sistema ético fideístico, de modo que ele é colocado sob um processo de secularização e dessacralização que o despoja de sua fisionomia tradicional. Para os conservadores, agarrados à forma, isso parece o fim e assim eles se desesperam e não vêem que se trata de uma destruição necessária para a renovação.

Desesperam-se porque cada um está convencido de possuir a verdade absoluta, de modo que a dos outros é considerada um erro. Assim é doloroso não conseguir destruí-lo como se desejaria. Nasce, deste modo, uma oposição entre termos que são apenas aspectos complementares de uma verdade única. Complementares, isto é, necessários um ao outro como o são a luz à sombra, que isoladas cada uma do seu termo oposto, não são percebidas. Assim se opõem erro e verdade, que não são senão as duas partes, positiva e negativa, da mesma unidade que permanece, ainda que em todos os lugares e vejamos cindida no dualismo universal.

O novo Evangelho dirá: “Respeita o teu próximo, como queres que teu próximo respeite a ti mesmo”. Do velho método do assalto ao novo, "método de respeito", passar-se-á por evolução. Chegaremos a isso quando a inteligência estiver tão desenvolvida que compreenda a relatividade das nossas verdades, corretas em função do ponto de referência, como do grau de desenvolvimento mental e moral alcançado pelo indivíduo que o possui. Todos estamos a caminho e em posições evolutivas diversas. É natural, portanto, que tipos com personalidade e com olhos diversos, vejam aspectos diversos da realidade. E, por isso, que cada um tem o direito de possuir a sua verdade e de exigir o respeito, como tem o dever de respeitar o dos outros.

IV

UM NOVO TIPO DE MORAL

Observemos sob outros aspectos o tema, que estamos desenvolvendo, referente a diretivas que, segundo a nova moral, pode-se dar à orientação da própria vida. Vejamos agora quais são os direitos recíprocos dos indivíduos perante a aquisição e posse dos meios econômicos, sobre os quais se baseia a vida. O problema era simples nos baixos níveis evolutivos do passado, nos quais tudo pertencia, por direito, ao primeiro ocupante, bastando que ele fosse forte para saber defender sua posse. Com a vida do homem atingindo o nível social, o problema faz-se mais complexo na definição dos direitos e deveres recíprocos.

Também neste ambiente o assalto do tipo primitivo pode ser justificado, quando o indivíduo se encontra em condições de desesperada necessidade por ser-lhe negado qualquer meio de sobrevivência. Mas é justificado também o desejo natural de crescer, enriquecer, dominar, quando isso é um meio para civilizar-se, o que constitui uma evolução e está nas finalidades da vida. Isso, porém deve ser feito honestamente, segundo a justiça, sem aproveitar-se de ninguém, porque neste caso, viola-se a Lei, a qual exige que tudo seja merecido. Buscar a felicidade não é culpa, se não é tirada da infelicidade dos outros. Neste caso o mau-ganho em prejuízo de outros não poderá deixar de resolver-se em dano próprio.

Eis então que, quando este crescimento quer se realizar por vias tortas, com violência ou astúcia, o resultado, obtido ilicitamente, fica impregnado de negatividade, qualidade que tende a destruí-lo. Neste caso o indivíduo que pensa ganhar, na realidade perde. É importante compreender essa técnica, porque é fácil cair vítima de miragens e assim obter um resultado oposto àquele desejado. Querendo obter sem merecer, contrai-se um débito que depois é preciso pagar, e termina recebendo somente o que merece. Assim, em vez de riqueza, obtém-se miséria.

Cálculos semelhantes eram desconhecidos na economia do passado. Bastava realizar o fruto da própria rapina para que isso se considerasse legítimo, tanto que constituía um direito fixado por herança, sem levar em conta a negatividade que podia conter perante a justiça da Lei de Deus. Porém, perante a nova moral, aquela era uma economia de aventureiros. Todavia, ela era uma consequência lógica do sistema de luta pela vida, então vigente. Tudo era proporcionado. O que importava era saber vencer, não o mérito ou a justiça.

Isso não impediu que o sistema de luta não pudesse ser superado por evolução, para dar lugar ao sistema de retidão, de modo que, atingido um certo nível de desenvolvimento, esta pudesse tornar-se uma arma de defesa para a sobrevivência. Pela velha forma mental isso é concebível. Mas hoje, quando ela está superada, a retidão torna-se um elemento básico para a complexa estrutura social de uma humanidade que atinge o estado orgânico. Hoje, que alcançamos a fase cerebral e científica, compreende-se que a negatividade do estado de luta é destrutiva, e que somente a positividade da retidão é construtiva. É uma questão de compreender.

Eis então que, no estado orgânico próprio dos povos mais civilizados, o egoísta desonesto representa o elemento anti-social a ser expulso. Assim ao indivíduo, quanto mais primitivo, tanto mais convém ser aventureiro; e quanto mais ele é evoluído, tanto mais lhe convém ser honesto, porque esta é a conduta mais vantajosa para quem vive no estado orgânico. Trata-se de um desenvolvimento biológico, que fatalmente tem de atingir esta nova fase, quando chega a hora da maturação. A evolução é também um processo de progressiva moralização.

A nova moral não cai no defeito de negatividade e não lhe sofre os danos, enquanto goza das vantagens da positividade. Chega-se a compreender que agindo contra a justiça obtém-se uma vantagem negativa, isto é, um dano. O segredo do verdadeiro sucesso está então em agir segundo a Lei. Eis que o nosso desejo de enriquecer deve ser satisfeito, mas segundo a justiça, se não quisermos permanecer iludidos, alcançando o resultado oposto.

Para compreender como isso acontece, é necessário conhecer a estrutura de nosso mundo. Analisamo-la a fundo em vários volumes nossos, e neste só é possível um resumo. Vivemos na superfície das coisas, onde reina o egocentrismo, o separatismo, a luta, a desordem, a ilusão, a negatividade. A presença universal do dualismo faz presumir a existência do termo oposto, o positivo, complementar à nossa negatividade, com qualidades opostas. A função do termo positivo é construtiva., é de dirigir, corrigir e sanar o nosso mundo feito de negatividade destrutiva. Leva-o assim a cada passo, a cada momento, da desordem para a ordem, da doença para a saúde, do mal ao bem, da posição errada à justa.

No fundo do caos, injustiça e desonestidade que estão na superfície de nosso mundo, dentro dele, como uma alma que o sustenta, há ordem, justiça, retidão. A ascensão evolutiva leva-nos em direção a esse mundo interior e, quanto mais evoluímos, mais lhe entendemos e vivemos os princípios. Sendo ele do tipo positivo, a evolução não nos leva em direção ao erro e à dor correspondente, mas tende, pelo contrário, a enquadrar-nos na ordem, na qual desaparecem o erro e a dor. A nova moral utilitária ensina-nos a ser honestos para evitar a negatividade, que se paga com a própria dor, e para conquistar a positividade, que é premiada com a própria alegria.

Assim se chega a compreender que a astúcia para enganar é contraproducente. Esta é uma força para vencer superficialmente, de forma temporária e aleatória. A retidão, ao contrário, é uma força para vencer em profundidade, de forma estável. Cada um trabalha em seu próprio nível. Quanto mais se é evoluído, tanto mais se trabalha em profundidade, alcançando resultados proporcionais do tipo utilitário. Isto é tanto mais necessário fazer, quanto mais efeitos vantajosos se quer obter.

Esta é a mecânica do fenômeno. Não se pode obter efeitos vantajosos ou danosos, senão dispondo as causas adequadas. O resultado depende então de nós. Os animais no mato, porque são animais, não podem agir senão como tais e, portanto, devem viver como animais. O homem civilizado, como tal, pode agir de outro modo, pode pôr em ação outras forças e viver melhor. A realidade profunda é que a retidão atrai riqueza e a desonestidade atrai pobreza. Isto tanto mais se compreende quanto mais desenvolvido se é, seja pelas vantagens que derivam deste fato, seja pela experiência vivida e o conhecimento adquirido, pagando os débitos contraídos para com a Lei pelos erros cometidos.

Todavia, pode-se objetar que mesmo a riqueza desonesta às vezes se sustém. Pode-se então chegar a crer que não existe justiça e que a retidão seja ingenuidade e debilidade, coisa perigosa, a ser evitada, porque o método rendoso é aquele do tipo oposto. Mas o resultado imediato engana e não subsiste. O jogo tem suas regras e, se se quer vencer, é necessário conhecê-lo e respeitá-lo. Antes de tudo, aquelas riquezas subsistem enquanto podem ser sustentadas com novas desonestidades que depois devem ser pagas. Depois, se observarmos os casos em que, em vez de conseguir fraudar a Lei de justiça, paga-se o erro, vemos que eles são maioria, esta é a regra. O fato de que em alguns casos não se vê como e quando se paga, constitui uma minoria. Trata-se de uma exceção que confirma a regra.

Pode levar-nos a um engano o fato de que a um certo ponto, com a morte do indivíduo, o fenômeno parece interromper-se em seu desenvolvimento, porque não se vê mais a sua continuação. cremos então que tudo esteja terminado e julgamos com tal critério. Mas a continuação está na lógica do fenômeno e ninguém pode interromper aquela continuação e violar aquela lógica. Se tudo desaparece a nossos olhos, isso é porque se esconde no imponderável, e assim foge à nossa percepção, mas não porque cesse de existir.

Na lógica de cada fenômeno está sua continuação. Ele, uma vez iniciado, não pode ser anulado, mas deve cumprir todo o seu desenvolvimento, até à exaustão dos impulsos que o constituem. Se esta é a regra, devemos admitir que ela permanece verdadeira também para os casos interrompidos pela morte, dos quais não se vê a conclusão. O fato é que há forças lançadas e que seus impulsos não podem ser anulados. A regra de que o desenvolvimento de um fenômeno não pode parar é que ele atinja sua conclusão depois de ter percorrido todo o seu desenvolvimento lógico, pode constituir uma prova a mais a favor da tese da sobrevivência depois da morte. Quando há um equilíbrio violado, ele deve ser restabelecido; quando há um erro, ele deve ser pago, mesmo se essa compensação ocorre depois da morte. Ela não pode interromper o curso fatal da ação da Lei, não pode ter o poder de anular os efeitos das causas por nós dispostas em vida.

Ter compreendido o funcionamento da Lei, e com isso ter-se tornado consciente das conseqüências fatais dos erros que a violam, leva-nos a viver de um modo diverso daquele praticado no passado, segundo um outro tipo de moral. Isso não quer dizer que nossos progenitores fossem imorais. Eles eram simplesmente amorais, mas no sentido de que ainda não podiam entender o mais alto nível de moralidade a que pode chegar o homem que alcança essa forma de consciência da Lei que aqui estamos examinando. O homem é moral com respeito a seu nível de evolução, mas é imoral em relação a um mais alto. Porém, com a evolução, ele moraliza-se sempre com maior exatidão e perfeição, porque a evolução é um avanço em direção ao alto, isto é, em direção a Deus e a sua Lei. Assim tudo torna-se sempre mais definido e o que era lícito em um nível, não o é mais no superior. As malhas da ética com o progresso fazem-se cada vez mais estreitas e o que por ali passava numa fase de desenvolvimento do ser, não mais passa na fase sucessiva.

Nossos antepassados, pelo seu modo freqüentemente feroz de agir, podem nos parecer imorais. Mas eles o eram perante os mais avançados, não perante a si próprios, pela mesma razão pela qual nós podemos parecer imorais a nossos descendentes mais evoluídos do que nós. É por isso que não se pode culpar nossos ancestrais se eles, por serem menos evoluídos, de fato seguiam um tipo de moral mais primitiva. A sua involução justifica-os. Não é admissível que se possa condenar a vida por ter cometido um erro. Se ela no passado usou aqueles métodos, é porque, então, sendo proporcionais ao grau de evolução atingido, eles eram adaptados ao cumprimento da função que, segundo as leis da vida, deviam

cumprir.

Segundo a forma psicológica do passado, era possível pensar que se pudesse enganar um Deus antropomórfico, que o indivíduo imaginava como um amo de quem se era servo pela força, e que comandava arbitrariamente a seu bel-prazer. Era portanto natural a busca de escapatórias com astúcias, para evadir-se de tal domínio. Hoje, quem compreendeu o funcionamento da Lei sabe que Deus é outra coisa completamente diversa e que, portanto, o uso de astúcia em busca de escapatórias para fugir de uma lei justa e inviolável, é um absurdo.

Quem compreendeu não pode ser tão ingênuo que se meta por esse caminho, porque ele sabe que o mesmo não o leva a ganhar, mas a perder, isto é, não em sua vantagem, mas em seu dano. A conta é clara, sincera, utilitária, de modo que o julgamento da conduta do indivíduo se inverte, e aquele comportamento que antigamente era considerado uma sagacidade de inteligente, agora é julgado uma ingenuidade de ignorante. Assim o é de fato, aquele que provoca o próprio dano com suas mãos, porque não compreendeu como funciona a vida.

O homem pode hoje afrontar assim grandes mudanças, porque se está tornando mais maduro, autocrítico, inteligente. É natural e fatal, portanto, entrar nessa nova fase da moral que levará a um novo modo de agir com as respectivas conseqüências. Neste livro, estamos mostrando a técnica de funcionamento da Lei. Isso não serve para a criança, e no passado seria trabalho desperdiçado. Mas o cálculo, que dá evidência de um raciocínio utilitário, é o melhor meio para convencer o adulto que sabe ver com olhos críticos e analíticos.

A ética torna-se então uma outra coisa. A mudança é profunda com efeitos decisivos. À incerteza da fé substitui-se a previsão dos resultados a serem alcançados, e a certeza de que, segundo a lógica dos fatos observados, eles acontecerão. Se as religiões no passado usaram o método do mistério e da fé, é porque ele era inevitável pelo fato de que as massas eram totalmente incapazes de raciocinar e compreender. Mas hoje que elas começam a pensar, eis que o método mistério-fé é abandonado e se começa, ao contrário, a observar para compreender e resolver.

Para bem compreendi a passagem que se está efetuando hoje da velha para a nova moral, pela difusão, em todos os campos, do pensamento humano positivo e científico, devemos colocar uma ao lado da outra, aquelas duas formas mentais. O homem comum do passado não sabia entender acima de seu estado emotivo. Assim o que o guiava não era o raciocínio, mas seus instintos e impulsos do subconsciente, que o faziam mover-se em uma ou outra direção. A maior preocupação do indivíduo era satisfazê-los. Seu maior trabalho consistia em superar os obstáculos que se sobrepunham impedindo aquela satisfação. Na simples psicologia do homem das massas não havia lugar para uma moral mais elevada. Naquele sentido desenvolvia-se a sua inteligência, daquele tipo era sua norma de vida. Ele não via a razão pela qual não devesse viver a seu modo, satisfazendo seus desejos, quando não lhe advinha dano. Tudo aquilo que este homem podia fazer era aprender a arte de encontrar os meios para satisfazer-se. A vantagem imediata que ele obtinha deste método convencia-o do valor do mesmo. Depois, tudo aquilo que a preceitualística daqueles tempos não tinha previsto, era considerado lícito. Triunfava plenamente o maquiavelismo, segundo o qual a habilidade consistia em saber esconder a moral mais elevada, porque este era o método que o levava à vitória.

Havia porém, a presença dos princípios morais, altamente proclamados. O problema então era somente o de fugir deles, satisfazendo-se sem incorrer em suas sanções. Resultado: uma sociedade bem acomodada, coberta de boas intenções, onde cada um, recitando a sua parte, fazia uma bela figura. Bastava que seguisse algumas regras exteriores convencionais. Era um método, também este, de resolver o problema da convivência.

Um tal sistema não podia durar senão na fase evolutiva, a ser utilizada pela vida. Superada aquela fase e alcançada uma compreensão mais avançada, aquele sistema não era mais aceitável. Isso é o que está acontecendo hoje, quando se compreende que com aquele método não se resolve os problemas. Por isso mudou-se de sistema e aqueles problemas são postos a nu, enfrentados com sinceridade, sem fuga emotiva, com uma, mentalidade científica e positiva, que penetra em todos os campos. É dessa forma

que se alcança a nova moral, que estamos expondo, baseada no estudo da Lei e sua técnica funcional.

O extraordinário resultado destes fatos, colocados perante uma moral demonstrada e convincente, conduzirá o indivíduo a um método diferente de pensar e de viver. Assim, do sistema de hipocrisia e escapatórias para desviar-se do próprio dever, do sistema da moral pregada e não praticada, passar-se-á ao da moral sincera e vivida, como o é tudo aquilo que depende não da fé mas de fatos positivamente controlados. Trata-se de uma verdadeira revolução tendente a varrer fora os métodos tradicionais de pensar e agir. Nascerá um novo tipo de vida, com o qual o homem adulto autodirigir-se-á com conhecimento e consciência perante a Lei de Deus.

V

AS POSIÇÕES DO INDIVÍDUO PERANTE A LEI

Falamos no primeiro capítulo do princípio de retidão sobre o qual se baseia a Lei. Ele corresponde a um princípio de equilíbrio e justiça que faz parte da ordem de que é feita a Lei. Vimos, então, que existe este outro método de conceber e conduzir a vida. Podemos agora perguntar-nos: para vencer, ter sucesso e resolver o problema da sobrevivência há somente o método em vigência em nosso mundo, o de ser o mais forte ou hábil para triunfar na vida, ou existe, na verdade, também outro método? Qual é a sua técnica, e a que resultados ele nos leva? Aquilo que dissemos até aqui sobre a Lei e a sua retidão, pode levar-nos à dúvida de que o outro método possa ser mais lucrativo. Ele é o honesto, meritório, consiste na posse de um valor real, mais útil do que o de impor-se à força. Seria revolucionário admitir que o sistema da justiça, e conseqüente defesa automática no indivíduo por parte da Lei, possa substituir com vantagem o da justiça feita com os próprios meios, como é o método vigente no plano animal. Seria uma reviravolta, porque o justo, mesmo débil, tornar-se-ia um vencedor, porque é protegido pela Lei, e o homem injusto, que por ser forte faz-se a si mesmo de lei, tornar-se-ia um vencido, porque é um rebelde para a Lei que é contra ele.

Tal estranha afirmação da superioridade do método e da vitória segundo a justiça, como quer a Lei, não é infundada, mas baseia-se em vários fatos: 1) é evidente que o velho sistema não resolveu o problema da convivência social pacífica; 2) aquele sistema não é mais válido, porque se torna contraproducente e, portanto, deve ser eliminado, quando se passa do velho estado social caótico ao orgânico; 3) esta afirmação é confirmada pelo fato de que podemos controlar-lhe a veracidade, porque hoje se está iniciando passagem para o estado orgânico e com isso assistimos a um deslocamento na avaliação dos valores humanos. Hoje o vencedor egoísta e violento, antes honrado porque era forte e vencedor, começa a ser considerado um criminoso, inimigo da coletividade. O herói de guerra, o amo prepotente dominador, o hipócrita astuto que sabe enganar, hoje, em vez de inculcar respeito, provocam revolta e, como elementos anti-sociais, são isolados para serem eliminados.

Nesta nossa época de passagem para um novo tipo de civilização, tudo isso começa a verificar-se, visivelmente, porque já se iniciou a inversão dos velhos valores. A razão desta mudança não é de caráter ético, mas biológico; é uma questão de evolução. É porque passamos ao estado orgânico, que adquire valor o fator retidão, que nesta hora serve à vida. E é por isto que se desvaloriza o fator força e domínio para impor-se coisas que servem, ao contrário, ao estado caótico. O problema é utilitário. A retidão é aceita pela vida, não por ideologias morais, mas por razões práticas de rendimento.

Tudo é relativo e evolui. Acontecerá que o princípio de retidão e justiça próprio da Lei superará o sistema vigente de luta. Isso não significa que este será abolido, mas que mudará de forma. Pelo fato de que hoje se passa ao estado orgânico da sociedade, o separatismo individualista torna-se contraproducente

para a vida. É por isso que ela o deixa de lado como fase superada.

Assim a luta não terminará na sua forma atual de seleção a baixo nível evolutivo, do mais forte ou ardiloso, mas continuará em forma mais aperfeiçoada, de luta inteligente, competindo na conquista do desconhecido. Continuará em grupos sempre maiores, em que se coordenam as funções sociais e se organiza a coletividade (*A Grande Síntese*: "Lei das unidades coletivas"). Deverá assim desaparecer a luta individual e violenta, relegada ao submundo social. Sobre ela prevalecerá um tipo de luta mais inteligente, em nível mental, que não se rebaixa às pueris rivalidades do orgulho humano.

Já vemos o trabalho de equipe entre especialistas que unem seus esforços para um fim comum, vemos a coordenação das funções nas grandes organizações industriais, vemos a universalidade da ciência que não admite barreiras. Assim a seleção, como é lógico, realizar-se-á em outro sentido, isto é, para produzir não um indivíduo mais forte isolado, mas o inteligente indivíduo social mais apto a viver na coletividade, nela cumprindo a sua função específica. Isso não nos surpreende, porque o vemos já realizado na sociedade orgânica de células que é o corpo humano.

Para viver de tal forma, é necessário conquistar qualidades diversas daquelas que tinham valor no passado. Isto porque a vida se encontrava na fase precedente a de evolução, e o sistema de retidão e justiça da Lei era próprio de uma fase mais avançada, que não se realizava. Ora, ninguém pode parar a evolução, e com esta aqueles deslocamentos. Logo a passagem para esse modo novo de conceber e conduzir a vida não é uma utopia, mas uma realidade já em ação, porque é devida a um fenômeno natural e fatal de evolução.

Resolvido este problema, tratemos agora de conhecer mais a fundo a técnica deste novo método de vida para poder fazê-lo funcionar com nossas mãos. Falando de retidão, tínhamos dito que o homem justo, colocando-se na corrente da lei, é por ela protegido e auxiliado. Isso seria uma bela solução para resolver o problema da vida, isto é, sendo honestos, colocarmo-nos dentro da Lei e assim nos deixarmos levar por ela. Perguntamos então: é possível usar esse sistema para alcançar aquela finalidade? Para fazer funcionar a Lei em nossa vantagem basta a retidão, ou, por outro lado, precisamos também de outros fatores? Qual é a estrutura deste fenômeno? Dentro de que mecanismos se encontra o indivíduo para sua vantagem e não para seu prejuízo, como e em função de que elementos deve conduzir-se?

Tudo se baseia na Lei. Mas ela não é só um princípio de retidão e justiça: é também uma vontade de torná-lo atuante, é uma corrente de seres vivos que o fazem atuar. Podemos representar o fenômeno com a imagem de uma multidão a caminho, ou antes, com a corrente de um rio sobre o qual o indivíduo se desloca com seu barquinho. Se ele rema de acordo com a Lei, isto é, no sentido da corrente, ela o ajudará. E ele avançará e seus esforços obterão o máximo de rendimento para o bem. Se, pelo contrário, o indivíduo rema contra a Lei, isto é, no sentido oposto à corrente, ela não poderá ajudá-lo, levando-o para frente. Então ele retrocederá e seus esforços só obterão rendimento para o mal.

Mas o fenômeno não se exaure aqui. Pode haver outras posições, que devemos examinar para resolver o problema apresentado acima, como o de se ser honesto e deixar-se levar. O agir segundo a justiça não nos coloca na corrente da Lei? Então nada impede que, posta a barquinha na corrente, se possa avançar sem remar. Seria uma bela solução: evoluir sem fadiga. Por que isso não é possível?

Chegados a este ponto, para compreender o fenômeno é necessário levar em conta um outro elemento, isto é, que o princípio fundamental da Lei que deve ser influente não é só o da retidão e justiça, mas também de evolução e, portanto, de movimento com essa finalidade. Assim, a Lei exige o cumprimento, também deste outro dever por parte do indivíduo, além daquele da retidão e justiça. Vai contra a corrente da Lei não só aquele que não cumpre este dever, mas também quem não cumpre o outro igualmente importante, o da evolução e movimento para realizá-la. Em suma, o homem, embora justo, se não trabalha para evoluir, é um violador da Lei, como o é quem trabalha contra ela.

Compreendido isso, vejamos quais são as outras posições, além dos dois casos extremos que acabamos de examinar, que o indivíduo pode assumir perante a Lei. Nos dois casos precedentes se ele move: 1) segundo a Lei e seguindo-lhe a corrente; 2) contra a Lei, movendo-se contra a sua corrente. Temos depois outros dois casos baseados, não sobre o movimento, mas sobre a inércia; 3) o homem justo

que se recusa a trabalhar para evoluir; 4) o homem injusto, que igualmente se recusa àquele trabalho. Estes dois tipos são ambos culpados porque, dado que a Lei é movimento, o ficar parado é um atentado contra ela, é uma revolta contra o princípio de evolução, base da Lei. Quais são então as conseqüências deste erro, o de não trabalhar para avançar seguindo o movimento evolutivo?

Para melhor nos exprimirmos, representamos o fenômeno com a imagem de uma massa de seres a caminho. Poder-se-ia traçar em um desenho a estrada sobre a qual avança o movimento dessa massa, relativamente àquele percurso, o deslocamento e as várias posições do indivíduo. Facilitar-nos-á a compreensão introduzir também no fenômeno os conceitos de positivo e negativo. Isto é, qualificando com um sinal positivo tudo aquilo que está de acordo com a Lei, portanto progredindo com o próprio esforço, seguindo a corrente da evolução; e qualificando com um sinal negativo tudo aquilo que é anti-Lei, tendente portanto a retroceder, porque é contrário àquela corrente.

Examinemos agora os vários casos expostos acima. No primeiro caso o indivíduo encontra-se de pleno acordo com a Lei, porque é um justo, que se colocou e se move na corrente da evolução. Porque ele aplica os princípios fundamentais da Lei, progride em positividade, acumulando a seu favor sempre mais valores daquele tipo.

No segundo caso o indivíduo encontra-se em plena oposição contra a Lei, porque injusto, colocou-se e move-se contra a corrente da evolução. Porque ele viola os princípios fundamentais da Lei, regride no sentido da negatividade, acumulando em seu prejuízo sempre mais valores deste tipo.

No terceiro caso, o indivíduo está de acordo com a Lei, porquanto é um justo, mas está em oposição a ela, porque, recusando-se a avançar, isto é, a trabalhar para evoluir, senta-se à margem da estrada, fora da corrente que avança. Então, neste caso, temos duas forças opostas. Uma é dirigida em sentido positivo, porque funciona seguindo o princípio da retidão da Lei e tende, portanto, a acumular valores positivos a favor do indivíduo. A outra força é, ao contrário, dirigida em sentido negativo, porque funciona opondo-se ao princípio evolucionista da Lei e tende, portanto, a acumular valores negativos em prejuízo do indivíduo.

Então, a posição de justiça, a favor desse homem, segundo a Lei, é neutralizada pela posição oposta de inércia anti-evolutiva, contra a Lei, em prejuízo dele. Assim a negatividade da inércia, que recusa a evolução, anula a positividade da retidão, e o indivíduo encontra-se em estase de morte, na qual a vida pára. O resultado, permanecendo estacionário em um mundo de movimento, é superado pela massa em marcha e disso resulta um retrocesso, porque o movimento desloca tudo para diante, ao longo do caminho da evolução.

Para admitir isso, é necessário compreender que o fluxo da corrente evolutiva que avança é contínuo, portanto ligado ao tempo, como uma sua função. De fato, definimos o tempo como ritmo que regula e mede o desenvolver do transformismo fenomênico. Ora, isto verifica-se em sentido evolutivo, de modo que a passagem da corrente evolutiva é ligada à passagem da corrente do tempo, não podendo, como ele, parar. Quem se isola fora dessa corrente não a interrompe por isso, mas fica estacionado dentro dela, que continua a avançar. É assim que quem pára é ultrapassado e deixado para trás, o que equivale a um retrocesso involutivo, semelhante àquele a que se submete o indivíduo do segundo caso que se move contra a Lei, retrocedendo. Eis como a inércia, pelo fato de que, também, no homem justo transforma-se em involução podendo constituir-se um grave prejuízo para ele.

No quarto caso o indivíduo encontra-se, como no terceiro, em oposição contra a Lei, porque, recusando-se a trabalhar para evoluir, coloca-se fora da corrente que avança. Porém esse homem não compensa essa sua negatividade como o faz o tipo do terceiro caso, com a positividade do homem justo, mas, ao contrário, agrava-a com sua negatividade de homem injusto. Segue-se que os dois impulsos, não sendo opostos um ao outro como no terceiro caso, não se neutralizam, mas somam-se, e isso no negativo. Verifica-se, então, por falta de trabalho evolutivo, não só o retrocesso involutivo do terceiro caso, próprio do inerte que pára, mas esse retrocesso é maior pelo fato de que seu ponto de partida está mais embaixo, porque não é o do justo, mas o do injusto.

O indivíduo do quarto caso encontra-se em vantagem sobre aquele do segundo, pelo fato de

que, enquanto este é ativo de forma anti-Lei, isto é, trabalha para involuir, o tipo do quarto caso, com a sua inércia, paralisa esse movimento, pernicioso para ele em sentido negativo. Assim a sua inércia freia o seu retrocesso que o conduz a um ponto acima de onde chegaria se fosse ativo como homem injusto, anti-Lei. Eis que no quarto caso a inércia, como suspensão de uma atividade negativa, pode representar uma vantagem, porque é um mal menor. Se, para quem avança pelo caminho do bem, o parar é um mal, para quem avança pelo caminho do mal o parar é um bem. Ou, por outro lado, se para quem trabalha positivamente o parar é negativo, para quem trabalha negativamente o parar é positivo.

Cada indivíduo se situa numa dessas quatro posições, segundo sua natureza e seus impulsos correspondentes, e a Lei responde-lhe adequadamente. Isso coincide com o que ele merece, porque a estrutura de sua personalidade é obra sua. Com essa técnica automática cada um recebe a lição a ele adaptada. A lei quer a correção do erro, a salvação e, portanto, a evolução para atingi-la. A função da evolução é a transformação do negativo para o positivo, como a involução é função de emborcamento do positivo em negativo. Sendo a evolução uma corrente em movimento, na qual a Lei quer que se avance, é implícito que ela deixe que essa corrente leve avante quem se coloca, nela, e faça o oposto no caso contrário. Assim podemos compreender por que isso acontece. De fato, a Lei ajuda ao máximo o indivíduo do primeiro caso; pondo obstáculos, resiste ao do segundo caso; deixa entregue a si mesmos os do terceiro e do quarto casos.

Há, porém, um fato fundamental, que não admite exceções. A Lei atinge sua finalidade, que é a de fazer funcionar a evolução, e por meio dela levar todos à salvação. Qualquer que seja a posição que o indivíduo escolheu, as reações da Lei acabarão sempre por corrigi-lo do erro e fazê-lo avançar, seja porque é atraído pelo bem que conquista, seja porque procura salvar-se do mal que lhe cai em cima. Muitos procuram retroceder, muitos se põem de lado para fugir à fadiga de evoluir, mas a grande corrente da Lei perseguí-los-á, agitá-los-á, desentocá-los-á, até levá-los à salvação. Não se pode deixar de nascer e viver, não se pode deixar de aprender e evoluir: é fatal, portanto, o retorno final a Deus.

VI

ANÁLISE DAS FORÇAS DA PERSONALIDADE E O CONHECIMENTO DO FUTURO. O FIM DAS GUERRAS

Tratando no capítulo precedente das posições justas ou erradas que o indivíduo pode assumir, falamos em termos gerais de bem ou mal, positivo ou negativo, sem especificar-lhes o conteúdo. Nossa finalidade é compreender o fenômeno, não fazer preceituário. Esse trabalho, se lhe agrada, o leitor poderá fazê-lo, tendo em conta a natureza do erro tomado para exame. Queremos então mostrar como proceder para precisar do geral ao particular, quando se quiser focalizar um dado caso. Entramos assim no terreno das aplicações dos princípios expostos acima.

Para fazer isso é necessário definir a natureza e a quantidade dos valores dos quais fica constituído o fenômeno a ser estudado. Estabelecida uma unidade de medida, pode-se determinar a evolução que se desenvolve no caso observado, e a velocidade da progressão evolutiva em marcha para adiante, bem como a dimensão e o deslocamento do indivíduo no sentido positivo segundo a Lei, ou negativo anti-Lei, ao longo daquele caminho. Pode-se também determinar o grau de afastamento alcançado pelo indivíduo em relação à linha da Lei (por falta de retidão), em sentido negativo, e o grau de

proximidade desse homem em relação a ela (como retidão). Assim, no segundo caso, pode-se observar o movimento com que se realiza o retrocesso involutivo do indivíduo não só em relação à força contra a corrente, como em relação à força a favor da corrente, assim por diante.

Assim é possível chegar à determinação qualitativa e quantitativa desses valores porque se trata de forças. Elas estão em movimento em uma dada direção e são lançadas ao longo de uma trajetória que se pode definir e traçar, porque sujeita a uma sua lei de desenvolvimento, como acontece com todos os fenômenos. O princípio de causa-efeito liga em uma concatenação lógica os sucessivos momentos desse desenvolvimento. Ele avança sobre um trilho e a uma dada velocidade. Isso permite estabelecer, com antecedência, onde, quando e de que forma o fenômeno vai terminar.

Estas não são mais do que indicações. Aqui não podemos expor, senão sumariamente, o problema, oferecendo ao leitor a chave para aprofundá-lo por si, para dilatá-lo, resolvendo os casos que surgirem. Quem pretender conhecer como se chega a essas conclusões, leia o volume: *Princípios de Uma Nova Ética*.

Ora, tudo o que foi dito é possível. Presume-se, porém, uma definição da natureza, quantidade de movimento das forças constituintes do caso em exame. Elas são do tipo mental. É necessário ter compreendido que o nosso universo não é constituído somente de matéria e energia, mas também de psiquismo, isto é, de uma onipresente substância psíquica, com caracteres de inteligência, ligada à direção dos movimentos do funcionamento orgânico executado pela matéria e energia. Sem isso, em vez da ordem existente, feita de movimentos coordenados, em direção a um fim, segundo um processo construtivo de evolução, teríamos o caos em que tudo ficaria disperso.

O campo em que agem essas forças de natureza psíquica, diretoras de nossa vida, é a nossa personalidade, em cuja estrutura deveremos portanto descobrir a existência delas e com isso a origem primeira do lançamento da trajetória de seu desenvolvimento. Para conhecer tudo isso, devemos então olhar para dentro de nós, porque é de nossas qualidades e das ações que lhes seguem e depende, por dedução lógica causa-efeito, o nosso destino.

Eis então que para conduzir o exame mencionado acima, é necessário conhecer-se a si mesmo, porque ali está o primeiro móvel, o ponto de partida de todo movimento. São as qualidades de que somos feitos que estabelecem a posição inicial do lançamento, da qual depende a forma da trajetória, sua direção, seu desenvolvimento e, enfim, um ponto de chegada. É necessário então um exame de consciência profundo, severo, sincero, um trabalho de introspeção e autopsicanálise, que ponha às claras as características das forças constituintes de nossa personalidade, positivas ou negativas, segundo a Lei ou a anti-Lei. Voltaremos a este conceito no fim do volume.

O resultado de tal indagação, como conhecimento do caso e previsão de seu desenvolvimento e conclusões, depende da exatidão de tal exame de consciência. Este desenvolvimento é o que se chama o próprio destino. Ele, pelo fato de que nos falta o conhecimento necessário para poder conduzir tal análise, é considerado como uma fatalidade cega. Trata-se, pelo contrário, de um fenômeno analisável em suas causas, corrigível em seu desenvolvimento, controlável em seus movimentos. Desse modo o entenderá, implantará e dirigirá futuramente o indivíduo consciente da Lei da vida.

Para chegar a isso é necessário compreender que o futuro já está contido em suas causas, que temos sob os olhos no presente. Eis então que o futuro é analisável em suas origens e primeiros movimentos, de que depende todo o resto. O problema está em saber compreender que coisa contêm aqueles germes, qual é a sua lei de desenvolvimento, em direção a que ponto este tende. E isso é possível, porque neles estão contidas estas coisas. Se soubermos examinar e compreender tudo, eis que, depois do presente, poderemos ver o seu futuro correspondente.

Pelos princípios segundo os quais se comporta a Lei, poderemos saber que forma tomará em cada caso o efeito das causas dispostas por nós, para o bem ou para o mal. Poder-se-á assim conhecê-lo como um complemento lógico daquela causa, especialmente na reação corretiva por parte da Lei. Ela, de fato, por princípio de ordem e equilíbrio, põe ao lado de cada movimento, à guisa de anticorpo, o correspondente compensador, o seu termo complementar. É assim que se pode conhecer o valor desta

incógnita, porque se sabe que para usufruir uma vantagem é necessário ter-se fatigado para merecer, mas quem para usufruir faz o mal, termina por dever pagar, sofrendo. Como se vê, não se trata de um trabalho de profeta, à base incontrolável de inspiração e intuição, acessível somente a poucos e em condições excepcionais; mas trata-se de um trabalho à base de lógica, acessível a todos, em condições normais e em termos positivos. Com isso começa-se a entrar com método racional no campo até agora reservado à ética e às religiões, resolvendo os problemas que elas propõem, mas não resolvem. E isso, não baseados em afirmações gratuitas, não controláveis, mas usando uma técnica racional e uma forma mental científica. Até agora a ciência e a fé partiram de pontos e usaram métodos muito diversos para poder estabelecer um diálogo e uma compreensão. Mas hoje o homem, de criança, está se fazendo adulto, e então enfrenta tais problemas com outra forma mental. A ciência avança sobre todos os campos, de modo que invade também os mais longínquos e neles se prepara para enfrentar problemas que até agora, com os velhos métodos, têm permanecido insolúveis. Isto é um encaminhar-se em direção à religião científica da nova civilização do terceiro milênio.

Uma outra aplicação de tais conceitos, prática e imediata, podemos encontrar em outro campo. Podendo prever em suas primeiras causas quais serão os acontecimentos de nossa vida, poderá ser possível preparar uma defesa contra aqueles dolorosos. Porém isso poderá acontecer usando uma técnica diferente daquela comumente adotada, isto é, intervindo de forma preventiva e agindo sobre as causas, de modo a suprimir-lhes ou corrigir-lhes os efeitos. Trata-se de um novo método mais inteligente e decisivo, de defesa da vida.

Esta tornar-se-á assim completamente planejada e o homem será o senhor do seu próprio destino, em vez de suportá-lo, sem entendê-lo, como escravo. O jogo é claro. Quando sabemos que as causas de nossas dores são os nossos defeitos, pode-se eliminar as dores, eliminando os defeitos. Isso porque está na lógica da Lei que, onde não temos defeitos, ela não tem razão para impor lições corretivas. Poder-se-á assim, fazendo um exame de consciência, até mesmo prever quais provas nos esperam, porque elas são uma consequência lógica de nosso passado. Mas para liberar-nos é evidente e necessário agir sobre as causas e, se não for possível, procurar pelo menos aliviar o peso das provas colaborando com a Lei, aceitando e compreendendo a sua lição. De fato, a finalidade desta é o de ensinar para não repetir o erro, a fim de que não se deva ainda suportar a dor correspondente. É certo que, quando o aluno aprende por meio da inteligência e boa vontade, não há razão que justifique o método do chicote, porque dele não se tem mais necessidade para atingir aquele fim. Eis um aspecto utilitário do presente estudo, um método inteligente para evitar a dor. Aprofundaremos no final deste volume também este conceito. Isso poder-se-ia chamar um novo tipo de seguro contra os males que nos ameaçam. Mas esse seguro obtém-se individualmente, como trabalho de consciência e inteligência. Tais conceitos são suscetíveis de vários desenvolvimentos. Aquilo que agora, aqui, é um ponto de chegada, poderá ser para outros um ponto de partida.

Mas também no plano coletivo a ascensão do homem a um mais alto nível de inteligência e consciência levará a grandes mudanças. Sabemos que a evolução tende a levar a uma progressiva diminuição da dor em proporção ao grau atingido de compreensão da Lei e, portanto, de harmonização com ela, o que significa evitar o erro e o correspondente sofrimento corretivo a ele ligado. O objetivo de tais esforços é sempre o de evitar a dor. E um dos efeitos do desenvolvimento da inteligência humana será o de eliminar as guerras. Esta será uma das grandes transformações que se verificarão no atual momento histórico, no qual termina um ciclo de civilização e inicia-se um outro. A vida está empenhada a fundo neste trabalho.

A abolição das guerras será o resultado da nova moral utilitária baseada na inteligência. Isso não acontecerá por mérito de teorias pacifistas. Elas nunca serviram para nada. A vida não é feita de palavras, mas de fatos, e baseia-se sobre um positivo cálculo utilitário. A moral que eliminará as guerras não será filosófica ou religiosa, mas racionalmente positiva, conforme a nova forma mental que o homem está assumindo hoje ao atingir um novo nível de evolução. Este é um dos muitos resultados da atual crise de crescimento.

Como se comporta a Lei neste momento, com referência ao homem, que ela deixa livre para construir o destino que quiser? A Lei exige atingir sua finalidade, que é a de fazer entrar a vida em sua nova fase de desenvolvimento, em que o método da violência bélica é superado. O homem é livre, mas qualquer coisa que faça, a Lei está decidida a realizar sua vontade sobre ele.

O sistema é sempre o mesmo, pelo qual: 1) o homem, por compreensão, obedece à Lei, colaborando com ela no cumprimento de sua vontade; 2) o homem desobedece à Lei é, então, forçado ao cumprimento daquela vontade. No primeiro caso a abolição das guerras é conseguida pacificamente, sem dores, só por meio da inteligência. No segundo caso o mesmo resultado é atingido à força, por meio de uma ação construtiva realizada por meio de uma prova dolorosa. Este é o meio que a Lei usa com quem não compreende outra linguagem. Método seguro, dado que em qualquer caso a Lei é obedecida, porque é compreendida ou sofreram as conseqüências de não compreendê-la.

Vejam os primeiro caso. A Lei oferece motivos utilitários positivos a quem é capaz de avaliá-los, para que sejam aceitos. Os armamentos atômicos custam muito porque envelhecem rapidamente e são continuamente renovados pelo incessante progresso científico. A primeira vantagem, portanto, em prol da paz, é a supressão do custo de produção. Há depois o fato de que é difícil obter uma superioridade atômica absoluta e definitiva, que assegure a defesa, porque se pode a cada momento ser superado por um outro país. A preparação com meios atômicos não admite mais possibilidade de vitória, porque o atacante seria aniquilado juntamente com o atacado, e uma guerra produziria somente destruição para todos. Isso faz-se sempre mais verdadeiro, porque os meios atômicos fazem-se mais mortíferos, a cada ano.

Vejam o segundo caso. Se o homem quiser colocar-se em uma linha anti-Lei e quiser usar a sua inteligência neste sentido, determinando uma guerra atômica, ela será igualmente a última, porque constituirá uma prova e lição tal que todos perderão a vontade de recomeçar a experiência. Assim, com o sistema do chicote a Lei saberá fazer-se compreendida da mesma forma, e sua finalidade será alcançada, ainda que o homem não queira compreender o absurdo de seu comportamento. A culpa sendo dele, pagaria um alto preço, sem que sua liberdade possa impedir que a lei se realize.

Mas, por que ela hoje quer a abolição das guerras? Ela o quer porque não há mais necessidade delas para atingir seus fins. Se no passado a vida as aceitava, porque tinham uma finalidade: a de misturar os povos, difundir as idéias, expandir a civilização dos conquistadores nos países conquistados. As grandes marchas dos exércitos no passado eram meios de comunicação através de massas imóveis. O invasor vencedor era um fecundador não só de mulheres, mas também de cérebros, de instituições, de costumes.

Hoje a vida não tem mais necessidade das guerras com essa função porque a ciência abriu grandes vias antes desconhecidas. Hoje os meios de comunicação fizeram-se tão rápidos e fáceis, que se atingiu automaticamente um estado de mesclamento permanente, sem necessidade de invasões de exércitos vencedores. Tudo isso amalgama, unifica, suprime diferenças de língua, de idéias, de raça; faz saírem barreiras étnicas, econômicas, políticas, religiosas e leva em direção ao futuro estado orgânico, ao qual tendo a humanidade, por lei de evolução.

E para conseguir isto que a vida abandona o sistema de guerras. A Lei quer a unificação, e hoje surgiu um fato decisivo neste sentido. A evolução chegou a levar a humanidade aos umbrais de uma nova fase de desenvolvimento e força-a a entrar nela. Como aconteceu isso? O progresso da ciência levou a descoberta de armas bélicas de tal potência que não podem ser usadas sem provocar uma catástrofe universal. O fato é que elas são mortíferas demais para que possam ser usadas com a velha finalidade de vencer um inimigo. Hoje as duas maiores nações que disputam a supremacia mundial atingiram uma tão grande potência atômica, que cada uma delas pode destruir a outra, e pode sozinha destruir o mundo,

Chegamos ao ponto de ruptura com a velha lei da luta, pelo que esta deve ser abolida, por não atingir o fim evolutivo da seleção do mais forte, mas, pelo contrário, por levar a uma destruição universal, fato contra o qual a vida se rebela. É assim que a Lei elimina a guerra que não serve mais a seus fins, porque não termina com o triunfo do vencedor selecionado (fato de utilidade biológica em sentido evolutivo), mas, ao contrário, é uma guerra que destrói todos. A revolução é profunda, porque leva a um

estado de unificação mundial e à abolição do velho método de vida egocêntrica, separatista, para passar ao método coletivista e colaboracionista, isto é, do estado caótico ao orgânico. Trata-se de um grande salto avante em direção ao regime de ordem, para o qual tende a evolução.

Vemos, de fato, que tudo isso hoje começa a realizar-se, tanto no campo político como no religioso, que vem acontecendo entre os filhos separados do cristianismo, e acontecerá para todas as religiões cujas bases positivas serão dadas pela ciência, único conhecimento de tipo universal. No campo político, a mesma tendência à unificação levou à idéia nova dos Estados Unidos da Europa, reduzindo as três ou quatro potências mundiais a um número sempre menor, até que se atinja um governo único de uma sociedade mundial de nações. Ele assumirá funções de polícia que impedirá as guerras, resolvendo os casos de países menores.

Estes são os novos conceitos que a Lei vai pôr em prática. Os destruidores do velho já estão trabalhando. Mas não é destruição, é renovação. A Lei mostra-nos o gesto de Deus, continuamente criador, impulsionando o homem novo em direção a uma posição biológica mais adiantada. Todas as suas manifestações estão envolvidas. Na superfície vê-se a tempestade, o vórtice do grande deslocamento. Mas nas profundezas está a ordem da Lei de Deus que guia o desenvolvimento do fenômeno e garante-lhe o bom êxito. O tempo bate fatalmente o ritmo do transformismo evolutivo que, a cada momento, sem jamais cessar, demole o negativo e o reconstrói positivamente. A trajetória do fenômeno vemo-la lançada do mal para o bem. O completo e definitivo triunfo deste deverá assim fatalmente ser lançado no retorno final do ser a Deus.

VII

O FUTURO ESTADO ORGÂNICO UNITÁRIO DA HUMANIDADE

Observamos no capítulo anterior o fenômeno do fim das guerras com tendência à unificação política mundial. Em outros pontos já afirmamos que a humanidade se encaminha para o estado orgânico. Olhemos agora para o futuro, para compreender o que ele nos prepara neste terreno.

Comprovamos nos fatos que, quanto mais primitivo é o homem, mais é individualista, egocêntrico, separatista, isolado, de modo que vive em um estado caótico; enquanto, se é mais evoluído, mais é coletivista, interdependente com seus semelhantes, unitário, de modo que vive um estado orgânico.

Esta passagem ocorre por evolução. Não há dúvida de que esta marcha é orientada em uma dada direção, que vai da desordem para a ordem, na lógica de seu desenvolvimento. Desordem significa uma posição de elementos rivais, em luta entre si, para afirmar-se cada um em si mesmo contra o outro. Ordem significa uma posição e tipo de relações recíprocas diferentes, baseadas na vida em sociedade, isto é, sobre o princípio da unificação, colaboração, organicidade.

Queremos observar aqui como a vida passa do primeiro estado ao segundo, isto é, como do individualismo até agora vigente, baseado na luta pela seleção do mais forte, adepto do comando, passa-se ao colaboracionismo baseado no método de cooperação pacífica de interesse comum. Esta segunda posição está nos antípodas da primeira. Como, então, é possível, onde domina o regime de caos, transformar luta em colaboração? Como conseguir implantar um método de vida unificado e orgânico?

Não é sem razão que o homem, por instinto, é proselitista, expansionista, imperialista. Veremos agora como a vida utiliza essas qualidades. É certo que elas são contraproducentes em uma sociedade que atingiu o estado orgânico. Nela é fundamental o dever do respeito ao espaço vital, material e espiritual alheio, porque naquele tipo de sociedade tudo está disciplinado na ordem e não são lícitas transgressões

de normas e violações de limites. Mas aquelas qualidades, em uma sociedade no estado caótico, servem à vida que, mercê delas, pode realizar sob o domínio do vencedor na luta, os primeiros reagrupamentos que, sem elas que os impõem e mantêm unidos com sua força, não se formariam nem resistiriam.

É com este sistema que a vida começa, gradualmente a impor o novo regime de tipo orgânico no lugar do caótico. Ela utiliza o vencedor na luta que, por isso mesmo, se mostra mais apto para as funções de organizador, exatamente para esta finalidade, que há de amalgamar e unificar sob seu comando os egocentrismos rivais de que é feito o regime de caos. Como se vê, esta é uma fase de passagem, na qual se utiliza o melhor fruto do método mais involuído para passar à posição mais evoluída. O indivíduo da fase caótica jamais se adaptaria a viver no regime de ordem, a não ser forçado por um chefe e construído segundo seu mesmo velho tipo e que o trata com tal método, o único para ele compreensível. Assim a vida fornece-lhe o que é necessário para induzi-lo a evoluir.

Obrigado assim a viver dessa outra maneira, o indivíduo, egocêntrico e separatista começa a avizinhar-se e a fundir-se com o seu rival e a encaminhar-se para um estado unitário. Mas, dado seu tipo, era-lhe necessária uma educação imposta à força, para que assim ele se habituassem, assimilasse, aprendesse a viver em novo modelo; era necessário uma educação imposta por um amo, vindo de fora, para que, depois, do exterior ela descesse para o interior, para lá ser assimilada através de longa repetição até tornar-se um automatismo ou novo instinto. Esta, de fato, é a técnica que a vida adota para a formação, na personalidade, de novas qualidades.

Há o fato de que o ponto de partida do atual salto à frente é o homem do velho tipo, construído no passado, e também o fato que a vida não dispõe de outro. Esse homem não é o tipo racional, inteligente, planejador do futuro, mas é um ser movido por seus instintos. Dado tudo isso, não resta à vida, para dar aquele salto, senão utilizar, tal qual é, esse que é o único material de que ela dispõe, aplicando os seus métodos para modificá-los. Tratando-se de instruir indivíduos do tipo rebelde, é lógico que esse trabalho não pudesse ser feito senão por férrea imposição. O raciocínio e a persuasão não servem para esse nível.

É assim que as formas de organização que se verificam em nossa sociedade são do tipo de sujeição e não são uma unificação espontânea e convicta na qual cada um, consciente de sua função na coletividade, toma a posição que o espera. É assim que a organização na Terra é do tipo imperialista, de forma hierárquica, em uma escala em que a ordem desce de um que comanda a muitos que obedecem. Segue-se que o individualismo egocêntrico destes, naturalmente rebeldes, é encerrado na ordem imposta pelo chefe. Assim começa a realizar-se o princípio orgânico. Estes são seus primeiros passos.

Estamos aqui explicando por que tudo isso acontece de tal forma e a vida se comporta de tal maneira. Tal estrutura, assumida pelo princípio orgânico em suas primeiras formações, para chegar depois a realizar-se plenamente, encontramos-la em todos os campos, seja político, religioso, bélico, industrial etc. Qualquer que seja o tipo de governo, ou religião, ou exército, ou atividade econômica, termina-se sempre no sistema piramidal, chefes e dependentes, com o poder sempre mais centralizado quanto mais se dirige para o alto.

Tudo isso é perfeitamente coerente com as qualidades do biótipo humano em seu nível evolutivo atual, isto é, seja com o instinto de egocentrismo separatista que o faz rebelde e, portanto, necessitado de uma ordem imposta para sair do caos, seja com o instinto de domínio sobre seu semelhante para submetê-lo. A técnica usada pela vida para alcançar seu objetivo, que é o de passar à organicidade, combina e utiliza essas qualidades.

Eis por que a estrutura das organizações humanas atuais é do tipo comando-obediência. Trata-se de uma razão psicológica, estrutural, ligada à realidade, proporcionada aos fins, segundo o comportamento normal da vida, que sabe tirar o melhor partido dos elementos disponíveis. Assim utiliza-se o individualismo para fazer executar a função de chefe; utiliza-se a seleção do mais forte para escolhê-lo; a prepotência de dominar para subjugar, enquadrando os rebeldes, na ordem; assim utilizam-se as mesmas qualidades do caos para construir o estado orgânico. Esse pode nascer, mas na dependência de um chefe, vencedor por eleição ou por revolução. Mas no fundo, trata-se sempre de um ato de conquista,

em que, para satisfazer seu instinto de domínio, o chefe começa a organizar os seus dependentes. É natural que esse novo método de vida nasça do velho, levando consigo as qualidades dele, para depois libertar-se delas gradativamente. É assim que em nossa sociedade podemos encontrar casos de organicidade que já se distanciam daquela posição original agora descrita, que forma o esqueleto do fenômeno.

Inicialmente, a organicidade existe como um produto da potência dominadora do chefe e estende-se em profundidade e amplitude em proporção a essa potência. Assim de Roma a Carlos Magno, a Napoleão etc., nasceram e desapareceram os grandes impérios da história. Sobre o mesmo princípio baseia-se a solidez do grupo familiar e de outros de dimensões sempre maiores, como instituições, associações, partidos, religiões, nações etc... Como se vê existe uma graduação unificadora sempre mais vasta, tendente a desenvolver-se, admitindo um sempre maior número de elementos. Notamos então que o princípio de unificação é um fato positivo que se está realizando. É um fenômeno que funciona, que se vai impondo. E unificação sempre mais vasta implica em uma organicidade sempre mais complexa e completa. Avança-se assim também neste sentido.

Deste modo os elementos dispersos no caos começam a conhecer o novo estado de ordem que os aguarda, habitam-se a viver nele, vêm-lhe as vantagens, assimilam-lhe as qualidades, aprendem a arte de convivência e colaboração, em suma, coletivizam-se. É assim que, pouco a pouco, o indivíduo, de egocêntrico separatista, faz-se orgânico unitário, por ter assimilado as qualidades necessárias para isso. Eis qual é a técnica do fenômeno. Esta é uma das vias pela qual se manifesta a Lei e se realiza a evolução. O que nos espera no futuro é o resultado orgânico unitário.

Resumindo, de tudo o que dissemos neste capítulo e no precedente, resulta: 1) que o homem no futuro terá uma vida inteligentemente planejada, na qual muitas dores poderão ser previstas e evitadas, eliminando-lhes as causas; 2) que o futuro nos reserva a abolição das guerras; 3) que ele nos prepara o estado orgânico-unitário da humanidade.

Eis alguns aspectos da imensa revolução que se realizará no terceiro milênio e que levará a humanidade a viver em um nível evolutivo mais avançado, inteligentemente orientada segundo o funcionamento da Lei de Deus.

VIII

POR QUE SE VIVE. AS TRAJETÓRIAS ERRADAS E A TÉCNICA DE SUA CORREÇÃO

No presente trabalho estamos estudando a estrutura e a técnica do funcionamento da Lei com uma finalidade: evitar o mal e a dor. Tratando-se de resolver um problema, é lógico que a primeira coisa a fazer é compreendê-lo, analisando-o com mentalidade positiva. Por isso evitamos atitudes idealistas, não baseadas na realidade dos fatos.

A vida dá provas de uma tão grande sapiência ao construir seus organismos, dirigir os seus fenômenos, resolver os seus problemas e atingir os seus fins, que não podemos deixar de considerá-la um centro psíquico inteligente. Este fato autoriza-nos a estudar-lhe o pensamento para conhecê-lo.

Perguntamo-nos: como a vida que soube criar as maiores maravilhas, resolvendo problemas difíceis em suas construções, deixa freqüentemente suas criaturas indefesas à mercê de mil perigos e sofrimentos? Como se explica tanta indiferença por tal sorte, ao lado de tanta sabedoria e previdência? Como se justifica tanta negatividade destrutiva, ao lado de tanta positividade construtiva? Quando o indivíduo vem ao mundo, freqüentemente, espera-lhe a miséria, as doenças, o cárcere, em suma, os

sofrimentos materiais e espirituais de toda a espécie. Há gente condenada desde o nascimento a uma vida de dores. E todavia as coisas estão combinadas de tal modo que o nascer é fatal, porque depende de instintos irresistíveis. Além disso, para tornar o fato do nascimento inevitável, a vida é pródiga de meios. Ela, que é avaríssima, e utilitária, desperdiça uma abundância incrível de germes, em grande parte destinados a perecer. Por exemplo, dos duzentos e cinquenta milhões de espermatozóides que conseguem contato com o óvulo, somente um está destinado a operar a fecundação.

Se a vida deseja tanto que o ser nasça, ainda que seja para deixá-lo depois em condições de ter tudo, menos uma felicidade garantida, então deve haver uma forte razão para isso. Somente esta pode explicar a contradição que existe entre o fato que a vida, que é tão benéfica de um lado, é depois tão maléfica de outro. E ela nisto dá também provas de saber perfeitamente fazer-se obedecer, e exatamente por indivíduos cujo primeiro impulso é a desobediência à Lei.

Para os subdesenvolvidos o jogo da vida reduz-se a buscar o prazer e fugir da dor. Mas a coisa não é tão simples. Nem se nos oferece uma explicação. Encontramo-nos perante um funcionamento que cabe a nós descobrir e compreender. Ele apenas funciona, como acontece com todas as leis do universo, sem nos dizer nada a seu respeito. Tratemos então de compreender qual é, neste caso, a regra do jogo.

A finalidade da vida não pode ser o de gozar, ainda que os ingênuos possam crer nisso. Isto pode acontecer na juventude, quando o indivíduo baseia-se em seu desejo e não em sua experiência. Mas não há velho que, tendo vivido, conserve tal ilusão. Eis então que devemos admitir que a vida tem uma outra finalidade, porque se assim não fosse, fazer nascer quem está destinado a sofrer será uma traição. Ora, a vida demonstra ser tão benéfica que não se pode admitir nela um tal impulso maléfico. Ela, em todas as suas manifestações, demonstra-se tão carregada de positividade, que a negatividade que contém deve existir por uma outra razão.

A realidade é que o verdadeiro objetivo da vida é outro. Entendido qual é, tudo encontra sua explicação. Mas é necessário primeiro ter compreendido o fenômeno vida em seu desenvolvimento e finalidade. O fim supremo que ela quer alcançar a todo custo, de acordo com seu caráter de positividade construtiva, é a salvação do ser, conseguida através da evolução. Salvação significa conseguir a felicidade, que é o grande desejo que freme no fundo de cada coração humano e que impulsiona o indivíduo à ação. Este desejo está escrito na Lei de Deus e está destinado a realizar-se. Ele um dia deverá ser satisfeito. Se assim não fosse, ele não teria sentido nem finalidade, e constituiria uma zombaria atroz. Quem sabe como funciona a vida não pode admitir que ela trabalhe com tal sistema.

Compreendido que esta é a sua finalidade, as condições que ela nos oferece, de fato, não são mais uma contradição, porque assumem um outro significado. Não se vive para gozar, mas vive-se para chegar à felicidade que é o ponto final, no topo da escala evolutiva. O instinto não nos engana e é um móvel utilíssimo da ação. Ele cumpre sua função que é a de impulsionar-nos em busca da felicidade. Assim corre-se, fazem-se esforços em todos os sentidos para subir, enfrenta-se e tenta-se vencer. Em uma palavra, experimenta-se, seguindo o curso da escola da vida, de que vimos os métodos didáticos do erro etc. Para que não se tente fugir de tudo isso, há pois o instinto de apego à vida que nos faz suportar as provas necessárias para evoluir.

Todavia pode acontecer que se tente a fuga com o suicídio. Mas, por que é ele um mal? Mais exatamente porque é uma recusa em afrontar as provas que precisamos atravessar para conseguir a evolução que, ainda não se compreenda, é a finalidade da vida. Evoluir para salvar-se é o dever que a vida nos impõe. Suicidar-se é dizer não a este dever, que, em substância, não é senão o de construir o nosso bem. Mas isso deve acontecer cumprindo a fadiga para ganhá-lo, o que está de acordo com a justiça da Lei. Então o suicida, que deseja fugir disso, termina por pagá-lo, no sentido de que a prova não aceita recai sobre ele com a fatalidade de um destino e agravada pela recusa.

É necessário compreender que as provas são meios para aprender a subir, são instrumentos de evolução, isto é, de salvação. Embora reconhecendo nelas um aspecto negativo, a vida assume um valor positivo. Em suma, o mal e a dor, que são destrutivos em si, adquirem um significado e um poder construtivo, que dão um alto sentido benéfico àquilo que antes parecia uma condenação.

Eis por que a vida, sem ser maléfica — sendo benéfica — ao contrário, pode impor o nascimento, mesmo se este leva a provas dolorosas. Estas então não são negativas e destrutivas, mas positivas e construtivas, porque, se compreendidas, podem ser um instrumento de evolução, isto é, um meio para subir em direção à felicidade. Eis por que se deve nascer, e a vida é sempre uma bênção de Deus, mesmo quando ligada a um destino doloroso. Estas não são afirmações fideísticas, mas são o resultado de um raciocínio baseado na realidade e na lógica vivenciadas.

Já explicamos que a dor tem a finalidade de eliminar o erro, que é a sua causa. A dor existe para eliminar a dor. Pelo fato de ser ela um meio para chegar à felicidade, justifica-a perante a Lei. Em suma, reconhecemos na vida uma larga zona de negatividade, mas compensada e corrigida, fechada e enquadrada para o bem na positividade fundamental do Todo.

Compreendido esse mecanismo, tratemos de utilizar o seu conhecimento para uma sábia orientação de nossa vida, e mais exatamente, para evitar com isso o doloroso efeito do erro.

Um sistema bastante difundido para satisfazer o desejo de felicidade é o de procurá-la pelo caminho de menor resistência, o mais fácil, o de atalhos. Assim chega-se rapidamente, por qualquer meio, aconteça o que tiver de acontecer. Quem compreendeu o mecanismo da vida, sabe que isso é um erro que vai conduzi-lo à dor. Esse tipo de felicidade é roubada à justiça da Lei e, como furto, deve ser-lhe pago. A alegria que não corresponde a um mérito e a um valor verdadeiro é falsa e transforma-se assim em um engano. Trata-se de uma trajetória em direção errada que, portanto, exige correção. Ela é lançada para baixo, em sentido involutivo, enquanto se deve dirigi-la para o alto, em sentido evolutivo. Assim ela, porque vai em sentido involutivo, apesar de querer caminhar em direção à alegria, caminha para a dor. Para evitar essa trajetória realmente em direção à alegria, a vida deve reorientá-la a golpes dolorosos. Ela é uma desordem e esta é uma doença da ordem. É neste ponto que dói. A dor aparece quando a ordem é alterada, e deste fato somos advertidos por aquela sensação que chamamos dor. Isto em todos os campos é a expressão sensorial de uma violação da ordem da Lei.

Desejamos a felicidade. Isto é justo. Mas o caminho para lá chegar é regulado por normas. Se não as seguimos chegamos, ao contrário, à dor. Insistimos nisso porque este é o sistema mais usado, embora seja uma grande ilusão, porque, pelo contrário, leva à operação cirúrgica da reorientação. É duro então saltar às costas da Lei ao negativo, em posição corretiva. Só quem não compreendeu o funcionamento do fenômeno não vê o absurdo de pretender que a desordem e a violação possam levar à felicidade, que, ao contrário, é um estado de harmonia, feito de disciplina na ordem.

O conhecimento de tal mecanismo pode ser útil, sobretudo aos jovens que, ingênuos e carregados de desejos, encontram-se na hora do lançamento da trajetória de sua vida, isto é, da implantação de seu destino. Eles crêem ter nascido para gozar. Em vez disso, nasceram para experimentar e aprender, e isto para evoluir, o que significa subir e melhorar as condições de vida. Programa são e construtivo. Quem tem a mente lúcida compreende que isso é lógico e correspondente à verdade.

Mas é freqüente o caso em que se busca a felicidade, descendo negativamente, isto é, endividando-se para com a Lei. Tratando-se de um regime de desperdício, porque não reabastecido de positividade, ganha com o próprio esforço e valor, para continuar a gozar, usufruindo com isso de positividade, é necessário um endividar-se sempre maior. Assim a negatividade aumenta. Isso é inevitável porque, uma vez lançado, o movimento em descida adquire sempre mais velocidade, até um ponto de saturação no qual a reação da Lei amadurece, interrompendo subitamente o desequilíbrio, restabelecendo a ordem à força.

Como se vê o fenômeno baseia-se em um jogo de equilíbrio entre as duas forças contrárias, a positiva e a negativa, postas perante o princípio de justiça próprio da Lei. É como o que ocorre no uso de drogas, que criam um paraíso fictício do tipo negativo, porque artificialmente roubado às leis da vida. Assim, ele tende a exaurir-se, de modo que para continuar a gozá-lo, é necessário um aumento contínuo da dose de negatividade que o gera. Isso significa que, para preparar-se um bem sempre menor, é necessário buscar um mal sempre maior. É Justo e lógico que assim seja, porque a trajetória do fenômeno está em posição reversa, anti-Lei, pelo que não se pode obter senão resultados reversos, anti-vida. Assim,

tudo tende a resolver-se em envenenamento e morte. É nesta direção que o desenvolvimento do fenômeno se precipita, até o baque final com o qual a Lei restabelece o equilíbrio segundo a justiça. Atentemos, para não enveredar-nos por essa estrada, da qual depois não se sai mais, enquanto não se chega ao fundo.

A vida pode fazer convites desse tipo em qualquer campo: o do poder político e econômico, do prazer dos sentidos etc. Em nosso tempo, no qual se adora o sucesso, é fácil cair na armadilha. E os ingênuos, atraídos, abocanham o anzol. Mas então a vida, se faz ofertas semelhantes, é traidora? Por que as faz? Onde está a justiça da Lei?

É necessário não esquecer que a vida é uma escola, e uma escola é feita de contínuas provas a serem superadas. Tais ofertas são um teste para aqueles que tendo experimentado e aprendido, dão provas de saber resistir ao convite, não mais caindo na armadilha. De tal exame aqueles saem vencedores e são promovidos à classe superior. Os maduros conhecem o jogo da armadilha e por isso não caem lá e a vitória lhes serve para avançar.

Mas os imaturos não entendem o jogo e é exatamente para chegarem a compreendê-lo que eles têm necessidade de experimentá-lo. Como podem aprender, se não sentirem na própria pele quais são as conseqüências do erro? É necessário que eles aprendam, vivam portanto todo o desenvolvimento do fenômeno da queda, como descrito acima. Isso até o baque final, que é o golpe necessário, única coisa que pode ter a força para abrir e penetrar sua mente, ainda dura para fazer-se entender. Então nela faz-se a luz e estes homens amadurecem, de modo que, quando do próximo convite do mundo, não cairão na armadilha. Então, eles superarão tal exame e poderão subir para uma classe superior. Esta é a mecânica do fenômeno. O caminho é livre, sendo necessário, pois, muita atenção para escolhê-lo.

Cuidado, portanto, para não deixar seduzir-se, aceitando cegamente ofertas gratuitas de triunfos fáceis. Façamos então o exame de consciência, e se virmos que eles não são merecidos porque não correspondem a um valor real nosso, não aceitemos aqueles triunfos. Devemos dar provas de sermos conscientes do que valemos e merecemos. Se somos orgulhosos, vaidosos, ávidos, ignorantes, descuidados, irresponsáveis, é justo que caiamos e paguemos.

O banquete está pronto e somos convidados. Mas devemos compreender o significado do convite, porque se não o compreendermos antes, compreenderemos depois, como acontece com o peixe que abocanha o anzol. O ávido, ansioso de ganhos gratuitos, crendo ser esperto e vencedor, abocanha-o. Mas, por quê? Porque aquelas são as qualidades de seu temperamento, exatamente aquelas que devem ser corrigidas pela experiência. É justo que a prova o espere, até que ele aprenda e com isso evolua. Ele compreenderá depois. Mas como se poderia isentá-lo da prova, se ele antes não compreendia? A desilusão tem uma salutar função educadora e é por isto que, para seu bem, a vida fá-la suportar. A finalidade disto é que ele chegue a compreender que com aquele método não se vence, mas se perde. A desilusão serve para atingir a compreensão — primeira condição para avançar. Trata-se de um sofrimento justificado, salutar e construtivo. Se ele houvesse sido maduro não teria abocanhado e não teria sofrido, porque sofrer é justo, útil e necessário somente para quem aprendeu.

IX

O PROBLEMA DA DELINQUÊNCIA

Neste livro foi nosso propósito basearmo-nos sobre o que a vida nos mostra através dos fatos, observando seu pensamento. Por isso não nos referimos a qualquer escritor. Além disso impusemo-nos ser breve e sintético, fazendo uma recapitulação de todo o trabalho de preparação que nos trouxe até aqui. Ele está aqui subentendido, embora não muito evidente. Este é um livro de aplicações e conclusões, que

representa esta fase final. O período de pesquisas e maturação está nos vinte e dois volumes precedentes e nos quarenta anos percorridos por vários caminhos, para chegar à maturação atual.

Ao fim deste trabalho, implantamos algo que outros poderão desenvolver, aplicando, com novas pesquisas, os princípios expostos. Com isso, depois de ter percorrido a fase conclusiva do velho mundo, colocamo-nos agora às portas do novo, que hoje pertence aos jovens e que será deles amanhã.

Fizemos algumas aplicações das teorias aqui expostas. Mas, uma vez que nos tenhamos orientado, e compreendido a técnica do fenômeno, dela se poderá fazer muitas outras aplicações. Ainda citaremos algumas, mas escolhidas como exemplo, só para mostrar como e quando muitos casos podem ser resolvidos, se bem orientados. Demos uma chave e com ela poderão ser abertas muitas portas ainda fechadas, se soubermos onde está o buraco da fechadura a que ela é adequada. Não nos podemos engolfar pelo caminho da casuística, porque isso nos levaria muito longe, sendo os detalhes intermináveis. Assim se seguem alguns outros capítulos, mas sem pretensões de exaurir o argumento.

Estamos numa época de grandes mudanças, na qual se pesquisam métodos novos, destinados, não a cobrir, salvando as aparências, mas a resolver. Esta é a diferença entre o presente e o passado. Antigamente o problema da pobreza era enfrentado com o paliativo das esmolas e com a promessa de uma felicidade futura no céu, a qual era encarregada de compensar o mal, assim realizando a justiça de Deus. Hoje, em vez de fazer da pobreza um problema espiritual sem resolvê-lo, procura-se suprimi-la com meios positivos de técnica produtiva e de organização econômica coletiva. Diz um provérbio chinês: "Se quiseres ajudar um pobre, não lhe dê um peixe, mas ensina-o a pescar.

Nota-se a mesma mudança de métodos com referência ao problema da delinqüência. No passado a justiça se encarnicava contra o condenado, que era culpado. Isso constituía um enfurecimento estéril, porque se limitava aos efeitos do mal e suas causas próximas. A finalidade era defender-se e vingar-se, não eliminar as causas, e com isso a delinqüência. Hoje, em vez disso, tende-se a fazer a psicanálise do criminoso, para atingir as causas remotas e organizar uma ação preventiva em profundidade para impedir, desde o início, a formação do mal.

Trata-se de métodos diversos de enfrentar o problema. Observemos quais são eles e qual é o mais útil à vida. Eles pertencem a dois níveis diversos de evolução e hoje está se verificando a passagem do inferior para o superior. O primeiro faz parte do sistema de vida baseado na luta, o segundo faz parte do que se baseia na compreensão. O primeiro foi usado no passado, o segundo começa a ser hoje, para continuar a desenvolver-se sempre mais no futuro. Ele depende da afirmação da inteligência, posição nova que a humanidade agora alcança, por lei da evolução, entrando em uma fase mais avançada desta.

O criminoso é tanto mais notado, e expulso da coletividade, quanto mais esta atingiu um regime de ordem. No caos, em um regime de desordem, quanto mais este domina, menos se nota a presença do criminoso, porque ele em um ambiente de criminosos no qual reina um sistema de luta, é regra e não exceção. O estado de fato é que, quanto mais involuída é uma sociedade, tanto mais ela se encontra afastada da justiça e o problema reduz-se à defesa própria, a uma luta pela sobrevivência, na qual o mais forte vence.

Esta era a substância da justiça penal do passado. Mais do que em uma compreensão inteligente do fenômeno, ela baseava-se em reações instintivas do subconsciente para defender-se contra um ataque à própria pessoa ou bens. A Lei de Deus não podia funcionar senão de acordo com o baixo nível evolutivo então atingido, isto é, de luta pela sobrevivência. A justiça consistia em uma reação de defesa e vingança que saldava as contas, mas não restabelecia a ordem: deixava intacto o estado de guerra entre juizes e violadores, entre a parte lesada e o assaltante. Embora houvesse a punição, restava o hábito do delito como mal social constante que não era erradicado.

No passado dava-se exemplo público da justiça, administrando-a em praça pública, onde o povo podia gozar o saboroso espetáculo de ver torturar e matar os malfeitores, para onde todos corriam, e pode-se imaginar com que resultados morais e educativos. Cria-se, com isso, combater o delito, enquanto na qualidade, desta maneira, o povo aprendia melhor a cometê-lo, instruído por aquele espetáculo feroz. Mas estas eram sutilezas psicológicas então despercebidas.

Estava-se em um mundo ainda involuído, o que significa carregado de negatividade, pela qual, à do criminoso juntava-se a negatividade da sociedade julgadora, à da culpa somava-se a da punição, com o resultado de aumentar tal negatividade com ódio e vingança em vez de absorvê-la para eliminá-la. Ela não pode ser combatida senão com a positividade, que a corrige agindo em sentido oposto. Não se segue este sistema porque o indivíduo egoisticamente não se preocupa senão com resolver seu problema, que é de defender o seu próprio interesse. Cada um dos dois termos lança sobre o outro sua própria negatividade. Esta, na falta da ação de uma força corretiva, permanece intacta, e o mal, não curado, sempre reaparece, pois não se elimina com outro mal.

Devemos então ir ao encontro do delinqüente com braços abertos? Isso é possível numa sociedade chegada à fase de compreensão, não em uma que ainda está em fase de luta. Ora, isso era justificado, porque era no passado usado o sistema imposto e os homens se achavam naquela segunda fase.

Há, porém, um outro fato: a humanidade está hoje passando à fase da compreensão e isso acontece primeiramente com as classes dominantes, que representam a posição evolutiva mais avançada. É destes que se espera, frente ao criminoso, a iniciativa para passar do regime de luta ao da compreensão. Trata-se de um momento propício para iniciar e depois realizar a passagem a uma posição de positividade, sanadora do mal, corrigindo a negatividade do elemento oposto, anti-social, o criminoso.

É pela maturidade das massas que o indivíduo anti-ordem deve ficar como que estrangulado por uma reação psicológica coletiva, que lhe fecha o campo de ação. Este homem deve ser julgado pela opinião pública como criminoso, mesmo quando, enquanto prejudica o próximo, dá provas de saber vencer pelo valor da força ou da astúcia. No passado ele podia, se vencedor, tornar-se um herói admirado, porque era julgado com uma psicologia individualista, pela qual só à parte lesada interessava reclamar, não à coletividade. Aos outros ilesos os danos não importavam, quando não lhes diziam respeito. A vitória, sendo às custas de um terceiro, dava-lhe um senso de valor e poder, inculcando, portanto, respeito. Até hoje o delinqüente astuto bem sucedido provoca uma dose de admiração por parte dos que não foram lesados.

Isso está implícito no sistema da luta e é sua conseqüência. E aquele sistema é qualidade da involução, de modo que, quanto mais involuído o indivíduo, tanto mais ele vale como criminoso, e ao contrário. Acontece que tal tipo de evolução tende a eliminá-lo. E assim que a delinqüência começa a ser julgada como tal quando o mundo se civiliza, enquanto antes ela era um método normal de defesa e um meio necessário à vida. Quando esta se encontra em tal nível, aceita a delinqüência, porque só quem sabe roubar e matar sobrevive. O criminoso de fato acha-se à vontade e vive bem, porque feito sob medida, em um ambiente caótico; o mesmo não acontece em um regime de ordem, somente para o evoluído. Assim se pode considerar o criminoso como uma sobrevivência atávica do passado, destinada a desaparecer com o tempo por lei da evolução, porque ele é sempre menos adaptado e menos consegue viver em uma sociedade quanto mais esta se civiliza.

Em um momento de transformação como o atual, estão aparecendo novos critérios, antes inconcebíveis. Condena-se, por exemplo, o culto da personalidade, que representa a apoteose do vencedor, segundo o velho sistema. Apareceu depois o conceito de criminoso de guerra. Mas, para ser completo, ele deverá ser aplicado não só pelo vencedor ao vencido, mas a quem quer que faça uma guerra, violando a ordem internacional. Encaminhamo-nos para a formação de uma política mundial, pela qual o guerreiro assaltante de uma outra nação não é um herói glorioso, mas um criminoso, como hoje o é, dentro do próprio país, qualquer pessoa que assalte o próximo. Já se reconhece o direito de recusar-se a guerra por objeção de consciência.

O princípio já existe, mas até agora é limitado a cada nação. É questão somente de amplitude na extensão de sua aplicação. Mas ela está sempre crescendo. Pela lei de evolução que leva à formação de sempre maiores unidades coletivas, não se poderá senão alcançar uma unificação mundial, pela qual qualquer ato bélico será uma violação da ordem, punível como ato criminoso, pela polícia.

Antigamente estas extensões na aplicação de tais princípios não eram realizáveis. Procurava-se então resolver o problema da criminalidade de outro modo, lançando-se furiosamente sobre e condenado, crendo que quanto mais cruel fosse a pena, mais difícil tornar-se-ia a execução do delito. Hoje, quando se passa do método da luta ao da compreensão, vê-se a estrutura do fenômeno, e a solução é dada de maneira diversa. O moderno homem racional analisa o caso e pergunta-se: quais são os resultados do sistema punitivo? Considerado do ponto de vista utilitário, qual é o seu rendimento para o bem da coletividade? Ele melhora ou piora o criminoso? E se o piora, então para que serve puni-lo, se isso reduz-se a uma fábrica de maior delinqüência? Punir é um método feito de positividade, que assim corrige e diminui o mal e a negatividade, que anteriormente era um método de negatividade que agravava os negativismos da criminalidade.

Como se vê, o novo estilo de enfrentar o problema consiste em propor-se a melhorar o delinqüente, porque este é o caminho que leva à diminuição da criminalidade no interesse coletivo. O velho estilo não tinha esses fins corretivos e consistia na reação defensiva individual, do ofendido contra o ofensor. Ora, o novo estilo sendo o produto de uma fase evolutiva mais avançada e inteligente, fez compreender que o sistema de investir contra o condenado é contraproducente, e, por uma questão utilitária de rendimento, deve ser eliminado.

Começa-se então a estudar a psique do delinqüente, procura-se penetrá-la, e pesquisa-se onde está o terreno das motivações e a origem primária das ações. Procura-se assim penetrar todo o mecanismo cerebral determinante do ato criminoso que é sua última conseqüência. Com a psicanálise do delito pode-se ver quais as condições hereditárias, mentais e ambientais, dentro das quais ele nasce. Pode-se assim desinfetar esse terreno para impedir tal nascimento e, uma vez formado o criminoso, estudar os métodos para reeducá-lo, reabilitá-lo, e depois inserir na vida coletiva esse elemento antagônico. Isso faz parte daquele trabalho de formação do estado orgânico da sociedade, já explicado nos capítulos precedentes.

Essa recuperação já está sendo feita, de modo que os fatos estão de acordo com as nossas explicações. Busca-se pôr em ação melhoramentos carcerários em sentido educativo, para reconstruir o indivíduo estragado. Busca-se evitar o embrutecimento, a reação involutiva do condenado, procurando ir ao seu encontro, não com o sentido de vingança, mas de compreensão de seu caso. Busca-se reatar as relações de boa vizinhança na convivência social, relações rompidas por várias causas que se buscam eliminar. É verdade que a sociedade quer antes de tudo defender-se, o que é seu pleno direito. Mas agora deve aprender a defender-se mais profundamente, suprimindo a causa do mal e não agravando-o, a ele adicionando-lhe outro. Também neste setor vemos que se passa à fase de colaboração, constituinte do novo estilo de vida em todos os campos.

Antigamente a ação punitiva dirigia-se contra o indivíduo que tinha agido mal. Mas ele não era senão o último efeito de uma cadeia de fatos que a justiça ignorava e que, todavia, tinham valor determinante. Mas aqueles fatos eram ignorados porque a penetração psicológica do homem não chegava a observá-los. Via-se o fenômeno com outra forma mental. A aplicação da justiça freqüentemente tinha o sabor de uma luta entre criminosos. De fato, quem ditava a lei e a aplicava, era quem, por ter vencido, havia se tornado senhor, cuja vontade e vencido devia suportar. Vencedoras eram as classes ricas e dominadoras, vencidas eram as pobres e subjugadas. As primeiras faziam a lei a seu favor, condenando aqueles que tinham interesses contrários, se não obedeciam. Assim o delito, para indivíduos da classe dominada, era um ato de legítima defesa. Porém eles eram igualmente punidos porque, em um regime de justiça baseada na força, eles o mereciam por terem sido fracos e não terem sabido vencer. Ora, se estes homens se tornassem fortes e vencessem, não seriam mais criminosos, mas legisladores, admirados e obedecidos.

Em tal mundo, o culpado, punido segundo a justiça (aquela de então), era quem perdia a batalha por não ter sido suficientemente forte ou astuto para saber vencê-la. A reação punitiva era do primeiro tipo de vida, o da luta. Hoje a justiça procura também os culpados laterais ou precedentes e longínquos, e a reação ao mal é a do segundo tipo de vida, o da compreensão. Hoje são chamados a debate elementos

antes nunca vistos, que antigamente podiam fazer o mal impunemente porque ninguém os via. Culpava-se assim o culpado próximo, aquele apanhado em falta e não o remoto, que pode ser determinante.

Vem-me à mente um caso típico, o caso histórico da Monja de Monza¹. Ela foi presa por toda a vida em uma cela por ter seguido os instintos do sexo a cuja satisfação tinha direito, e pelos delitos que se seguiram por ter-se ligado a um delinqüente, que por sua audácia a tinha feito sentir nele o macho protetor. No entanto, ela procedera segundo os elementares e sadios impulsos da vida. Mas a justiça não viu os genitores que, sem aparecer, indiretamente haviam-na constrangido a declarar uma vocação inexistente; a justiça não viu o pobre padre simples e velho, escolhido propositadamente para aceitar tais declarações; a justiça não viu, se bem me lembro, uma tia que queria apoderar-se do feudo que a monja deveria herdar se não fosse fechada em um convento. Quem era então o culpado? Mas a punida foi ela só. Quantos outros puderam cometer a metade do delito impunemente, porque a justiça não os viu, vendo somente a monja. Todavia tais casos não autorizam a exigir uma justiça perfeita, impossível na Terra, mas autorizam a contar com uma outra justiça, que retifica a humana, quando esta não consegue funcionar.

Hoje estuda-se o criminoso e procura-se entender o delito. Às vezes encontra-se um doente, mais do que um culpado. A perseguição está sendo superada. Perante um acusado perguntamo-nos: por que esse homem é culpado? Quem e que fato o levou a esse ponto? Vemos agora que a justiça para ser feita, deveria golpear outros pontos, longe. Pode então aparecer atrás da culpa incriminada um mundo de outras culpas individuais e coletivas, das quais a do condenado não é senão a última consequência. Revelam-se então estados de injustiça social, pelos quais cada um é responsável, mesmo quando se exime do dever da reparação. Então, uma sentença penal pode constituir um convite a se fazer um exame de consciência pala ver a parcela de cada um, ao concorrer na determinação daqueles efeitos. Às vezes, quando acontece um fato triste, em vez de investir contra quem se deixou apanhar em falta, poderia ser mesmo um caso de nos perguntarmos: mas quem é o verdadeiro culpado?

X

A FABRICAÇÃO DO TÉCNICO, DO PRODUTO, E DO CONSUMIDOR

É próprio do estado orgânico, para o qual a humanidade se encaminha, a formação de problemas interdependentes, ligados em cadeia. Aqui apresentamos agora alguns deles, inerentes à industrialização moderna, mostrando como se pode resolvê-los de modo mais lucrativo, quando se usa o sistema de retidão que nos é proposto pela Lei.

No passado, a produção era reduzida, o trabalho era um artesanato, para poucos consumidores. O estado primitivo da técnica não permitia a grande organização industrial com produção em série, que implica tanto num suprimento de técnicos aptos à execução daquele trabalho, como no fornecimento de uma massa de consumidores preparados para absorver aquela produção. A indústria torna-se assim um fenômeno complexo, no qual, como rodas dentadas, devem-se engrenar, um exigindo a presença do outro, os elementos sucessivos de um ciclo preestabelecido. O problema da fabricação do produto no estabelecimento industrial encontra-se espremido entre dois problemas: o da fabricação do técnico nas escolas, isto é, do trabalhador que produz, e da fabricação do consumidor (para quem vender), isto é, do mercado assegurado. Por sua vez esses problemas encaixam-se em outros, que nos levaria longe demais para examiná-los. Limitar-nos-emos a observar os três problemas: do técnico, do produto e do

¹ V. romance histórico: **I promessi sposi** de A. Manzoni. (N. do A.)

consumidor, a que correspondem outros três: o da escola, da indústria e do comércio.

Começemos pelo primeiro. Antigamente a instrução tinha caracteres diferentes da atual. Era reservada a poucos, a uma elite que podia permitir-se um tal luxo. Frequentemente tinha somente a finalidade de formação cultural, para embelezar com um título uma posição econômica privilegiada. Tratando-se de pessoas que não tinham necessidade de trabalhar para viver, e frequentemente não sendo a instrução adquirida com essa finalidade, desejava-se estudar o menor possível para receber o famoso pergaminho, como então se chamava o diploma, e do qual se dizia que na vida não servia para nada. O estudante, portanto, não se preocupava, como o faz hoje, se o mestre tinha ou não conhecimento do que ensinava.

Hoje a instrução é sobretudo técnica, não destinada a ensinar a dissertar como um intelectual, mas para adquirir um conhecimento que deverá depois ser aplicado em uma posição de ganho e responsabilidade. Como se vê, pelas condições alteradas, o problema do ensino hoje é apresentado de maneira diversa. Ele não é mais do tipo acadêmico como era antes, mas prático, positivo, realizador. Não é mais o monopólio de uns poucos eleitos, clamando em nome de sua sapiência às massas ignorantes, estupefatas ao ouvi-los. Estas fizeram-se mais cultas e inteligentes e foram mobilizadas para utilizar o imenso material humano, antes abandonado a si mesmo, tornando-o produtivo com o adestramento mental. É, portanto, de seu próprio interesse aprender, e o indivíduo vai à escola para isto, e por esse motivo quer uma escola bem feita, para aprender, porque sabe que disso dependem seus futuros ganhos e posição social.

O fato perante o qual nos encontramos hoje é a instrução não só para as massas, mas, ao mesmo tempo, é um meio para o indivíduo tornar-se produtivo com vantagem individual e coletiva. Isso é devido ao desenvolvimento técnico, efeito do progresso científico. É devido também a um novo impulso de laboriosidade, que se compreende ser o único meio, intensificador da produção, para alcançar o bem-estar, ao qual quem trabalha sente ter direito. Descobriu-se assim o método para nos tornarmos ricos.

Aqui pode surgir uma objeção. Sem dúvida, assim se eleva o nível de vida. Mas, é esta a finalidade da instrução, ou ela é uma outra, isto é, a da formação espiritual? Com o método de mecanização da instrução não se arrisca a atentar contra a integridade da personalidade humana, construindo um robô da técnica, perfeito no exercício de suas funções, mas desprovido da orientação, ainda necessária em outros campos? Não se arrisca a diminuir a dignidade do homem, fazendo-o apenas um técnico especializado a ser colocado na máquina da produção industrial como uma peça feita sob medida?

Pode-se responder que tipo de instrução é útil para o mecanismo da produção, que deve ser aceita, porque é a base do bem-estar. Deve ser aceita, mas sem maiores pretensões, isto é, admitindo que aquele sistema só é válido no seu setor e que, portanto deve ser completado no que diz respeito à formação da personalidade. Com aquele sistema não se pretende construir todo o homem, mas somente o técnico, perito em seu setor, para executar seu trabalho. Espera-se dele que se complete, e a industrialização não o impede, mas tende sempre mais a permiti-lo com semana inglesa, o trabalho cada vez mais executado pela máquina, e meios técnicos de difusão do saber etc...

Há, depois, o fato de que uma instrução de massa não pode senão perder em altura o que ganha em extensão. O desenvolvimento hodierno em sentido horizontal não pode ser obtido senão renunciando-se ao desenvolvimento vertical, que só uma elite de poucos pode atingir. Antigamente o saber podia ser profundo, mas era concentrado em uns poucos. Hoje ele é mais superficial, mas difuso entre muitos. Trata-se de compensações de que não se pode fugir. A difusão da cultura é paga com seu nivelamento.

Antigamente os governos preferiam deixar os povos em estado de ignorância porque assim era mais fácil dominá-lo. Hoje a instrução torna-se um direito. As próprias indústrias começam a construir escolas por sua conta, para preparar seus técnicos especializados e trabalharem em suas oficinas. Assistimos à democratização do ensino, dispensado com meios técnicos que o multiplicam ao infinito. As

"teaching machines"² representam uma revolução nos métodos didáticos.

Assim a instrução vem construir a parte introdutória da vida, a de adestramento para o trabalho, do mais simples ao mais complexo. Desta forma o período escolástico torna-se a primeira fase do trabalho do homem, a de preparação para o outro que virá depois na fábrica. A instrução torna-se a fase de construção do técnico e encaixa-se na engrenagem da organização industrial. Assim a grande produção em série pode ser precedida e alimentada por uma produção paralela de grande número de trabalhadores preparados tecnicamente. A escola começa a fazer parte portanto, do moderno tecnicismo. Assim a instrução se liga à produção como sua fase preparatória, e a indústria faz dela um problema seu, porque é condicionada por ele.

É certo que tudo isso é coerente perante o fim a que se propõe a sociedade. Mas para onde poderá levar-nos a lógica do desfrute racional em busca de rendimento econômico? Que perigos pode esconder essa industrialização da vida? O método da linha de montagem que produz tantas unidades por hora, adapta-se à estrutura espiritual do homem, ou pode ser um suicídio para ele? O fim de grande parte da instrução tende hoje a ser, não a formação do indivíduo maduro e completo, mas um investimento de capital. Calcula-se quanto custa a instrução em relação ao rendimento que depois se pode obter do indivíduo a quem ela foi aplicada. O problema não é mais a construção espiritual de um homem, mas o bem-estar. Chegando-se à abundância, que outros problemas poderão surgir?

* * *

Compreendido o problema da fabricação do técnico que produz, observemos outro problema conexo, o da fabricação do produto. Quais são nas organizações industriais as relações entre dirigentes e operários? Na realidade trata-se da divisão de um mesmo trabalho, com funções complementares, uma necessária à outra. Ora, cada atrito que houver é prejudicial a todos, enquanto que o método da colaboração representa o de maior rendimento. É aí que se vê a lógica da aplicação do princípio de retidão da Lei, em obediência aos princípios utilitários, segundo os quais funciona a vida.

Neste campo podemos ver como a evolução muda a forma das relações sociais. Antigamente o rendimento do trabalho era anulado pela fadiga da luta, em vez da produção. Às custas de uma menor produção era necessário pagar o dispêndio de energia utilizada para manter em pé a atividade contraproducente da luta, equivalente àquilo que em mecânica é o atrito, que funciona como resistência, absorvendo energia. Os dois elementos da relação trabalhista eram o patrão e o servo. O primeiro dizia ao segundo: "eu sou o patrão porque venci e por isso deves obedecer-me. A lei, a verdade, a justiça são aquilo que eu quero, como me agrada e como me serve". O servo, de sua parte, reagia com a resistência passiva, negando-se ao trabalho reduzido, e a um rendimento mínimo. A metade da fadiga era desperdiçada com esses atritos.

O novo método para o qual avança a vida consiste em ter compreendido a utilidade que há para ambas as partes em evitar essa dispersão. Os dois elementos da relação de trabalho avizinham-se para usufruir das vantagens a que leva a compreensão recíproca. O primeiro diz ao segundo: "nós fazemos parte do mesmo organismo. Portanto, é nosso interesse colaborar, eliminando a fadiga louca e cretina que não é útil a ninguém. Procuremos ser mais inteligentes, evitando-a. Eu, que comando, faço uma parte do trabalho que não sabes fazer; tu que obedeces, faze uma outra que eu não posso fazer. Temos necessidade um do outro. Convém a ambos a colaboração".

O método de patrão e servo é uma concepção infantil, que ainda sobrevive nos países subdesenvolvidos. Mas a evolução leva, fatalmente, ao outro sistema, apenas se desenvolve a inteligência para chegar a compreender a utilidade de praticá-lo. Não é um problema de bondade ou amor mas de produtividade do próprio esforço de trabalho. Não se trata de ideais, mas de gozar de uma vantagem e eliminar um prejuízo. Pode-se calcular a perda de rendimento a que leva o litígio. Nos países mais civilizados os industriais mais inteligentes antecipam espontaneamente melhoramentos que, por si mesmos, se imporão dentro em pouco e que será inevitável concedê-los. O cálculo deve ter-lhes

² 'Maquinas de ensino. (N. da E.)

demonstrado a maior conveniência de escolher esse caminho que elimina greves, sabotagens, debates e atividades similares dispendiosas e dispersivas, que o industrial deve pagar.

Tudo isso corresponde à lógica da evolução. Ela leva do separatismo à unificação, do caos ao estado orgânico. Aqui vemos, ainda uma vez, aplicados pela vida, estes seus princípios que já ilustramos acima. A evolução aproxima os elementos que a involução mantinha afastados e inimigos. A evolução nos leva em direção a um rendimento sempre maior de nosso esforço, eliminando as dispersões. Assim assistimos a um contínuo processo de restrição da negatividade e de dilatação da positividade, o que significa melhoramento das condições de vida.

* * *

Fabricando-se o técnico para produzir e depois o produto a ser consumido, é necessário fabricar o consumidor que absorva a produção. Chegamos assim ao terceiro termo conclusivo do ciclo: escola, indústria, comércio. Também este outro problema de vender o produto pode ser resolvido de duas formas: pelo baixo nível evolutivo do passado, feito de luta, isto é, com o método da imposição, pelo nível superior evolutivo, baseado na compreensão e colaboração. Observemos agora, também na moderna organização comercial, o maior rendimento alcançável com o método da retidão, e, portanto, o valor dessa qualidade também neste campo -

Diz-se que a propaganda é a alma do comércio. No estado genuíno ela deveria ser uma oferta de um produto útil ao consumidor, dado que ele paga, indo honestamente a seu encontro para satisfazê-lo. Em um regime de retidão e colaboração, deveria ser esse o dever do produtor. Em vez disso, no velho regime do tipo egoísta separatista, a finalidade é outra, isto é, a de poder obter a maior quantidade possível de dinheiro. O comprador é um material a conquistar do próprio interesse do produtor. O intercâmbio se implanta sobre um regime de luta. O produto não é oferecido no interesse do consumidor, mas no do produtor.

É natural então que ao egoísmo deste se contraponha ao do outro elemento e entre os dois se estabeleça um estado de inimizade. O comprador, perante o produtor que finge servi-lo, enquanto sua única finalidade é o lucro, reage com a desconfiança. Esta, por sua vez, interfere no comércio. Reaparece assim o regime dos atritos que absorvem parte do rendimento, como já se viu nas outras fases do ciclo.

Quando a produção é abundante, o consumidor encontra sua defesa no sistema de concorrência, de que, levando à seleção do melhor produtor, permite ao consumidor uma possibilidade de escolha. A eliminação da negatividade do produtor que só vê seu próprio lucro é imposta à força, enquanto lhe custaria menor dispêndio de energia um espontâneo regime de positividade, consciente de seu maior rendimento. Estamos em uma ordem de expedientes de caráter contraproducente para ambos os lados.

A propaganda segue estes impulsos. Ela deveria ser do tipo informativo a serviço de quem busca notícias dos produtos. Em vez disso, ela é do tipo assaltante, para impor o produto, isso de uma forma que nos centros urbanos pode tornar-se obcecante. O público, sabendo que isso se faz no interesse do produtor, defende-se, habituando-se a não ver para sentir o aborrecimento o menos possível. Eis que o resultado em parte é negativo, e a despesa da propaganda torna-se contraproducente. O resultado da invasão propagadora é a formação de uma atitude especial de rejeição automática, para livrar-se de tal agressão psicológica. Contra as tentativas de forçar uma idéia a penetrar por sugestão o organismo mental, acontece como se neste se formassem anticorpos com função defensiva. O quadro propagandístico, é repellido de forma automática pelo subconsciente, exatamente por ser um quadro de propaganda, tão logo a mente apercebe-se dele. Apenas ele aparece, o efeito que produz é sobretudo o de provocar esta cadeia de idéias: propaganda, estorvo, aborrecimento, rejeição. Assim a vida, neste caso, arranja a legítima defesa.

Perguntamo-nos: por que a vida, que é inteligente e utilitária, adota esse sistema tão contraproducente? Para que serve isso? É produtivo em outro sentido? Isso pode acontecer enquanto a vida dirige o fenômeno para uma outra estrada. Então o intercâmbio comercial não serve como tal, mas para tornar os compradores mais inteligentes, ensinando-lhes a desconfiar e a não se deixar enganar. A sua fadiga também produz seu rendimento e este não se exaure aqui. De fato, o comprador tornado mais

inteligente, com a recusa de mercadoria pode obrigar o produtor a passar ao método da honestidade, o que é progresso e vantagem para todos. Também o produtor faz-se mais inteligente, conseguindo, à sua própria custa, entender o maior rendimento do sistema da retidão. Com este jogo eliminam-se sempre mais os prejuízos da negatividade da luta e se conseguem sempre mais as vantagens da positividade da colaboração.

Compreender-se-á então que, no comércio, não se pode tirar vantagem do prejuízo alheio, mas somente dano para si; e que o público não é um terreno a ser desfrutado. Compreender-se-á que um produto inferior lançado com grande rumor propagandístico, se dá um rendimento imediato, será em perda daquele futuro, de modo que, no fim das contas, as despesas com essa propaganda serão dinheiro jogado fora. Métodos falsos produzem resultados falsos. Eis que o sistema comercial mais lucrativo é outro: é o de tornar o produto bom e útil, formando-se a clientela com a conquista da confiança do consumidor, e não pondo-o em fuga com a imposição do produto ao fazer sua propaganda sem honestidade. Em suma, também neste caso o sistema mais lucrativo é o da retidão.

O problema do consumidor pode ser visto também sob um outro aspecto, isto é, perante a moderna economia do consumo. O progresso técnico levou hoje a uma produção intensiva e mecanizada. A indústria organizada lança um rio de produtos, tantas unidades por minuto. É certo que isto é abundância, mas com isso o homem tornou-se escravo da máquina que o liga a um ciclo intenso e obrigatório de produção e de consumo. Esse ciclo não pode ser interrompido, porque dele vivem milhares de operários. É necessário então achar o mercado para saída de tanta mercadoria; uma vez fabricado o produto, é necessário fabricar o consumidor e seu hábito de consumir.

Disso nasce um regime de vida carregado da ânsia do renovamento contínuo, pela obrigação de adquirir e consumir. Assim os produtos devem ser construídos para não durar. Chega-se a criar necessidades artificiais com a finalidade de satisfazê-las, mesmo se inúteis à vida. Assim também o consumidor é mecanizado, reduzido a um consumidor submetido a coações contínuas. Ele vê tudo envelhecer rapidamente em suas mãos porque muda de tipo, de modelo; não se encontram peças de reposição e é necessário jogá-lo fora. Assim a máquina terminou por impor seu ritmo de consumo, como tinha imposto o da produção. Alcança-se assim uma riqueza apoiada na pobreza, porque não se pode possuir senão uma quantidade de coisas impostas pela grande produção, sempre em curso de renovação. Forma-se assim também um novo problema: de livrar-se do produto de refugo em aumento contínuo.

O remédio está em não se deixar dominar pela máquina em não se deixar arrastar pelo seu ritmo, em produzir e consumir só aquilo que serve, está na simplificação da vida, em vez de complicá-la com uma infra-estrutura custosa e inútil. É necessário não satisfazer a insaciedade de desejos sem limites, que se levantam nos países mais ricos. Nestes, tende-se a um nível de vida sempre mais alto. Mas é necessário compreender que isto não pode ser um fim em si mesmo, crescendo até o infinito, mas pode ser somente um meio para realizar um desenvolvimento mais para o alto. Também neste caso devemos retornar ao conceito de retidão.

* * *

Concluamos este argumento. Observamos neste capítulo os três elementos: escola-técnico, indústria-produto, comércio-consumidor, e vimos que, quando eles funcionam segundo a Lei, isto é, com retidão no positivo, temos uma boa circulação de sangue saudável e saúde no organismo social. E vimos também que, quando os três elementos funcionam de maneira anti-Lei, isto é, contra a retidão no negativo, temos má circulação de sangue ruim e doença do organismo social.

No caso presente isso acontece quando o trabalhador não trabalha, o produto é mal feito, o consumidor não paga. Pode-se ter uma indústria que só é uma coberta para esconder a vontade de furtar, sendo constituída pela oferta de um mau produto, só para arrecadar dinheiro. Então temos o organismo daquela indústria doente de um câncer que tende a matá-la. Este câncer é a desonestidade.

Isso faz ver como a Lei funciona, mesmo neste campo, e como, também nele, a positividade da retidão significa vida e a negatividade, que a exclui, significa morte.

CONCLUSÃO

Resumindo, podemos concluir que a visão aqui apresentada é otimista, mesmo revelando uma dura realidade. É otimista porque nos mostra que a salvação no fim está assegurada, ainda que seja necessário ganhá-la com o próprio esforço e freqüentemente com a dor. A idéia base é de evolução, de ascensão, de conquista da felicidade. O método proposto para realizar tudo isso é um princípio de ordem: a retidão. Para isto temos insistido em tal conceito, e é neste sentido que acreditamos na vida de hoje, dando um passo à frente. Antigamente a retidão era somente uma questão moral, hoje é biológica. Ela é ligada ao fenômeno da evolução e aparece agora porque se passa a uma nova fase, isto é, do nível evolutivo do passado a um superior. Este fato é ligado a uma abertura da inteligência humana, significando a adesão à realidade anteriormente não compreendida, um novo estilo de vida em relação a novos pontos de referência. A mudança já se iniciou e, para quem tem olhos de ver, já se revela em seus primeiros movimentos. Vamos concluir este volume observando em que consiste essa mudança. Vê-la-emos, assim, sob dois aspectos; seja como fenômeno coletivo, ou como fenômeno individual.

Há períodos nos quais a evolução caminha tão lenta que parece estática, tanto que se pode crer na imobilidade dos sistemas de vida. Nestes períodos ela corre subterrânea, invisível, e amadurece em novas transformações. Mas, cumprido esse trabalho preparatório, eis que seu resultado explode e se manifesta. Esta é a hora da explosão em que se passa a um nível evolutivo mais alto. Esta passagem é de intenso movimento e de mudanças radicais, tomando aspecto revolucionário. O mundo encontra-se hoje a executar um desses saltos à frente. Estamos então em um movimento de revolução. Tratem-se de compreender o que está sucedendo.

E conhecida a técnica das revoluções. Podemos daí analisar o desenvolvimento do fenômeno em cada uma de suas fases. As revoluções nascem como uma reação contra o velho regime e a primeira coisa que elas se propõem a fazer é destruí-lo. É necessário portanto mobilizar a seção dos destruidores. Vem então à tona o submundo da sociedade até agora amordaçado, e executa a devida função segundo sua especialização: que é a de destruir. Isso aconteceu na revolução francesa e russa, como é freqüente nestes casos. As revoluções tendem para o novo e sua primeira operação é a de limpar o terreno.

Quais são esses elementos? São os negativos, anárquicos, caóticos, rebeldes, assaltantes etc. Sua trajetória é descendente. A vida chama e eles respondem ao apelo, que concorda com sua própria natureza negativa. Os positivos não concordam e assim não respondem a nenhum apelo destruidor. O resultado é que os primeiros, os negativos, desejosos de se realizarem seguindo a própria negatividade, executam perfeitamente a função destruidora para a qual foram chamados.

Terminado esse trabalho, que é feito deles? Eles satisfizeram seu negativismo, alimentaram-no e aumentaram-no, tornaram-se ainda mais negativos, o que significa permanecer dominados por ele. Então, completa a sua função, eles são rejeitados pela vida, ou melhor, são liquidados por seu próprio negativismo que se volta contra eles. Este é de fato o fim dos iniciadores das revoluções.

Ora, a fase atual é a de limpeza do terreno. E depois? Superada essa fase, a vida segue em frente. Sua finalidade é positiva, sempre construtiva. Assim, a vida mobiliza a seção dos construtores e entra em ação a onda dos positivos, os adaptados à construção. Isso não pode acontecer senão em um segundo tempo, quando os destruidores, depois de limpo o terreno, se afastam. Hoje estamos na primeira fase, mas a lógica do fenômeno indica-nos qual será a sucessiva.

Não se iludam, portanto, os atuais destruidores. Terminada a sua função, eles devem ir embora. A sua natureza e ação estão em descida, portanto não podem produzir senão frutos negativos, destrutivos para todos, mesmo para eles. Pode um câncer, mesmo vencendo, ter vila longa? É assim que deverá passar a moda atual dos jovens contestadores. Eles se desafogam, se satisfazem, cumprem sua função,

mas não compreendem que seu destino é a liquidação. Mas, se compreendessem, não executariam sua função.

Eles acorrem porque se sentem atraídos pela oportunidade que se lhes apresenta de satisfazer os próprios instintos. Esta é a sua hora. Mas há períodos em que a vida valoriza, prepara e faz funcionar um outro tipo de indivíduos, que antes não se podiam manifestar porque as condições ambientais lhes punham obstáculos. Até então dir-se-ia: não estão na moda. Mas, por que não estão na moda? Porque não servem. Quando servem, ficam na moda.

Assim a atual destruição está na moda hoje, porque serve aos fins da vida. Mas ela passará para dar lugar a um trabalho diferente, para o qual serão chamados indivíduos de outro tipo. São as condições ambientais que atraem, ora um, ora outro. E quais são essas condições no início das revoluções? São uma saciedade dos abusos do velho regime e uma vontade decidida de acabar com eles. Quando o sistema causa danos não mais suportáveis e o ambiente está saturado, supera-se o limite de paciência e explode a reação corretiva do erro, que reorienta para o positivo a trajetória torta do negativo.

Isto é o que está acontecendo hoje. A atual revolução representa a reação corretiva dos erros do passado. A posição de cada momento da história é um anel de uma cadeia de momentos sucessivos, ligados em desenvolvimento lógico, em vista das metas que a vida quer alcançar. Cada salto avante é uma revolução. Em um regime de superação contínua isso é inevitável. Cada sistema tem seus defeitos e a evolução quer eliminá-los. Vivemos, constantemente, em posição avançada.

Antigamente a autoridade era representada por um homem com um cetro, sentado em um trono. Hoje, ele deve ser substituído por um homem que trabalha a serviço da coletividade. É necessário retificar. Eis os contestadores globais contra toda forma de autoridade. Não se trata, de fato, da costumeira revolta de grupo, ou partido, em um dado país. Ela hoje é universal, em todos os campos: revolta de filhos contra os pais, dos estudantes contra os professores, dos pobres contra os ricos, dos operários contra os patrões, dos dependentes contra todo tipo de comando. É uma revolta global contra os princípios do velho regime. Não é a usual revolta da fome, mas empolga também os filhos de boas famílias, aqueles a quem nunca falta nada.

Aqueles que choram por tudo isso, perguntam-se: qual é a causa remota, de quem é a culpa desta contestação? Se ela é global, é crise de sistema de vida. E se a contestação nasceu, é porque a velha geração que agora se lamenta lançou as suas causas. Mas estas, por sua vez, são conseqüências de causas mais longínquas e dos erros de outras gerações precedentes. Mas, então, de quem é a culpa?

Todavia, se o progresso é uma série de passos à frente também aquelas gerações deram o passo que as esperava naquele ponto e momento, isto é, tiveram a sua parte de fadiga para percorrer a estrada da evolução até aqui. O regime do passado não o inventaram os nossos pais, mas é o produto de todas as gerações que viveram sobre a terra. Assim o novo regime, que a seu tempo queriam nossos pais, era uma revolução para seus ancestrais, como o regime que agora querem os jovens é uma revolução para os conservadores de hoje. O princípio que a vida segue ao avançar é sempre o mesmo, ainda que, em tempos mais estáticos como no passado, o impulso à frente e o esforço para realizá-la fossem menores. Os nossos velhos, agora conservadores, foram tão revolucionários como os jovens de hoje, e estes, por sua vez, serão conservadores para os jovens de amanhã.

Qual será então a verdadeira razão pela qual os velhos de todos os tempos reclamam contra os jovens? É certo que as inovações destes os perturbam, porque no fundo elas consistem na substituição dos velhos pelos jovens nas posições mais elevadas que os velhos conquistavam. É assim que os jovens são condenados como violadores da ordem. É um problema de luta pela sobrevivência. Procura-se justificar essa condenação com os métodos do velho sistema, e então ela é vestida com os mais nobres princípios. É isto hipocrisia? Mas também os velhos têm direito de viver sem serem perturbados e, portanto, não se pode condená-los se eles se defendem e são obrigados a recorrer à hipocrisia, já que o seu direito não é reconhecido.

Então, uma das inovações do novo regime poderia ser a da sinceridade e clareza, pela qual se segue uma lógica mais inteligente. E os velhos diriam aos jovens: " É justo, e reconhecemos o seu direito

de renovar, mas respeitando nos velhos o direito de viver a sua vida. Vocês estão errados porque não respeitam esse direito

Concluindo este argumento, eis que a atual revolução, não obstante o seu aspecto inicial destrutivo, é construtiva, é um produto da positividade da vida. A revolução pressiona, e os jovens atuais não são todos destruidores. Há também os construtores, mas ainda não em funcionamento, porque a sua hora, enquanto não estiver completa a destruição do passado, não pode chegar. Olhemos a trajetória do fenômeno. Ele aponta para o alto. Hoje os adultos e velhos continuam com os métodos de seu tempo, procurando salvá-los e chorando pelo seu desaparecimento. Dos jovens, parte está pronta a destruir e outra parte espera para começar obra de reconstrução.

* * *

Observemos a mudança atual em seu aspecto coletivo, observando-a, agora, como fenômeno individual. Também neste caso encontramos-nos perante uma revolução, porque se trata de passar a um método de vida dirigido por uma lógica diversa da atual. Trata-se de uma mudança de base consistente, sem mudar a técnica da defesa para a sobrevivência, como consequência da mudança do método de vida. O do passado, já dissemos que era do tipo individualista egocêntrico. O novo será do tipo coletivista, colaboracionista. Por conseguinte, o sistema de defesa para a sobrevivência não será mais a força ou astúcia, isto é uma técnica assaltante de usurpação, adaptada a um regime de desordem, mas será a retidão, que é mais útil em um regime de ordem.

Eis que muda o modelo que a vida propõe como melhor. O clássico tipo do assaltante forte torna-se simplesmente um perigo social a ser isolado; e o homem honesto torna-se um elemento de ordem bem aceito porque enquadrado e útil à sociedade. No futuro a vida será baseada sempre mais no princípio coletivista e sempre menos no egocêntrico separatista. Assumirá, pois, suma importância a sadia estrutura moral do indivíduo, porque dela dependerão seu comportamento útil ou danoso para a sociedade da qual ele faz parte e, portanto, a sua aceitação nela e o respectivo tratamento. O valor do indivíduo não consistirá mais no saber se impor para dominar, mas no saber coordenar-se com os outros. Já dissemos, de fato, que a humanidade se encaminha em direção ao estado orgânico unitário.

Acontece então que a seleção toma uma outra direção. Chegada a uma outra fase, a evolução propõe-se a construir no homem novas qualidades, impulsionando-o para frente, neste novo sentido. É assim que na base da aceitação do indivíduo, na coletividade, está a sua atitude de tornar-se célula da mesma, estão suas qualidades benéficas ou malélicas, positivas ou negativas, que o fazem útil ou prejudicial. Isso porque quem é positivo espalha positividade, melhorando tudo a seu redor, e quem é negativo espalha negatividade, piorando tudo ao seu redor. Eis por que a retidão representa um princípio e valor de base na nova civilização do terceiro milênio.

A revolução que se segue consiste no fato de que as armas do passado, de ataque e defesa para vencer na vida, isto é, força e astúcia, são substituídas pela retidão. O valor está, pelo contrário, na ordem, não na revolta egoísta, está no saber viver segundo a Lei e não contra ela. Dessa forma, é lógico que a evolução avance, e que a seleção, apenas esteja o ser maduro, tenda a produzir tal biótipo.

A trajetória da vida está agora tomando esta nova direção. Mudam agora as apreciações. O homem honesto não é mais um tolo, porque torna-se pioneiro do novo mundo da justiça, embora no reino da prepotência seja um vencido. Não é mais um fraco a ser sobrepujado, como era no velho mundo, ainda involuído, mas é um forte, apto ao comando do novo já evoluído. É assim que o atual modo de viver deverá ser deixado de lado no submundo da evolução, para ser substituído pelo da retidão. Dada a nova unidade de medida para fins coletivistas, o que serve à vida não é a força, mas a positividade.

Em suma, poderemos defender nossa vida com métodos totalmente diversos daqueles do passado, isto é, mais íntimos e profundos, dirigindo as nossas ações em sentido positivo e benéfico, em vez de em sentido negativo e malélico. Trata-se de uma estratégia mais poderosa, porque mais sutil, penetra e age sobre as causas. De resto é lógico que, diferente da lei do indivíduo que vive de interesses isolados, limitados ao seu eu, deva ser a lei daquele que vive como elemento componente de um organismo coletivo.

O problema da defesa torna-se um problema de estrutura da personalidade do indivíduo e de suas qualidades positivas ou negativas. A nova arma consistirá não em adicionar ao organismo físico instrumentos exteriores de luta, mas em enriquecê-lo interiormente de qualidades positivas. A vida naturalmente é cheia de assaltos e perigos e não se pode criar para ela, de propósito, um ambiente imunizado. Ela constrói então o indivíduo capaz, por si mesmo de resistir, seguindo uma nova técnica defensiva. A solução não pode ser obtida com a esterilização artificial do ambiente, mas purificando-se, enriquecendo-se e fortalecendo-se com forças positivas que repelem a negatividade assaltante, ao contrário das negativas que atraem, abrindo-lhe as portas. Observemos agora como tudo isso funciona.

Vemos, primeiro, que a vida deixa à mercê de sua reação corretiva o indivíduo negativo, mas que ela ajuda a subir o positivo. Na realidade não encontramos indivíduos totalmente negativos ou totalmente positivos. Acontece então que tais indivíduos ficam atingidos pela reação corretiva da Lei em suas zonas de negatividade, mas ajudados pelas de positividade. Isso corresponde ao sistema utilitário adotado pela vida, bem como à sua finalidade salvadora. Assim não se desperdiça nada, porque são encorajados a desenvolver-se para o bem todos os valores utilizáveis para essa finalidade.

Assim o mesmo indivíduo, segundo suas diferentes qualidades, pode encontrar-se submetido a tratamentos diferentes: um de pressão corretiva para eliminar o que nele é negatividade, e outro de auxílio protetor para desenvolver o que nele é positividade. De fato, só no caso de trajetórias negativas é necessário o doloroso trabalho de sua correção, o que não acontece para aquelas positivas. Assim a dor aparece só no primeiro caso, enquanto no segundo acontece o contrário.

Então a Lei manifesta-se em duas formas opostas nos dois casos: como prova dolorosa naquele da negatividade, e de forma contrária no caso oposto. Existindo no indivíduo as qualidades positivas da retidão, vemos funcionar a ajuda amiga e encorajadora da Lei. Eis de que modo e dentro de quais limites, a retidão (positividade) pode ter uma função de defesa.

Estes conceitos fazem-nos compreender qual é o método para ter sucesso na vida. Ele consiste em trabalhar no sentido da corrente positiva da Lei que, em tal caso, nos arrasta (cf. cap. V), enquanto ela nos dificultará se fizermos o contrário, ao colocarmo-nos na corrente negativa, anti-Lei.

Observemos agora a estrutura do fenômeno da técnica defensiva. O homem é feito de um organismo físico ligado a um outro espiritual, governado pelas mesmas leis de saúde ou doença. Para o organismo espiritual a saúde é dada pelo ser constituído de forças positivas, assim como para o organismo material ela é dada pelo ser constituído de material são. Ora o ataque verifica-se em ambos os casos, seja sadio ou doente, mas somente no primeiro caso o indivíduo resiste. Se o organismo físico é sadio, o micróbio não se desenvolve; se o espiritual é feito de forças positivas, as negativas não entram. E ao contrário. Não se resolve o problema esterilizando o ambiente, mas fortificando o organismo. No caso do físico, se esterilizamos, perdemos a capacidade de resistência e tornamo-nos sempre mais vulneráveis. O mesmo acontece com o organismo espiritual se, para salvá-lo dos ataques, isolamo-nos do mundo.

Eis então que neste novo regime a arma de defesa da vida consistirá na própria positividade. Isso porque sermos positivos significa sermos sadios e fortes, portanto aptos para vencer. Ao contrário, sermos negativos significa sermos doentes e fracos portanto destinados a perder. Assim se vence, ou se perde, baseados nas qualidades íntimas, como a vida nos mostra na sua defesa contra o assalto das doenças. A defesa baseia-se sobre a saúde celular e conseqüente potência de resistência. Ninguém pensa em apanhar uma faca ou revólver para defender-se de uma doença.

Com a positividade espiritual, com nossa conduta e estrutura segundo a Lei, podemos defender-nos contra toda a espécie de males. A negatividade pode atingir o ponto de matar-nos, porque ela deixa que nos penetrem as forças negativas, das quais o mundo está cheio. A sua tempestade nos investe e arrasta, enquanto não toca, e vai-se embora sem molestar, no caso da personalidade positiva.

Acontece então que, quanto mais involuído é o ser, tanto menos ele é purificado da negatividade, portanto ressentido dos assaltos, perigos e dores. E acontece também que, quanto mais evoluído é o ser, tanto mais ele é saturado de positividade, e daí defendido contra o mal. O papel da evolução é o de redimir-nos da negatividade, eliminando-a pouco a pouco, até transformá-la toda em positividade.

Aquele longo percurso leva-nos assim a libertar-nos do mal e à conquista do bem. Então, quanto mais aperfeiçoado é o ser, tanto mais protegida é a sua vida.

É necessário compreender que quanto mais se chega ao mal, mais a causa está em nossa negatividade e isso pode-se eliminar ou impedir que aconteça, eliminando ou impedindo que se forme essa negatividade. Dela depende a nossa vulnerabilidade e daí o fato de sermos atingidos. O segredo do bem-estar está em ser constituído de forças positivas. A superioridade do homem evoluído está em sua positividade. Esta é sua arma para vencer na vida. Não se trata de abstrações ideais, ou dissertações moralistas, mas um método, cujas vantagens se pode experimentar, quando bem usado.

Mas, exatamente o que significam positividade e negatividade? A primeira quer dizer retidão em todas as qualidades constituintes da personalidade, e a segunda o abuso ou mau uso daquelas qualidades. Qualquer das forças ou impulsos componentes da personalidade podem ser dirigidos no sentido da Lei ou em sentido Anti-Lei. Isso para cada tipo de pensamentos, de motivações, de atividades, que corresponde ao conceito de pecado, posição anti-Lei. Penitência é a correção de uma trajetória, da direção negativa à positiva. Correção necessária, porque um estado permanente de negatividade é um estado, também permanente de vulnerabilidade. Como se vê, trata-se de um conceito básico para a defesa da vida. Daí a sua importância. Isso corresponde ao título desta obra: *Como Orientar a Própria Vida*,

Eis que o conceito de retidão tem um conteúdo complexo, a ser analisado, qualidade por qualidade, fazendo a anatomia de nosso organismo espiritual, impulso por impulso do subconsciente, no comportamento do indivíduo em todos os seus deveres, do fazer como do não fazer. A negatividade pode corromper qualquer ponto, que se torna então o calcanhar de Aquiles, vulnerável a todos os ataques.

Dante, no "Inferno", estudou a ação específica corretiva das trajetórias erradas, caso por caso a elas opondo a revirada para realizar a correção da posição negativa ocasionada pela culpa. Cada pecado é um caso de negatividade, eliminada pela reabsorção na positividade, conquistada por meio da dor. Por isso ela é um instrumento de redenção. É esta dor o método que a Lei usa para fazer compreender ao pecador o seu erro, a fim de que ele não o repita.

Isso é necessário porque quem está em posição negativa não se apercebe, pelo fato de que vê com forma mental negativa, o que lhe impede uma correta visão das coisas. Ele mesmo é o seu próprio ponto de referência. Baseando-se numa correspondente visão distorcida, acredita estar com a verdade e ter direito a satisfazer-se, a seu modo, negativamente. Então, choca-se com a Lei. A reação desta é para eliminar a negatividade, com a dor inserida em tal operação. Assim, quem é negativo, fatalmente provoca, por si, a reação corretiva de sua negatividade. E automaticamente funciona o processo de sua redenção.

Compreendido esse mecanismo, dentro do qual funciona a vida do indivíduo, que conduta deverá ele ter para alcançar, com o menor dano e maior vantagem possível, o caminho da evolução redentora, para sua salvação imposta pela vida? Dado que ninguém pode fugir a esse dever, o que de resto é para seu bem, quem é inteligente é natural que procure cumpri-lo pelo modo mais conveniente e lucrativo. Isto é o que queremos explicar.

Trata-se de saber executar este trabalho eliminando o mais possível a dor e conquistando o máximo de felicidade. A dor cumpre uma função importantíssima em nossa evolução. Ela é a campanha de alarme que nos adverte onde está o erro, isto é, a negatividade que é necessário corrigir. Ela tem finalidade defensiva, portanto salutar, porque toda negatividade é uma ameaça contra a vida. Mesmo quando nos faz sofrer, ela nos protege e é para proteger-nos que nos faz sofrer. Se o fogo não chamuscasse, não seria evitado, mesmo quando nos matasse.

Dessa forma a vida consegue manter-nos na ordem, fixando os limites ao gozo que provém do uso das coisas. Se nos excedemos, como somos levados a acreditar que aumentando a dose, obtém-se o aumento de prazer, acontece o contrário: encontramos a sua diminuição, até tornar-se sofrimento. Com este a vida nos avisa do erro e com isso nos força a corrigi-lo. Eis que a dor representa um sistema defensivo que a vida usa para proteger-nos contra o mal que nos prejudica. É ainda um aspecto da sabedoria e bondade da vida, exatamente lá onde parece mais difícil vê-la.

Este é o rendimento útil da dor. Mas de onde deriva a sensação dolorosa? Que fato a produz? O

que a produz é o fato de que se trata de uma operação cirúrgica de correção necessária da trajetória executada em direção errada por um feixe de forças, que não tencionam ceder à torção. A negatividade, lançada como tal, quer permanecer como é, como faz o câncer, continuando a desenvolver-se. A sua diminuição ou eliminação é um ataque à sua vitalidade, que para ela, ainda que negativa, significa andar em direção à morte.

A dor se origina da asfixia provocada pelo tipo de vida. De fato, a negatividade busca o prazer no aumento de si mesma, do erro e do vício. Mas esta é uma vitalidade invertida, que leva à morte, é prazer doentio que leva à dor. Então a vida deve corrigir com a dor este prazer doentio, para salvar o indivíduo, levando-o ao gozo verdadeiro, que é somente o positivo, segundo a ordem da Lei. Eis como os dois elementos do dualismo universal entrelaçam-se em um jogo de compensação.

Em vista disso, vejamos então como o indivíduo deve comportar-se dentro desse mecanismo para evitar o mais possível a dor, e ao contrário. Eis como poderemos comportar-nos logicamente. O primeiro passo consiste em individualizar, com um severo exame de autopsicanálise, os pontos de negatividade da própria personalidade. Isso sem se deixar enganar pelo astuto subconsciente que procura escondê-los. Nessa operação é necessário procurar ver e julgar, não com a visão distorcida da negatividade, mas com a correta, da positividade. Infelizmente fazer esse exame não é coisa fácil, porque pressupõe qualidades introspectivas e uma certa maturidade psicológica. É assim que o movimento de correção e salvamento freqüentemente não pode ter início. Então a vida, não podendo por imaturidade do indivíduo usar o método inteligente da compreensão, nem podendo renunciar à salvação desse homem, é obrigada a usar, com esta finalidade, o método duro da provação. Esta a razão de sua existência.

O segundo passo consiste em preparar-se para executar espontaneamente a operação dolorosa da correção da trajetória errada, sem esperar a intervenção forçosa por parte da Lei, operação tanto mais dolorosa quanto mais imposta à força, porque o indivíduo aí se rebela. Trata-se de trabalhar de acordo com a Lei, secundando-lhe a ação corretiva, em vez de resistir-lhe. É necessário compreender que a Lei nos protege e que é de nosso interesse segui-la, sendo nosso prejuízo resisti-la, porque ela então nos constrange a fazer à força aquilo que poderíamos fazer pacificamente, obedecendo-lhe. É necessário compreender que, se não a seguimos, arruinamo-nos. E para que isso não aconteça que ela nos constringe.

Nisso, um cérebro de tipo negativo, exatamente porque o é, pode ver maldade e vingança. Perguntamos: é mau o cirurgião que nos opera para salvar-nos, dando-nos vida e saúde? Exatamente porque o indivíduo está doente de negatividade, que não compreende a bondade do cirurgião e, daí, resiste-lhe. Este, sabendo que a operação é necessária para salvar o doente, amarra-o ao leito e opera-o à força, deixando-o gritar, salvando-o. Com um ser que não quer se salvar, e a Lei que quer salvá-lo, que pode fazer esta senão salvá-lo à força?

Com o sistema de compreensão do problema e espontânea adesão à Lei, consegue-se o resultado de correção com muito menos trabalho. O esforço evolutivo, então, dá muito maior rendimento. Não somos mais penitentes encarcerados, mas seres livres e conscientes, colaboradores da Lei. Este sistema de autodirigir-se vivendo uma vida planificada por si mesmo, seguindo a Lei com conhecimento, pelo que se percorre com menos fadiga o caminho da evolução, será o sistema inteligente seguido pelo homem evoluído do porvir.

Segunda Parte

Análise dos Casos Verídicos

INTRODUÇÃO

ORIENTAÇÃO

O presente volume confirma e desenvolve o precedente: *Como Orientar a Própria Vida*. O objetivo de ambos, é de mostrar, racionalmente, sem qualquer premissa gratuita, baseando-se na lógica e nos fatos, a utilidade de seguir uma conduta moral reta. Eis a novidade, que poderá parecer revolucionária: estes livros nos mostram qual deve ser o comportamento correto, baseando-se sobre um princípio diretivo, completamente diverso daquele vigente no passado.

Trata-se de uma transformação hoje em ação, não superficial e formal, como geralmente costumava acontecer no passado, mas substancial e de base, porque de tipo biológico, de vez que cobre toda a personalidade humana. A mudança é substancial porque não se verifica apoiando-se no mesmo nível evolutivo, mas transportando-se a um nível superior.

Este fato deriva de uma transformação de forma mental, isto é, do instrumento psíquico pelo qual o homem concebe seu mundo. É natural, então, que um ser evolutivamente mais maduro possa viver aplicando princípios que inicialmente não era capaz de conceber e que somente agora pode compreender e seguir. Portanto a base do fenômeno ético que aqui estudamos é positivamente biológica. Tal mudança é um fato que se está verificando e que não pode deixar de ser admitido por qualquer um que tenha olhos para ver. Procuremos entendê-lo.

A princípio havia: "a luta pela vida". Deste ponto de partida, que levava a uma necessidade de contatos, desenvolveu-se, através de distinções e complicações progressivas, a técnica das relações sociais. Originalmente o modelo daquelas relações era agressivo-defensivo, isto é, do tipo guerreiro. Disso derivava que o valor individual era dado pela força. Nela baseava-se a ética do primitivo. Este princípio é tão fundamental que até hoje sobrevive; por ele um direito não tem valor se não se faz valer por uma força. De fato, somente hoje as massas adquiriram-no, porque aprenderam a se fazer valer pela força do número e da inteligência organizadora.

Observemos o desenvolvimento do fenômeno. O mais forte impunha respeito porque soubera vencer tudo e todos — trabalho difícil. A vitória, então, autorizava-o a comandar porque, ainda que estivesse naquele nível, ela representava um valor. Naquele grau de evolução, isso era também justo, porque o mais forte representava o melhor, pois que era o mais apto para sobreviver, tendo portanto o direito de ser chefe, arrastando os outros menos fortes e capazes, que por isto mesmo deviam obedecer-lhe como se fossem seus escravos. Tal chefe certamente era egoísta e comandava por si só, mas ainda que de forma tão primitiva ele começava a fixar o conceito de autoridade, dependendo dele a manutenção de uma ordem necessária à convivência. Assim, embora à base do desfrute do escravismo, começou-se a trabalhar para a construção do edifício social, em todos os seus aspectos, até sua complexidade atual.

Deixemos os pormenores. Por esta estrada chegamos até o presente. Hoje, porém, verificam-se fatos novos que levam a um ponto de ruptura do velho ponto de equilíbrio. A organização coletiva está tomando proporções sempre mais gigantescas. A ciência e a técnica colocaram nas mãos do homem meios complexos e poderosos demais para que possam ser usados com sua velha forma mental. Dessa forma, se não se quer terminar no caos e destruir-se, é necessário atingir um estado de consciência até agora desconhecido. Neste momento não há escolha: ou compreender e aprender a comportar-se, ou desorganizar-se e destruir-se. Para não atingir este ponto, urge então compreender. O chefe não pode mais ser do tipo antigo, um conquistador do poder, que ele detém para dominação de seus dependentes. Aparece a necessidade de um novo método de comando, de poder, de autoridade, não mais aquele de domínio por parte do mais forte, que foi o vencedor, mas daquele de funções sociais a serviço da coletividade. Eis porque os velhos conceitos vigentes no passado estão hoje em crise e os jovens estão processando rapidamente sua liquidação.

Tudo isso não nos autoriza a condenar o passado. Em relação ao seu tempo não foi um erro, mas uma fase necessária de desenvolvimento, como o é a infância para o homem adulto. A seu tempo, aquele

sistema funcionava bem porque era proporcional ao estado infantil da humanidade. Mas hoje, em uma fase mais desenvolvida, não pode mais ser assim e não há conservadorismo que possa fazer valer aquilo que não tem mais serventia para a vida. E inútil chorar e resistir. Isto é o que fatalmente deve acontecer e que está acontecendo.

Consideremos como funciona a vida. Ao homem, freqüentemente, basta enunciar a palavra ou o pensamento sobre evolução, em vez de agir. A vida, ao contrário, não se expressa com palavras, mas com fatos. Seu pensamento está escondido e não podemos ver senão quando este se manifesta pela ação. A vida não faz a teoria da revolução, mas faz a revolução. Isto é, não fala de mudanças, mas as realiza. Para suprimir a idéia, suprime a pessoa que a sustém, e assim por diante. Hoje, quando a vida se move sobre este caminho de realizações, ela está decidida a levá-las a cabo sem dar explicações. Seu pensamento, se o quisermos ver, vê-lo-emos escrito nos fatos.

Confrontemos agora a velha fase evolutiva com a nova para vermos em que consiste a passagem de uma para outra. Antes de tudo podemos dizer que não existe oposição real entre a velha situação e a nova. A vida, em sua evolução, não toma hoje uma direção diversa daquela do passado, apenas mudou a maneira de proceder, tornou-se diferente. A estrada que a vida percorre é uma só, mas agora atingiu um ponto em que se apresenta mais larga, diversamente situada, aberta em direção a outros horizontes. Na atual revolução, não acontece senão uma passagem para uma zona mais avançada.

Como era feito o velho sistema diretor da conduta humana? Havia tomado as duas formas que a vida possui, a do macho, isto é, da força, e a da fêmea, isto é, da astúcia. No sistema de luta do mundo animal, encontramos o germe deste fenômeno. Surge assim o poder civil e o religioso, ambos presentes desde o início da humanidade. Mas, como dissemos que um direito não tem valor se não se faz valer por uma força, assim não tem valor um poder que não está armado para impor-se. Eis porque cada um dos dois devia possuir uma arma. Qual era?

Acima dissemos que os vencedores submetiam os povos, reduzindo-os a seus escravos, assim criando e mantendo a ordem sob seu domínio. As relações sociais eram, portanto, do tipo amo-servo. O rei era o chefe que comandava todos. Este era o modelo macho de domínio, baseado na força. Mas a vida oferecia também um outro modelo, aquele do tipo feminino, baseado na astúcia, que já cumpria sua função, porquanto representa os primeiros degraus do desenvolvimento da inteligência. Formou-se assim em nome do invisível, do mistério, do além, um outro tipo de chefe que criava e mantinha a ordem sob seu domínio.

A princípio as duas funções podiam estar unidas na mesma pessoa, de modo que o feiticeiro era um chefe e o rei era um deus. Mas em cada caso suas relações com as massas eram do tipo amo-servo, por que aquele era o único modelo que conheciam. Foi assim que, encontrando-se já existente e pronto para o uso, ele foi facilmente transplantado para o campo espiritual. Ora, também este poder tinha necessidade de uma força para manter-se e ele encontrou-a neste outro campo, conseguindo assim freqüentemente sobrepôr-se naquele terreno. Como a Terra tinha seus reis, imaginou-se um rei dos reis que fosse superior a eles, e espiritualmente, mais elevado. Assim a autoridade espiritual elogiou os reis e dominou os povos, fazendo-se representante de Deus e governando em seu nome.

Eis o velho sistema. Também este segundo poder tinha naturalmente suas armas, porém somente do tipo psicológico, e elas serviam bem por milênios. Hoje, porém, a mudança da forma mental modifica tudo. A potência daquelas armas baseava-se em ameaças incontrolláveis e no medo que estas incutiam. Elas necessitavam da sugestibilidade das massas, portanto de sua fé, que desmorona tão logo se desenvolva o espírito crítico e veja as coisas, mais profundamente, com outros olhos. As novas gerações nem ao menos concebem mais como possa existir e ser feito o inferno.

Mas, o que desmorona? Na realidade somente o velho modo de pensar e de fazer as coisas, porque permanece invariável o mesmo ponto supremo a ser atingido pela evolução. É assim que, se hoje tanto se fala da "morte de Deus", isso não significa senão a morte do velho conceito comum de Deus, para atingir um outro de mais alto tipo e valor. Trata-se de um Deus visto de uma posição evolutiva mais avançada, ainda maior e mais belo. É a evolução que nos está construindo os novos olhos para vê-Lo.

Mas então não se trata apenas da morte de um método superado, para continuar a fazer a mesma coisa para o mesmo fim, mas de uma forma mais adaptada porque melhor responde às transformações realizadas nos tempos novos.

É para adequar-se a esta necessidade que neste livro abandonamos a velha forma mental e, embora visando ao mesmo fim, usamos uma outra que os jovens hoje compreendem melhor, e que serve para avançar ainda mais em direção aos mesmos nobres ideais buscados no passado. Por isto não nos servimos da sugestionabilidade, medo, credulidade etc., meios adaptados ao subdesenvolvimento; preferimos os da lógica e da razão, da compreensão e do conhecimento, que nos avizinham do mesmo Deus das religiões, entendendo a lógica de seu trabalho e a beleza de sua finalidade. Falar a linguagem do passado torna-se, neste momento, cada dia mais anacrônico. É inútil resistir à corrente da vida que avança. Assim procuramos segui-la, seguros de que ela, também sob esta nova forma, expressa o pensamento de Deus, como a Sua vontade.

Isso por que se trata de modificações biológicas fundamentais de natureza evolutiva, onde a crise atual não é uma crise de religião, mas de diretrizes éticas universais. É por isto que neste livro apresentamos um modelo biológico e tipo de vida diversos daqueles seguidos no passado, demonstrando que o homem reto e justo vale mais do que o homem forte e vencedor. Como se vê, a substância da velha moral não desaparece, mas adquire bases sólidas de tipo científico. Apela-se para a inteligência que sabe compreender e não para a obediência e passividade do ignorante. Utilizam-se as qualidades do homem novo, não mais entendido como súdito a ser dominado, mas como um interlocutor para dialogar. Deixamo-lo livre em sua consciência, mas convencemo-lo, porque hoje há argumentos para convencer e capacidade para ser convencido. Explicamos que a vida não se baseia na força, senão para os subdesenvolvidos incapazes de compreendê-la, e sobre o mérito que, segundo a justiça, é direito perante a Lei de Deus.

Trata-se de um direito sagrado, garantido por Deus e que o homem novo conhece, porque, neste nível, ele adquire consciência do bem e do mal, dos seus deveres e de seus direitos. Finalmente o conceito do bem e de valores positivos destaca-se do conceito do mais forte, com direito a qualquer abuso, para tornar-se o de retidão e de justiça, baseado sobre a realidade em funcionamento das leis da vida, deixando de ser apenas uma afirmação teórica. E para apoiar nossas afirmações em bases positivas, que aqui nos baseamos sobre a observação objetiva do modo pelo qual age a Lei de Deus nos pontos que são passíveis de controle.

Estes são os objetivos do presente livro. Tratemos de compreender-lhe todo o significado. Quis ele nascer em um momento histórico gravíssimo, de cuja importância poucos se dão conta. Mas o fenômeno já está funcionando e nós estamos dentro dele. Portanto não é mais hora de discutir se a revolução existe ou não, mas de observar como ela está se desenvolvendo.

Hoje ocorre um fato novo na história. Não é uma religião, mas é o princípio religioso que cai. Nasceu uma vez a oposição, mas em torno dos mesmos conceitos básicos, pelos quais as duas partes continuavam a entender-se, porque a sua linguagem permanecia a mesma. Hoje a diferença no modo de pensar é tal, que as duas partes não se entendem mais, porque foi mudado o pensamento e a linguagem que o expressa. O novo simplesmente suprime o velho por não tomá-lo mais em consideração. Proceder-se dessa forma até chegar ao ponto de uma dessacralização e desmisticismo global que fazem desaparecer os velhos conceitos, postos fora de uso. Isso é alarmante porque, sendo o problema ético monopólio das religiões, com a queda destas vêm a faltar as diretivas da conduta humana, o que leva à anarquia, mal social gravíssimo.

Vemos assim cair todo o instrumental dos velhos expedientes psicológicos coatores, necessários para induzir o homem a comportar-se bem, e não se sabe com que substituí-los para não terminar no caos. Não se pode impedir que caiam, porque eles não mais aprisionam a mente moderna, saída da menoridade. Aumenta uma sensação de vácuo diante de nós, apavorante porque perigosa. É inútil insistir com o velho. A orientação moral deve agora ser conseguida por outro caminho e funcionar com outros métodos, os do passado eram ótimos e funcionavam bem para o homem da época, mas não servem para o homem

moderno.

Para compreender o significado deste livro, devemos então compreender o significado da atual revolução espiritual, porque é em função desta que aquele nasceu. Não se trata de uma cisão de doutrina, mas de um fenômeno de evolução, porque não se tende a formar um novo grupo dissidente ao lado do velho, permanecendo no mesmo nível, mas a deslocar todo o grupo para um outro nível. De fato, hoje o antagonismo é entre progressistas e conservadores dentro da mesma doutrina. A dissensão não ocorre entre dois partidos destinados a sobreviver fixando a cisão, mas entre a parte que deseja avançar e a que não o quer, porque é automaticamente liquidada por velhice.

Trata-se de um fenômeno evolutivo, e podemos dizer que ele consiste em uma superação para avizinhar-se sempre mais de Deus. Neste caso não temos uma cisão em partes, mas um salto avante, o que significa uma continuação no caminho da evolução. O caminho não é a destruição do velho, mas a construção do novo. O primeiro é somente um fato implícito no segundo, necessário para sua realização.

Basicamente, como já dissemos, trata-se de um fenômeno de evolução, sadio e vital, segundo a Lei de Deus. Por isso o seu esquema é diverso daquele dos cismas do passado, que representavam uma moléstia do grupo e produziam seu debilitamento. Naqueles cismas a mudança da cisão era em sentido horizontal, de superfície, e levava à divisão. No caso atual aquela mudança é em sentido vertical, de evolução ascendente (entre o passado e o futuro), e tende a unificar-se em um plano mais alto. A tônica é diversa. Hoje não se trata de conquistar espaço vital com proselitismo, mas de transformar-se por evolução.

O fenômeno já está se realizando. A vida lançou-se nesta direção. Isso para o homem significa dever cumprir um imenso trabalho de construção. Se cai a velha ética, é preciso encontrar uma nova, porque uma ordem é necessária. A busca de um novo caminho que garanta a manutenção da disciplina faz-se urgente, porque com o crescimento do poder humano, fazem-se maiores os erros que se podem cometer, tanto que hoje se pode chegar a desastres sem precedentes. As regras de orientação mudam quando, em vez de uma carroça, a gente dirige um automóvel à alta velocidade. Antigamente, éramos protegidos pelas limitações impostas por nossa ignorância que não permitia pôr as mãos sobre as grandes forças da vida. Mas pensemos que mentalidade diversa é hoje necessária para dirigir-se, quando basta apertar um botão para que estoure uma guerra atômica capaz de destruir a humanidade. E o aumento de tal potência humana ocorre e difunde-se neste momento com um crescimento impressionante e irresistível, de modo que o perigo de arruinar-se por inconsciência faz-se sempre maior. Pode a ciência, então, tornar-se loucura? Devemos sustar seu progresso? Não. Devemos somente desenvolver, paralelamente, uma consciência ética para saber fazer bom uso daquele progresso.

Antigamente, em um regime de inconsciência e de irresponsabilidade, era possível sobreviver brincando impunemente, tomando-se algumas liberdades que só uma ética aproximativa, simplista, formal, preceituada, com base mística e emotiva podia permitir. Hoje, a ciência, mostrando-nos que tudo é regido por leis exatas, fez-nos matar um sonho e colocou-nos perante uma dura e complexa realidade que não perdoa. Pagam-se todos os erros, com justiça, mas paga-se tudo, com exatidão matemática, fatalmente, sem possibilidade de escape, sem aquela elasticidade de soluções que o problema elementar, formulado a grosso modo permite.

Com o progresso, pelo contrário, os problemas fazem-se sempre mais numerosos e difíceis. Não é mais válido o velho método de legar a sabedoria dos avós de pai para filho. Não cremos mais nas fábulas infantis, que outrora nos mantinham encantados. Na falta de outras diretrizes há quem as peça ainda às velhas mitologias religiosas, como a criança que busca refúgio entre as saias da mamãe. Mas ela está envelhecida e não pode mais ajudar, mesmo porque nos tornamos muito grandes para que ela o possa fazer. Desejaríamos continuar a brincar e a sonhar, mas estamos crescidos e uma vastidão ilimitada, inexplorada, erichada de problemas novos, todos a serem resolvidos, assalta-nos de golpe a visão. Saberemos construir-nos espiritualmente até a altura necessária para cumprir este imenso trabalho?

Esta é a angústia do homem atual. Fizemo-la nossa e neste livro, colocando-nos frente àquela dura realidade, procuramos cumprir uma primeira tentativa de orientação séria, com razões visíveis,

assumindo como base sólida as leis da vida. Temos consciência de que nos encontramos na hora crítica da passagem de uma era para outra. Devemos então sentir e assumir a responsabilidade que os tempos novos cada dia mais impõem a cada um e a todos.

I

DIÁLOGO COM AS LEIS DA VIDA

Observando o mundo que nos circunda é fácil constatai que não há fenômeno cujo desenvolvimento não seja dirigido por uma lei própria, como um trilho já feito sobre o qual ele caminha. Este caminho não se traça ao acaso, mas é orientado em direção a uma dada finalidade, segue uma técnica de desenvolvimento que constitui a lei do fenômeno. Tudo isto é mais evidente no plano físico e dinâmico, domínio da ciência. Assim os fenômenos movem-se em um regime de planificação preestabelecida, que os enquadra dentro de uma ordem, necessária para que tudo não se desmorone no caos.

Ora, a lógica dessa estrutura orgânica faz-nos supor que, para o mesmo regime de ordem, estejam sujeitos também os fenômenos que se processam no plano mental e moral. Tanto mais que eles são de natureza biologicamente mais evoluída do que a dos fenômenos da matéria e da energia, e são mais importantes do que estes, por dizerem respeito à diretriz de nossa conduta e, portanto, à nossa evolução. E, neste caso, trata-se do elemento humano, que é o mais avançado, na escala evolutiva. Em contradição com tudo aquilo que a ciência nos mostra acontecer nos campos de seu domínio, seria absurdo que a mesma coisa não acontecesse também na zona do ápice da vida, posta frente à evolução, no ponto de sua mais intensa atividade de conquista. A razão nos diz que, além do universo da matéria e da energia, deve haver também um universo do espírito constituído dos valores imponderáveis morais e ideais, isto é, uma outra ordem de fenômenos regulados, como acontece com os outros, por leis que lhes disciplinam o funcionamento.

Até aqui estamos no terreno da lógica, isto é, em um campo que o raciocínio nos indica que deve existir. Ora, esta premissa autoriza-nos a admitir, como hipótese de trabalho, a existência de leis reguladoras de tais fenômenos, e nos autoriza também a lançar-nos à pesquisa delas para conhecer a técnica de seu funcionamento. Isto é o que neste livro nos propomos fazer. Ponhamo-nos então num terreno prático, positivo, analítico, experimental. Esta pesquisa já foi por nós seguida inicialmente e aqui oferecemos os primeiros resultados, para que possam ser utilizados e também desenvolvidos, depois desta nossa fase inicial de pesquisa.

Não procuraremos persuadir o leitor com dissertações teóricas, mas colocaremos sob seus olhos, sobretudo os fatos e os resultados da análise dos mesmos. Que o próprio leitor repita a experiência se quiser, com outros fatos tomados para exame, para controlar a validade das conclusões tiradas de nosso trabalho. A nova pesquisa é possível e pode-se fazer tanto mais profunda quanto mais longa ela for executada. Nós aqui estamos apenas debruçados sobre os umbrais de um mundo novo, do qual só nos aparece uma primeira revelação. Basta esta, porém, para fazer-nos pressentir que a estrada a percorrer neste sentido é longa e que nos leva longe demais. Não porque posemos de descobridores, mas porque os fatos que provam uma presença de leis neste campo lá estão, podendo ser verificados por todos, em todo lugar e momento, prontos a revelar a qualquer um que os observe como é regulado seu funcionamento. Fatos nos quais se manifestam aquelas leis já acontecem em todos os lugares e assim a sua descoberta pode ser feita por qualquer um.

Conhecer estas leis para depois adequar-se a elas, significa possuir a arte da conduta certa e

portanto pode gozar de todas as vantagens que dela derivam, e evitar todos os danos que são conseqüência fatal de todo erro contra aquelas leis. Estamos fazendo um discurso utilitário, coerente com a realidade da vida que é utilitária. Nós o estamos fazendo em um momento no qual o homem passa da fase infantil a de adulto. Ele é então capaz de compreendê-lo.

A vida parece ter aberto um concurso entre quantos procuram oferecer-lhe a idéia de que precisa hoje para cumprir a tarefa de reconstrução necessária, depois da atual tarefa de destruição do passado. É evidente que, presentemente, se vive em um ritmo de transformismo evolutivo acelerado em todos os campos. Essa é a idéia nova que procuramos formular e oferecer, convencidos de que a vida, atualmente, vai aceitar, se servir aos seus desígnios.

A vida sabe o que faz. Quem observa seu funcionamento, desde suas primeiras tentativas elementares e formas menos evoluídas até suas construções mais complexas e evoluídas, não pode deixar de encontrar nela uma inteligência superior. Ainda que contenha males e imperfeições, a vida sempre vence e avança. Se ela, além de suas formas, é constituída, também, de uma inteligente diretriz de funcionamento, é inegável, então, que deve ser possível comunicar-se com essa inteligência para compreender qual é o seu pensamento e a sua vontade. Ora, comunicar-se significa estabelecer um diálogo no qual se propõe questões e se obtêm respostas. Isto é exatamente o que procuramos fazer, baseando-nos na lógica indicada, dado que esta era a estrutura do fenômeno, onde o diálogo deveria ser possível

Chegados a este ponto, trata-se de resolver o problema de como conseguir estabelecer esse diálogo. É certo que a vida pensa. Vemos seus efeitos, que nos revelam uma extraordinária sabedoria. Mas a vida não formula seu pensamento com palavras, como o fazemos nós. Ela age, não fala. Sua linguagem é concreta, manifesta-se materializada nos fatos. Para entender aquela linguagem, é necessário observar aqueles fatos. Trata-se de descobrir neles aquele pensamento subterrâneo que se esconde sepulto no íntimo da realidade. Mas ele foge a nosso exame. Como apreendê-lo então?

Há momentos, como o atual, de trabalho febril por parte das forças da vida. Momentos de revolução, de realizações urgentes, de explosões decisivas, nos quais a pressa e o ímpeto das realizações fazem que se rasgue o véu atrás do qual a vida se protege, como costuma fazê-lo, nos pontos mais nevrálgicos e preciosos de sua organização, principalmente no de sua direção. Na série de fatos que exporemos, anotamos exatamente casos e momentos mais evidentes, nos quais nossa análise pôde colher o pensamento da vida mais a descoberto. Esperamo-lo no caminho e foi assim possível ver sua técnica funcional, isto é, a estrutura e conteúdo das leis que regem o seu funcionamento.

Este trabalho fizemo-lo no plano teórico em outros livros. Mas aqui estão estas leis que pomos a nu, depois de tê-las visto e mostrado, deixando a palavra com elas. Neste livro não somos nós a expor as idéias, mas deixamos que o leitor escute, nos fatos, aquilo que a vida diz, e veja com seus olhos qual é o seu pensamento, observando em certos casos o seu comportamento. Assim este livro deseja ser vivo, não uma dissertação genérica sobre as leis da vida, mas um trabalho de aplicação em detalhe, apoiado sobre uma série de casos típicos tomados para exame. Isso porque o nosso objetivo não é dissertar, mas mostrar, no plano prático, quais os danos que nos ameaçam quando violamos estas leis e de que vantagens podemos gozar quando as seguimos.

Como saber de qual premissas negativas derivem resultados positivos? É preciso aprender a comportar-se, a escolher a solução justa para nossos problemas. Se colocarmos uma premissa positiva, podemos contar com ditas leis, porque elas "devem" levar-nos a resultados positivos. Em suma, trata-se de conquistar uma nova consciência da vida e um senso de responsabilidade, fruto de um conhecimento anteriormente não possuído. Trata-se de passar do estado de incerteza do primitivo imprevidente, a um novo modo de viver, regido por uma planificação inteligente, para possuir em vez de uma vida incerta e perigosa, uma vida garantida e protegida. Mas aquilo que é mais urgente para atingir tal planificação e gozar as suas vantagens, é o conhecer e, portanto, o seguir as leis da vida. Sem isto bate-se a cabeça, a cada passo, contra aquelas leis que reagem a cada violação, comportando-se para conosco como nós nos comportamos para com elas. É portanto de supremo interesse conhecê-las, seja para evitar danos, como

para ganhar vantagens.

Se em outros livros tratamos dos problemas espirituais com sentido de fuga do mundo, agora, para acompanhar o esforço da vida no momento atual, estamos seguindo neste a orientação positiva prevalecente, à qual adere a nova cultura da tecnologia contemporânea. Porque visamos a resultados reais, é que deixamos falar a vida com sua linguagem de fatos controláveis por todos, para concluir com uma ética racional e científica, mas universal como a ciência, independente de posições fideísticas. Mais do que de elucubrações filosóficas, hoje há necessidade de um guia prático sobre como comportar-se para evitar o próprio dano; há necessidade de resposta à própria questão e de um conhecimento que permita resolver favoravelmente os próprios problemas.

II

A NOVA ÉTICA

Antes de examinar a casuística, devemos orientar este trabalho, reassumindo vários conceitos já desenvolvidos, que o leitor necessita ter em mente. A nossa vida é composta de uma série de atos que podemos observar em sua origem, desenvolvimento e conclusão. Eles unem-se entre si ao longo da linha causa-efeito, constituindo ciclos maiores, até formarem o do desenvolvimento de uma vida e o máximo da ascensão evolutiva. Em cada caso o movimento começa com o lançamento de uma trajetória e é constituído pelo seu percurso, que se desenvolve como um arco, em uma dada direção, depois descendo até um ponto no qual aquele movimento se exaure e se conclui, iniciando-se um outro. O que estabelece o percurso da trajetória e seu ponto de chegada é a natureza das forças lançadas na partida. Sabendo escolhê-las e pô-las em movimento, podemos estabelecer, nós mesmos, qual será seu desenvolvimento e a sua conclusão. Dessa forma, tudo depende de nós, que podemos atingir os resultados desejados. Isso significa que podemos ser donos do êxito de nossas ações como do nosso destino que as envolve, se soubermos cumprir o trabalho do lançamento correto de sua trajetória ou corrigir-lhe o percurso quando esse resulta em erro.

Ora, se o percurso da trajetória e seu ponto de chegada dependem da natureza das forças lançadas, esta natureza depende por sua vez da estrutura de nossa personalidade, cujos componentes são aquelas forças. Se esta estrutura é a causa de nosso futuro, por sua vez, ela é a conseqüência de nosso passado, durante o qual a construímos tal qual é no presente. Na sua fase de percurso, o feixe de forças constituintes da personalidade pode sofrer deslocamentos de sua órbita, por atração de forças afins, de modo que as boas somam-se, também, as forças boas do indivíduo, reforçando o positivo, e as más fazem o mesmo às negativas. O indivíduo, portanto, pode corrigir sua trajetória encaminhando-se em uma direção ou outra, e com isso pode melhorar ou piorar a sua posição.

Também aqui, segundo o dualismo universal, o campo é dividido em duas partes: positivo e negativo, que são o bem e o mal, ou seja, o que é útil ou o que prejudica o indivíduo. Eis porque a ética exige uma conduta do tipo positivo, porque ela quer o nosso bem e a positividade na ação conclui a nosso favor, enquanto que a negatividade, a nosso dano. Disso deriva a importância da retidão porque, ao fim, ela coincide com o sucesso do indivíduo, enquanto que a desonestidade coincide com seu fracasso. Portanto aquele que faz o bem, como o que faz o mal, fá-lo antes de tudo a si mesmo. De resto, seria absurdo que a vida, com sua sabedoria e inteligência, violasse a lei de causa-efeito, porque aquilo que se semeia se colhe.

Sena absurdo também que a vida, em virtude de seu retilíneo utilitarismo e seu impulso ascensional, propusesse qualquer coisa de negativo. O mal, mais do que uma culpa, é um erro. Se a vida

se rebelar contra ele ferindo-nos com a dor, isso acontece com objetivo educativo e defensivo a favor de quem comete aquele erro, porque assim ela constringe aquele homem a voltar à via correta, que o leva a seu bem. Vice-versa, se a vida rejeita aquilo que é o mal, ela aceita e sustém aquilo que é o bem. Isso porque ela é feita de positividade de modo que o negativo é por ela sufocado e expulso, enquanto o positivo é por ela atraído e, como coisa sua, canalizado em sua corrente.

Para quem quiser, pois, saber porque a vida é positiva, isto é, benéfica, construtiva, salvadora, podemos acrescentar, referindo-nos a nosso livro *O Sistema*, que o pensamento que se acha em cada fenômeno em nosso universo é devido à presença nele do aspecto imanente da divindade, paralelamente àquele transcendente. Em outros termos, trata-se dos princípios do Sistema remanescentes com funções diretas no Anti-Sistema que, embora decaído na forma ou matéria, ficou todavia saturado do pensamento do Sistema.

De tudo isso pode-se concluir: o método que verdadeiramente leva à vitória, ao contrário do que se pode crer, não é o da força ou astúcia, mas o da justiça. Os que ousam violá-lo, porque são fortes ou astutos, na realidade trabalham pela sua própria ruína; não a seu próprio favor, mas em seu próprio prejuízo. Se obtêm algumas vantagens, estas são apenas imediatas e aparentes, a serem pagas depois, às próprias custas. A nova ética que propomos, explicando o mal que se pode fazer a si mesmo com tal conduta, poderia transformar nossa psicologia e com isso a diretriz do comportamento, evitando-nos danos imensos. É loucura pretender que com uma conduta feita de negatividade se possam lançar trajetórias de tipo positivo para concluir em posição do mesmo sinal. Como se pode pretender que o efeito seja diverso da causa que o determinou?

Pode-se objetar que encontram casos nos quais o bem é vencido e o mal triunfa, contradizendo esta nossa afirmação. Mas como temos certeza de que aqueles casos são concluídos com a morte? Não seria lícito admitir que deve haver uma continuação da vida na qual o fenômeno se completa? Nada nos autoriza a afirmar que ele em vida tenha atingido a sua conclusão. Na morte ele pode ter permanecido em suspenso, de modo que o cumprimento daquela Lei é adiado, escondendo-se no invisível. Esta opinião é corroborada pelo fato de que na Terra nos encontramos frente a um fenômeno que, como tal, não pode ser anulado antes que o percurso de sua trajetória se acabe de todo e as forças lançadas atinjam sua meta, a causa se extingue com o seu efeito. Isso acontece com todos os fenômenos.

Uma importante aplicação destes conceitos pode ser feita no campo da futurologia. Temos, antes de tudo, uma unidade de medida para avaliar de partida, no momento inicial do lançamento da trajetória, a dose de positividade ou negatividade contida no fenômeno, dada pelas forças constituintes da personalidade. Sabemos, depois, que as características de positividade destas levam-no a desembocar na afirmação do indivíduo, isto é, ao sucesso para sua vantagem, com o bom êxito de seu plano. E sabemos ainda que as características de negatividade levam-no a terminar com a falência de seu plano, em seu prejuízo. Então, das premissas iniciais podemos deduzir o que delas poderá derivar.

Uma vez entrado o fenômeno em órbita podemos prever seus deslocamentos, qual a consequência desta premissa, como o efeito depende da causa. Como era de esperar, se o campo de forças do fenômeno é do tipo negativo, ele atrairá forças do mesmo sinal que encontrar no seu desenvolvimento, absorvendo-as e somando-se a elas. O mesmo acontecerá para as forças do tipo positivo. Se do exame da qualidade da personalidade se conclui que ela em um campo de forças negativas possui também forças de tipo positivo, podemos prever a possibilidade de que estas funcionem como impulsos corretivos da negatividade do fenômeno, enquanto ele se encontra na fase de transformismo dada pelo seu desenvolvimento. E pode acontecer o contrário, isto é, que as forças do tipo negativo encontradas na personalidade, no percurso e relativo transformismo do fenômeno, corrompam as forças do tipo positivo, deslocando a trajetória para o negativo.

Tal futurologia neste caso baseia-se sobre um atento exame psicanalítico do sujeito, sobretudo para pôr a nu as zonas do subconsciente. Por fenômeno entendemos qualquer acontecimento de nossa vida, desde aqueles mínimos, individuais, até os grandes fenômenos históricos. Ele toma forma concreta em nossos atos, que constituem somente a aparência exterior que esconde este dinamismo interior que

esta análise do fenômeno nos revela Os resultados dos acontecimentos dependem de nossa conduta; esta depende de nossos pensamentos, que por sua vez dependem de nossa forma mental, isto é, qualidades individuais. Percorrendo esta cadeia de derivações, podemos seguir o desenvolvimento lógico do acontecimento e reunir, através de seu desenvolvimento, seus dois extremos: o lançamento da trajetória e a conclusão de seu percurso até o resultado obtido. O trabalho de futurologia baseia-se na análise das forças que constituem a personalidade, porque elas representam a natureza e a direção dos impulsos postos em movimento.

Para poder prever o desenvolvimento de um acontecimento, é necessário um outro conhecimento, o das leis da vida e de seu modo de funcionar. Quando reagem contra o erro, elas se propõem a ensinar e não a vingar-se, esmagando. Podemos assim saber, com antecedência, de qual tipo será a sua intervenção, física ou moralmente, ainda que doloroso, ela será sempre salutar. As leis da vida fundamentam-se sobre um princípio de justiça, tanto que o mérito, diante delas, constitui um direito. Elas "devem" compensar aquilo que foi honestamente ganho. Neste regime, a idéia de alguma coisa abandonada ao acaso é inadmissível, como é qualquer desordem em um regime de disciplina. Cai assim o conceito de concessão gratuita de favores ou graças, como de qualquer ato arbitrário. As relações entre o indivíduo e as leis da vida são de direitos e deveres de ambas as partes, a cada momento pesados na balança da justiça. Então este homem pode exigir daquelas leis que seja recompensado por aquilo que mereceu; e a vida tem o dever de recompensá-lo. Isto simplesmente para obedecer ao princípio de justiça sobre o qual se baseia, princípio que em nenhum caso pode violar. Como a vida deve castigar-me para corrigir meu erro, assim ela não pode me negar as vantagens que tenho merecido.

As relações do indivíduo com a vida não são aquelas do servo, com o amo; isto é, de sujeição, mas de justiça. Podemos assim saber como em cada caso a vida comportar-se-á para com o indivíduo. Isso pode ser previsto porque o cálculo baseia-se sobre o mérito, que é um fator a ser analisável. É esta exatidão na avaliação dos valores, é esta rigidez de justiça com a qual eles são pesados e sua troca executada, que nos permitem prever a consequência de nossas ações. Isto é possível porque, assim, cada uma delas é exatamente avaliada, como acontece somente em um regime de disciplina exata.

Aqui analisamos o funcionamento da Lei. Ela funciona também para mim enquanto escrevo e para o leitor enquanto lê. Segundo aquilo que colocamos em um prato da balança, encontramos depois o peso correspondente no outro prato. Aqui mostramos como fazer o exame dos elementos presentes no fenômeno e as leis, às quais estão submetidos seus movimentos. Com este material em mãos, podemos seguir o desenvolvimento do fenômeno e prever qual será a sua conclusão.

Estamos no plano positivo experimental da ciência. Trata-se de leis exatas como são aquelas da matéria e da energia. Não mais aquisições não justificadas pelo mérito, superada a psicologia do servo que implora favoritismos. A Lei de um lado, o homem do outro, ambos estão sujeitos à mesma ordem, de modo que aquele homem que cumpriu seu dever para com a Lei, com isso adquire perante ela o correspondente direito a um bom tratamento, enquanto à Lei compete o dever de assegurá-lo. De um lado trabalha o indivíduo; do Outro responde-lhe a vida com suas normas de justiça. Esta será a nova ética positiva do futuro.

No passado o homem vivia perdido no caos, isolado por seu egoísmo, tendo em sua defesa somente sua capacidade de lutar contra todos para vencê-los. Com a nova ética ele tem consciência de fazer parte de um organismo com o qual coordena a sua conduta. Então entre o homem e a vida formam-se relações de direitos e deveres recíprocos: para o homem o dever de viver em disciplina dá-lhe o direito aos meios para viver; para a vida, o direito de ser obedecida impõe-lhe o dever de procurá-los. Se o homem não cumpre seu dever a vida também não o cumpre para com ele.

Verifica-se um intercâmbio sem enganos. Se o indivíduo apresenta à vida uma conduta negativa, recebe tratamento negativo; se ele apresenta uma conduta positiva, a vida deve conceder-lhe um tratamento positivo. É assim que, para quem o cumpre, fazer o bem resulta no bem e fazer o mal resulta no mal.

Como se vê, trata-se de uma ética baseada sobre um princípio totalmente diverso daquele

vigente no passado, isto é, não sobre o egocentrismo mas sobre a colaboração; não sobre a força, mas sobre a justiça; não sobre o separatismo, mas sobre a reciprocidade na qual cada um faz sua parte. Isso se deve ao fato de que esta nova ética, diante da velha, representa a passagem para uma fase mais evoluída e aperfeiçoada, o que supõe um enquadramento na ordem, uma tomada de consciência mais exata e um senso de responsabilidade anteriormente desconhecidos. Tudo isso corresponde a um processo de cerebração, devido à evolução, que agora quer transportar o homem do plano instintivo emotivo ao plano diretivo, racionalmente controlado. Trata-se então, não de uma destruição do velho, mas de sua continuação e ascensão, não de uma substituição mas de um aperfeiçoamento.

Estas duas fases obedecem a dois princípios diversos: o caos para o primitivo, a ordem para o mais evoluído. No caos a atividade fundamental é a luta: se não me defendo, ninguém me defende. Na ordem a base é a disciplina quando cumpro meu dever isso é suficiente para que tenha posto em movimento as forças que, naquele regime, são encarregadas da minha proteção. Isto já começa a realizar-se na parte civilizada de nossa humanidade, mais próxima do estado orgânico. No caos é lícito agredir, mas só quem sabe lutar e vencer sobrevive. Na ordem não se pode agredir, mas quem faz seu trabalho útil à coletividade deve por esta ser protegido para que ele possa fazê-lo. Então ele não deve perder seu tempo em lutar, dado que é mais útil produzir, segundo sua especialização. Somente nesta fase mais avançada isto é possível, por ter alcançado o senso social da coletividade, o que falta na fase precedente, na qual os indivíduos não sabem se fazer valer, reagrupando-se, porque estão exauridos pelos atritos causados por seu separatismo. É questão de divisão do trabalho e de uma forma de maior rendimento utilitário, porque assim a energia que era gasta na luta é encaminhada para uma maior produção. Hoje já se procura evitar aquele desperdício, porque se começa a compreender quão contraproducente é o método da luta. Assim a função de guerreiro, uma vez fundamental, desvaloriza-se sempre mais diante da função do trabalhador.

Ora, quando sabemos que as premissas de um fato, (lançamento de trajetória) estão em nossas mãos, que as conseqüências estão pois em mãos das leis da vida, e conhecemos a técnica funcional dela, eis que nos é possível orientar nossa conduta para o nosso bem em vez de para o nosso mal. Isso leva a uma grande modificação na própria vida, estabelecendo as causas dos acontecimentos, ou sofrendo seus efeitos. Não é que a vida mude. O que muda é o homem que, passando a um nível evolutivo mais elevado, porque entende mais, se comporta diferentemente em seu próprio interesse. A vida tem funcionado e continua a funcionar sempre com os mesmos princípios. É homem que evolui e assim vê aquilo que antes não via, evitando desse modo erros e dores que daí derivam.

A conclusão dessa nossa dissertação é que nossa maior preocupação é o cumprimento de nosso dever, cada um examinando em que ele consiste. É o suficiente para pôr uma premissa positiva no movimento que dela deverá desenvolver-se como conseqüência. Feito isso, sabemos que ele se desenvolverá em sentido favorável a nós, porque as leis da vida providenciarão para que assim aconteça. Atenção, porém, porque com a vida não se brinca. Se apenas pretendemos fingir que fazemos nosso dever, procurando dar a entender isto aos outros e também a nós mesmos, a vida não se deixará enganar e nos pagará com um desastre.

É incrível a que elevação evolutiva e suas conseqüências a aplicação de tais princípios pode levar. Quando se sobe até este plano cai a lei da luta pela seleção do mais forte, porque o modelo do biologicamente melhor, o novo tipo que a evolução quer produzir, é, ao contrário, o mais inteligente, não fisicamente mas mentalmente poderoso. Então o maior problema, o da sobrevivência, será resolvido com estes meios, que muito melhor saberão ser bem sucedidos. Entramos assim no regime de ordem próprio de um nível evolutivo mais avançado, regime no qual a retidão atinge o valor de técnica aperfeiçoada para a defesa da vida. Tivemos que explicar estes princípios diretores, porque era necessário antepor esta orientação geral, antes de passarmos à sua aplicação nos casos que examinaremos nos capítulos seguintes.

III**A TÉCNICA DO FENÔMENO**

A posição do homem é a seguinte: ele vive no seio do grande organismo do todo, que é dirigido em seu funcionamento pelo pensamento da Lei que representa a presença de Deus ou Sistema, imanente no Anti-Sistema que é o nosso universo. É esta presença que no seio da desordem transitória e superficial mantém na sua profundidade uma ordem eterna e inviolável. A este fato devemos o não desmoronamento de tudo no caos, mas, ao contrário, sua contínua evolução em direção ao melhor. Ora, cada erro contra aquela ordem produz dor. O homem, porque ignorante da Lei, comete erros contínuos. Seu maior trabalho consiste na contínua fabricação de suas dores. Dessa forma, tudo parece construído de modo a terminar com a geração de sofrimento para o próprio homem.

Mas o fenômeno não se interrompe, ao chegar a conclusões tão tristes. Tal fato é justificado porque, naquela dor, está a salvação. Ela é uma escola de aprendizagem, portanto um instrumento benéfico, porque quem aprendeu não repete o erro e com isso elimina a dor. Assim ele é construído de tal forma que é destinado à auto-reparação. Não se sofre, portanto, em vão, mas para aprender a não errar e assim chegar a não mais sofrer. Eis, em síntese, o mecanismo da existência, o jogo dentro do qual existimos, dele fazendo parte. É esta ordem interna que aqui buscamos descobrir.

Orientados por este quadro de fundo tratemos, então, de continuar o nosso trabalho de indagação que nos leva a descobrir aquela ordem. Fazemos isso porque é o conhecimento que nos salva. Ele é o mais ativo agente destruidor da dor, já que, uma vez alcançado, ela não tem mais razão de existir porque não há mais nada a corrigir e ensinar. Portanto, o modo certo para eliminar a dor nós o encontramos. Quem compreendeu, evita fazer o mal, porque sabe que o faz em seu prejuízo. É duro sofrer, mas a própria vida contém um grande remédio. Existe uma grande força destruidora da dor — a evolução — porque destrói a ignorância. É sagrado então, em cada campo, o trabalho de conquista do conhecimento. Continuemos, portanto, sobre esta estrada o nosso trabalho de análise.

Nos capítulos seguintes, faremos uma breve casuística, isto é, exporemos uma série de fatos observados por nós enquanto eles aconteciam, seguindo-os desde seu início até sua conclusão, Faremos esta análise para compreender a técnica de seu funcionamento e para apossarmos-nos dela com o fito de dirigir novos casos que quisermos iniciar, até levá-los a bom êxito, como desejamos.

Para atingir este escopo, consideramos cada ato por nós iniciado para chegar a um dado fim (ou seja, evento em que tomamos parte ativa), como um fenômeno em movimento, de modo que ele se move de um ponto de partida a um ponto de chegada. Observá-lo-emos neste seu trajeto, nas causas que precedem seu lançamento, nos seus elementos constituintes, no desenvolvimento de seu transformismo em seu caminho, por obra das forças que o determinam e daquelas que encontra no ambiente; observaremos o fenômeno nas conclusões às quais ele por si poderá chegar ou, devido a nossa intervenção, poderemos obrigá-lo a chegar. Aplicaremos estes conceitos, penetrando nos detalhes da casuística para compreender o significado recôndito dos fatos.

A moral que deriva do conhecimento das leis da vida e de seu funcionamento não é aproximativa, elástica, não permite acomodações ou escapatória, mas é exata, rígida, sem ajustes ou evasões. Passa-se de um regime de baixa a um outro regime de alta velocidade, que exige uma maior precisão de movimentos, porque à mesma mudança direcional correspondem efeitos maiores.

Eis então que é necessário primeiramente pensar no lançamento da trajetória. É necessário que esta não se componha de forças negativas, porque elas representam um erro na partida, introduzido dentro do desenvolvimento do fenômeno e que portanto lá se manifestará, levando-o a um resultado negativo.

O primeiro ponto de partida é a própria personalidade e as forças das quais ela se compõe. Eis que no início de um dado acontecimento, quando começaremos a agir para pô-lo em movimento a fim de que ele se realize, deveremos fazer um exame de consciência ou uma autopsicanálise para apercebermo-

nos de que forças dispomos, dadas pelas qualidades que possuímos, constituindo a nossa personalidade.

De como fazer o exame de consciência trataremos a fundo no fim deste volume. Aqui somente mencionamos que esta estrutura da personalidade é um dado de fato que preexiste à análise, do qual depende o tipo de força que poremos em órbita no momento do lançamento da trajetória. É evidente que, de uma personalidade de estrutura prevalentemente de tipo negativo, não poderá ser obtido senão um lançamento de uma trajetória composta de forças negativas. E evidente também o contrário, isto é, que de uma personalidade de estrutura de tipo positivo será obtido o lançamento de uma trajetória feita de forças positivas.

Disto segue-se que automaticamente os temperamentos honestos são levados a lançar trajetórias positivas e com isto obter resultados positivos, e ao contrário. Parece um destino, má sorte mas, na verdade, é uma consequência do funcionamento da lei que rege o fenômeno. A isto junta-se o fato de que o exame de consciência, isto é, o juízo das qualidades boas ou más, é feito pelo mesmo indivíduo, iniciador do movimento, que nada pode fazer senão usar a sua forma mental, a única que ele possui.

Ora, este instrumento de ajuizar pode ser ele mesmo, positivo ou negativo, isto é, justo ou errado, ou seja direito segundo as leis da vida, ou distorcido pela negatividade da personalidade. Neste segundo caso, o lançamento da trajetória em direção errada, ou seja, contraproducente, tendente a resultados negativos, é fatal. Mas é necessário reconhecer que isso também é justo, porque é consequência direta do fato de que aquela personalidade compõe de forças negativas.

Na execução do exame de consciência, é necessário estar prevenido também pelo fato de que sobre a função de julgar pode influir o subconsciente, sempre pronto a fazer aflorar de seu imo seus próprios impulsos. Ele é astuto, pronto a fazer apreciações distorcidas a seu modo para satisfazer sua vontade. Também disto falaremos melhor mais adiante. (Cap. - IX). Ele quer sobreviver tal qual é, afirmando-se à sua maneira. Assim, luta para impor-se e, para consegui-lo, disfarça-se com argumentos que lhe dão razão, enverga uma auréola de virtude para esconder suas qualidades negativas. É a besta original que emerge não cancelada. Então por meio de um tal exame de consciência assim viciado de início, não podemos obter senão um resultado falsificado.

Que se deve fazer então para obter bons resultados? Antes de tudo, é necessário uma personalidade de tipo positivo. Se, porém, ela é negativa, é necessário procurar antes de tudo corrigir sua negatividade, de modo que sobre ela, reduzida ao mínimo, possa prevalecer a positividade com tudo aquilo que se segue. E que é necessário fazer quando, como consequência da estrutura negativa da personalidade, foi completado o lançamento de uma trajetória deste tipo? Então não há mais nada a fazer senão procurar corrigi-la. Vejamos como

No caso de trajetórias totalmente negativas, não há nada a fazer. O desastre final é fatal. Seria necessário que a personalidade negativa que realizou o lançamento seguisse a longa escola da própria correção, à custa de provas, até tornar-se positiva. Mas observemos o caso mais freqüente, o da trajetória mista. A personalidade pode possuir um fundo de positividade com zonas de negatividade. Estas então constituem na trajetória como que nós de resistência. E preciso descobri-los. Eles são erros contra a lei da vida. E preciso desfazê-los. Eles são desvios. É necessário endireitar seu caminho.

Isso se pode fazer esperando que aqueles impulsos negativos se esgotem, consumindo sua energia inicial. Pode-se intervir de outra maneira, pondo voluntariamente em movimento, impulsos positivos que neutralizem os negativos, opondo-se a eles em sentido contrário. Assim pode-se combater também a tendência dos impulsos negativos de atrair para seu próprio campo outros impulsos negativos, reforçando-se com esta nova ajuda. A presença do negativo, tendente a desviar o percurso da trajetória do sentido positivo, não nos deve alarmar. O fenômeno desenvolve-se como uma luta entre a positividade e a negatividade. Cada erro pode ser corrigido e aqui explicamos como. Se o erro aparece, ele deve ser corrigido e, ao corrigi-lo, aprende-se a não repeti-lo mais. Tudo, até o mal, pode ter uma função construtiva.

O problema é neutralizar a negatividade presente no fenômeno, porque ela polui e o leva a resultados negativos. Eles são calculáveis, porém, porque são proporcionais à dose de negatividade

contida no fenômeno. Daí serem eles previsíveis e evitáveis. É necessário compreender que é desta dose que dependem os resultados finais e que esta dosagem depende de nós. Somos donos dos resultados, porque podemos atingir os que queremos, com a condição de preencher todas as condições necessárias para atingi-los. E agora sabemos quais são elas. E quando os resultados não são obtidos, sabemos também o porquê disso e o que é necessário fazer para evitar este prejuízo. A análise do fenômeno mostra-nos tudo. Não podemos, portanto, culpar ninguém, nem embalar-mos com esperanças ilusórias. Mas é necessário analisar e saber dirigir estes elementos: estrutura da personalidade; análise exata das forças que a constituem; colocação destas forças em órbita, executando um lançamento correto de trajetória; depois eventual correção da mesma durante o seu percurso, o que se torna possível, tratando-se de um fenômeno em movimento, no qual se podem, então, inserir novos impulsos.

Isso significa acompanhar o desenvolver de todo acontecimento que movimentamos, desde suas primeiras causas, até a sua conclusão. Temos falado de positividade e negatividade. O leitor pode indagar-se que significam, na prática, estes dois conceitos. Positividade significa retidão, honestidade, sinceridade, justiça, responsabilidade etc., qualidades possuídas pelo indivíduo e usadas no lançamento da trajetória. Negatividade significa o contrário. Podemos afirmar que os resultados, no primeiro caso, são positivos e negativos no segundo, porque temos executado verdadeiros controles experimentais e deles obtido confirmação desta correspondência de fatos. Na casuística que exporemos nos capítulos seguintes, veremos aplicados estes conceitos, observando a técnica segundo a qual desenvolvem os atos que iniciamos para alcançar um dado objetivo.

Mas antes de procedermos à casuística, temos que explicar como tudo isso acontece. Veremos que cada ato nosso é um fenômeno regido por normas dadas do princípio ao fim. Chegou a hora de enfrentar com espírito analítico e métodos positivos o caso de nossa conduta, até agora deixado inexplorado à mercê de normas empíricas. O sistema de construir uma ordem com a técnica de comandar e obedecer, em vez de basear-se na de convencer, fazendo compreender, pertence à era infantil da humanidade e desaparece agora em sua fase mais madura. A disciplina, porém, permanece necessária. Se o homem novo, que é crítico e racional não a aceita mais por imposição de autoridade, não lhe resta senão aceitá-la por livre vontade e como fruto do entendimento. E se não quiser compreender, aprenderá duramente à própria custa, caindo no caos.

A nova moral impor-se-á por si, isto é, não porque a autoridade o disse, mas porque ela é útil no interesse de quem a aplica. Moral clara, controlável por fatos, vantajosa, o que faz aceitar os seus princípios de honestidade e justiça. A mente moderna não se sujeita mais passivamente a uma moral somente normativa e preceituada. Exige em seu lugar uma moral livre e consciente, apesar de responsável, uma moral regida por sua lógica que lhe justifica as normas, controlável em seu valor dos seus resultados. A mente moderna não aceita uma moral coagida, à base de ameaças e condenações, sistema este que leva à evasão em vez de à aceitação por convicção, atingida por haver-lhe compreendido o funcionamento e vantagens. A nova moral é aquela da lei da vida que diz: "Pode pegar aquilo que quiser, contanto que o pague, porque só é verdadeiramente seu, se o houver merecido. Aja livremente, mas as conseqüências são suas. Cumpra a você compreender o que pode e o que não pode fazer. A veracidade e utilidade desta lei você a pode experimentar por si mesmo, e assim convencer-se que lhe convém segui-la". E por isso que mostramos seu funcionamento. Disso ninguém pode fugir. Passar para outra fé ou tornar-se ateu não muda nada. A lei da vida é igual para todos.

Conclui-se que, conhecendo a técnica de seu funcionamento, podemos dominar os acontecimentos, porque, quando pomos em movimento os elementos exigidos, sabemos quais são os resultados que eles devem atingir. Tudo isso acontece sobre um terreno de positividade racional, em vez de o ser sobre o fideísmo e emotividade, podendo, portanto, ser apresentado na forma mental mais compreensível para o homem moderno e para o do futuro. Tais conclusões têm, pois, características universais. A técnica do fenômeno não funciona somente para o indivíduo; ela é a mesma, também para os grupos, tais como: família, instituições, partidos, povos e humanidade. Nestes casos trata-se igualmente de uma unidade que, em vez de ser individual, é coletiva.

O ponto de partida permanece sempre o mesmo, isto é, definido pelas qualidades constituintes daquele tipo de unidade. Delas depende o gênero de trajetória que eventualmente é lançada, como seu percurso e sua conclusão. Eis que a mesma técnica do exame inicial da consciência para prever o êxito de um acontecimento e influir sobre ele, é usada também no caso de unidades coletivas. Também nesta dimensão maior pode-se prever onde irá terminar o percurso da trajetória. Pode-se, assim, realizar uma espécie de futurologia histórica, incumbida do trabalho de previsão neste imenso campo das unidades coletivas. E pode-se também intervir no fenômeno, guiando-o com inteligência em direção à melhor conclusão, seja iniciando-o, sabiamente, com um lançamento positivo, seja corrigindo seu caminho quando ele tende para o negativo.

Tudo isso é hoje atualidade. No passado a humanidade, em sua ignorância das conseqüências, lançou muitos impulsos baseados no egoísmo e injustiça, o que explica a colheita dos resultados correspondentes, segundo a técnica que temos visto. A razão de tantas dificuldades que afligem a humanidade é que ela é lançada segundo uma trajetória em grande parte negativa. A história avança, carregando atrás este peso. Não há outro remédio senão aplicar o método da correção das trajetórias erradas.

Ora, nestes grandes fenômenos coletivos, como no caso individual, o ponto de partida é um exame de consciência, neste caso em massa, no qual cada povo honestamente se auto-avalia, pondo-se diante das leis da vida. Com base nos resultados deste exame, ele deve lançar novas forças positivas, introduzindo-as na própria trajetória histórica e isso com o fito corretivo da precedente, agora em ação. Quanto à positividade, temos visto o que ela significa. Só assim poder-se-á corrigir a velha trajetória, guiando-a em direção a resultados benéficos, em vez de maléficos.

Neste trabalho a própria vida ajudará quem se preparar para cumpri-lo, porque isso corresponde a seus fins. O sistema de luta, à base de ação e reação, isto é, de separação, é involuído, anti-orgânico e anti-unitário, vai contra a formação das grandes unificações sociais, finalidade que a vida quer alcançar no momento atual e no futuro próximo.

Falamos disto porque o momento é grave. Os meios de ação, que se tornaram hoje muito mais potentes com a ciência, exigem uma mais inteligente capacidade diretiva se não quiser terminar em um desastre. A velha psicologia agressiva era limitada e proporcional aos prejuízos causados por ela. É urgente um progresso moral, paralelo ao científico, que coordene sabiamente esta hipertrofia de poderes em cada campo, que é vitória, mas também grave perigo, se não se sabe guiá-lo. É urgente também corrigir as velhas trajetórias de negativismo, se não quisermos que elas nos levem a resultados do mesmo tipo. Elas estão em movimento e avançam fatalmente em direção à sua conclusão. Tudo isto é analisável, evitável. Estamos na encruzilhada. As velhas normas parecem atualmente superadas. É necessário substituí-las por normas sólidas, mas adaptadas ao homem novo que se está formando e à sua nova posição na vida.

Que entendemos por normas mais sólidas e qual é o homem novo que se está formando? Que a velha moral se torne sempre inadequada aos tempos novos, prova-se pelo fato de que se formou um movimento revolucionário inovador, que não é obra de um grupo particular, mas de uma corrente mundial. Encontramo-nos diante de um fenômeno novo para nós: o fim de uma civilização e o início de outra, de tipo diferente. A velha ordem está caindo. Deverá necessariamente nascer uma melhor que possa substituí-la.

Agora isso é possível porque o homem está atingindo uma maturidade psicológica que lhe permite ver a vida com espírito crítico de adulto, com método analítico e positivo. Pode-se assim enfrentar e resolver problemas que antes permaneciam sepultos no mistério, porque vistos somente com a psicologia infantil do tipo empírico. Cai a veste legendária e mitológica e aparece a realidade nua que assim se torna compreensível, mostrando-nos as normas mais sólidas a que nos referíamos.

Ao homem novo que se está formando é necessário fornecer um alimento diferente do que o satisfazia no passado e que agora não mais o satisfaz, um alimento mais nutritivo, feito de um sistema persuasivo que leve claramente à convicção, porque mostra a realidade da vida. Onde encontrar então este

material? Só a ciência nos apresenta características de positividade, objetividade e imparcialidade, isto é, de verdade biológica universal, que não seja só de um grupo e não esteja em luta contra a verdade de outros grupos.

Até agora a ciência não entrou no campo da ética do comportamento correto. Mas é exatamente a maturidade evolutiva acima mencionada do homem, o que hoje pode permitir esta penetração da ciência naquele terreno. Tudo está pronto para que isso se verifique: o grau de evolução alcançado, o desenvolvimento da ciência, a necessidade de resolver novos e mais complexos problemas também espirituais, insolúveis pelos velhos métodos, a necessidade de definir tantas verdades deixadas em suspenso. As contínuas mudanças nas relações sociais vão criando situações imprevistas, que exigem uma regulamentação nova, baseada em outros princípios, porque os velhos se tornam inadequados. É assim que se faz sempre mais necessária uma ciência da conduta humana que esteja ao nível da ciência alcançada nos outros campos.

Hoje corre-se; é necessário, então, ver bem a estrada. Urge entender o significado da vida e as conseqüências de nossas ações, para dirigirmo-nos inteligentemente. Com o aumento dos poderes do homem, aumenta a periculosidade de seus movimentos errados e há sempre menos margem para eles. Por isso é necessária uma ética de tipo científico que nos mostre a técnica do funcionamento das leis da vida. É necessário fazer compreender ao homem da estrada que ele não está só, abandonado à mercê de forças que não conhece, mas, pelo contrário, elas estão próximas e sua ajuda funciona, realmente, desde que ele mereça, porque sempre cumpriu com o seu dever.

Em uma hora de tantas reivindicações sociais devem-se fazer valer também os direitos do homem justo perante as leis da vida. Em um mundo onde ele é esmagado pelo mais forte, é necessário provar experimentalmente, que este homem é defendido pelas leis porque ele é útil à vida, que se mostra sua amiga e o defende, para seus fins. Para construir o futuro cada vez mais realizador de um estado orgânico unitário, a vida tem sempre menos necessidade do biótipo prepotente vencedor, válido em outras condições apropriadas a outras fases de evolução, e tem sempre mais necessidade, como modelo da massa, do homem justo, que saiba ordenadamente funcionar em seu posto na coletividade, segundo sua especialização de qualidade e trabalho.

IV

PRIMEIRO CASO

O raciocínio que fizemos como ponto de partida deste livro, retomamo-lo agora na análise dos casos que passamos a examinar. Ele diz: se existem leis que regulam o funcionamento dos fenômenos no plano físico e dinâmico, paralelamente devem existir leis que regulam o funcionamento dos fenômenos no plano ético e espiritual. Por se encontrarem os fenômenos no mesmo organismo do todo, é lógico que no funcionamento deste organismo devem tomar parte também os fenômenos do plano ético e espiritual, paralelos e engrenados com aqueles outros cujo comportamento a ciência nos demonstra.

Dessa forma queremos observar o comportamento dos fenômenos do plano ético e espiritual. Quanto mais nos avizinhamos na compreensão de seu funcionamento, mais vemos sua utilidade prática. Faz parte dos princípios diretivos da vida obter o maior rendimento com o mínimo de meios. Àqueles princípios, então, aderimos quando somos utilitários. Não é pecado buscar sua própria vantagem, quando esta é sabiamente entendida. Com isso, seguimos a vida que deseja o nosso bem. Ela é benéfica também quando nos golpeia com a dor, porque ela nos quer advertir do erro, a fim de não mais o cometermos. A vida é sempre positiva, construtiva, saneadora. Somos nós que tomamos o caminho negativo. Ela vem a nosso encontro para salvar-nos, empurrando-nos do caminho errado para o certo.

Se observarmos as obras executadas pela vida, não podemos deixar de admitir que ela é muito inteligente. Busquemos então compreender o seu pensamento. O nosso raciocínio é simples: se o mal e a dor não são obra da vida mas fruto de nosso fracasso, aprendendo a não errar, vamos eliminar o erro — causa da dor — e os seus tristes efeitos. O caminho justo é assinalado pelas leis da vida. Basta segui-lo. Por isto procuramos conhecer essas leis para depois segui-las, e assim livrarmo-nos do mal que nos aflige. Basta que funcionem disciplinadamente na ordem estabelecida, em vez de procurarmos violá-las. Neste caso verificam-se estas posições: ordem, violação, desordem, erro, dor. A liberdade é benéfica quando é compreendida como disciplina naquela ordem, não como revolta contra ela.

A dor é filha de um erro. Saímos da pista e vamos bater contra um muro. Mas a pista sobre a qual corre a vida é bem feita. Somos nós que não sabemos guiar. E não sabemos guiar porque não conhecemos as leis. Estamos precisando então de aulas de direção. Acreditar que as coisas acontecem por acaso, eis o grande erro. Basta desembaraçar e penetrar a confusão das aparências para convencer-mos do oposto. Sem nem mesmo suspeitá-lo, vivemos, pelo contrário, dentro de uma ordem maravilhosa. Cremos no acaso porque semeamos desordem e portanto perdemos-nos no caos que é sua conseqüência.

Isso explica-se pelo fato de que o homem neste campo não atingiu ainda o conhecimento, encontrando-se, portanto, na fase de aprendizagem, a fase do aluno que não pode deixar de cometer erros, mas que errando aprende. Mas a fase seguinte que o espera não poderá ser senão a de quem aprendeu e daí não erra mais. O resultado de nossa desordem atual não pode ser mais do que um mundo de dificuldades, aquele no qual vivemos. Mas também isso é lógico e está em seu lugar justo, porque esta é uma fase necessária para aprender, ainda que sofrendo, e assim elevar-se em direção ao melhor.

Grandes são as vantagens do conhecimento que aqui buscamos alcançar, sobreposto como diretriz de um nosso comportamento sábio. Quando se conhece a técnica funcional do fenômeno, pode-se prever quais serão as conseqüências de nossas ações. Lançando a trajetória de desenvolvimento corretamente segundo a ordem das leis da vida, podemos garantir-nos o bom êxito do acontecimento iniciado. Se errarmos o movimento do lançamento, podemos depois corrigi-lo para levá-lo a um bom fim. Não se trata somente de um trabalho de previsão (futurologia), mas também de nossa intervenção a fim de cuidarmos do desenvolvimento e acontecimento conosco, se queremos o melhor para o nosso bem. Está em nossas mãos o provocar a solução mais vantajosa para nós. Então, sabendo quais premissas devemos colocar para obter um determinado resultado, porque conhecemos e provocamos aquele movimento, podendo dominá-lo, dirigindo-o até à conclusão desejada -

Verificam-se acontecimentos de todas as grandezas em cada lugar e momento, mas sem qualquer controle nosso, isto é, sem previsão do desenvolvimento e sem provimento para guiá-lo. Nesta confusão não somos na verdade donos da situação. Aqui nos comportamos empiricamente, seguindo cada um suas próprias miragens, em vez de prever racionalmente a escolha e muito menos as conseqüências da própria conduta. Existe somente uma vaga intuição da presença de uma lei diretriz, já que se crê em uma divina providência. Admite-se de fato que ela funcione para os bons, o que corresponde ao lançamento em órbita de forças do tipo positivo, e não funcione para os maus, o que corresponde ao lançamento em órbita de forças do tipo negativo. Mas estamos longe de um exame analítico do fenômeno e de; um acontecimento de seu funcionamento.

Para cumprir este trabalho não implantamos aqui discussões com as velhas filosofias destinadas a resolver o problema ético, mas simplesmente constatamos a existência dos fatos sobre os quais se baseiam as nossas afirmações. Esta fase do conhecimento é a nova fase evolutiva na qual o homem prepara-se para entrar. No nível animal funcionam deterministicamente as leis da vida, pelas quais os seres obedecem cegamente ao instinto, exprimindo o comando daquelas leis. No nível humano o ser tem a liberdade de obedecer ou desobedecer mas, ignorando a técnica de desenvolvimento do fenômeno, deve aprendê-la à sua custa ao sofrer as conseqüências de seus erros. Na fase evolutiva subsequente que nos espera, o ser, não mais ignorante daquela técnica e daquelas conseqüências, saberá prever e prover racionalmente de modo a dominar o fenômeno, dirigindo-o em direção à devida conclusão.

Esta última será uma posição de grande vantagem sobre a precedente, porque poderá nos

permitir avançar, não mais ao acaso, mas dirigindo-se inteligentemente em direção ao que nos é verdadeiramente útil, em vez de, por inconsciência, ferirmo-nos continuamente com as dolorosas conseqüências dos nossos fracassos. Trata-se de uma ciência nova sobre a qual se poderá estabelecer, para nossa vantagem, um novo código de vida.

* * *

Depois destas premissas orientadoras, iniciamos a casuística. Observemos o primeiro caso. Dois jovens, um rapaz e uma moça enamoram-se enquanto freqüentam o ginásio. Ele é pobre e não tem meios para freqüentar uma universidade. Ela tem posses e oferece-lhe esta oportunidade, levando-o à sua família que provê os recursos necessários até completar o curso superior. Nesse período ela se forma. Casam-se pouco depois de formar-se. Nasce uma menina, sempre em casa da esposa. A família dela reside em cidadezinha de poucos recursos de trabalho para os dois jovens. Seu desejo é então transferir-se para a capital vizinha.

Aqui começa a nossa história em suas linhas externas. Observemos agora quais eram as forças que se moviam atrás deste esquema. Quem, em substância, era ele e quem era ela? De qual tipo eram as forças que constituíam a personalidade de cada um, aquelas que, segundo sua natureza, acabavam de ser lançadas em órbita por eles para constituírem depois a trajetória de seu destino? A direção assumida pelo seu desenvolvimento estabelecida pelas qualidades individuais da personalidade.

Observemos primeiramente a personalidade dele. Dinâmico, mas no sentido de agitação irrequieta, não de laboriosidade produtiva, a sua atividade era em grande parte um desperdício de meios e energia, ainda que à custa de quantos lhe eram vizinhos. De engenho pronto, mas extremamente desordenado, ele representava um alto custo de manutenção. Este peso foi suportado pela família dela, até que ele se formou e mudou-se para a capital vizinha para trabalhar. Neste momento ele começou a colher os frutos daquilo que semeava, devendo viver à sua própria custa, e pagar por si o desperdício da própria desordem. A partir desse momento ele encontrou-se só, na dependência de suas qualidades.

Quais eram elas? O seu instinto fundamental era o de lutador que quer subir a qualquer custo, pisando os outros. Assim ele tinha agido até então. Escolhida a moça, o seu movimento constante foi do tipo egoísta, invasor, devorador. Ele tinha como justificativa o fato de estar esfaimado, mas isso não o autorizava a tornar-se um perigo social. Em primeiro lugar alojou-se em casa dela, assim obtendo alimentação e moradia. A grande pressa de casar-se e ter um filho, o fez consolidar sempre mais sua tomada de posse em casa da mulher, e numa posição sempre mais cômoda. E agora que era chegado o momento de assumir a devida responsabilidade de marido, provendo a manutenção da própria família (trajetória de forças positivas) segundo as leis da vida, ei-lo que busca evadir-se de seus próprios deveres, gastando seus ganhos em amores extraconjugais (trajetória de forças negativas) contra as leis da vida. Este homem egoísta continuava a ativar suas qualidades de egoísmo predador, coroando seu trabalho com a conquista da liberdade conjugal e eximindo-se dos deveres familiares.

Fez-se assim sempre mais decisivo e evidente o movimento seguido, desde o princípio, pelo jovem segundo suas qualidades, isto é, um movimento baseado sobre o desfrute dos outros, jogando sobre os ombros da esposa seus próprios deveres. Formou-se uma corrente negativa pronta a voltar-se contra ele. Foi assim que os impulsos neste sentido se acumularam até alcançar o momento crítico da explosão. Vejamos como isso aconteceu.

O jovem avançava triunfante, crendo vencer e vencer facilmente, enquanto pelo contrário, engolfava-se sempre mais em negatividade, aumentando a velocidade de descida. A vida é utilitária, não ama o desperdício, assim faz de tudo para salvar o que há de bom em um indivíduo. Ajuda-o, favorece-o, ao menos na medida em que há um mérito a compensar, um real valor a pôr em funcionamento. Mas quando o indivíduo está nos antípodas desta posição e pretende usurpar com sua negatividade aquilo que não mereceu, a vida então toma uma das seguintes atitudes: se o caso é perdido, favorece o indivíduo na via descendente, de modo que ele a percorra mais rapidamente para resolver com a quebra final; ou de outro modo, se há qualquer coisa a salvar, submete o indivíduo a uma prova em seu campo, de modo que, pelo menos dentro daqueles limites, ele aprenda, corrija-se e salve-se. No primeiro caso a vida favorece,

no segundo ela o pára. Mas trata-se de favores para acelerar o desmoroamento e de obstáculos com o fito de experiência, isto é, de provas destinadas a salvar. Assim a vida resolve os dois casos.

Observemos o fenômeno. Temos dois campos de forças: um é do predador, posição negativa contra a justiça, mas justificada pela pobreza dele e pelo seu legítimo desejo de crescer, que representa, ao mesmo tempo, uma certa positividade, porque é efeito de sua inteligência, prova de valor e mérito individual. O outro campo de forças é o da família da esposa que ajuda um jovem a conseguir uma posição e faz isto por um impulso benéfico. Com isso, a família dela faz-se instrumento de vida ao oferecer a um indivíduo nascido pobre uma oportunidade de melhorar, como é seu direito, suas condições de vida.

O problema surge quando se trata de ver que uso ele faz desta oferta. A vida lhe oferece isso, porque aquele jovem possui algumas qualidades para subir. Mas ele não compreende o significado. Não se trata de gozar a vida por ter saído de um destino de pobreza, sem se importar com os meios, nem é um prêmio de astúcia em prejuízo de outros. Ele não entende que, ao contrário, se trata de um exame para medir sua maturidade e, sabendo-o fazer, para passar a um nível evolutivo superior. Neste exame ele teria que ter dado prova de ordem e autodisciplina com o não abusar de uma oportunidade favorável, procurando, em vez disso, conquistar aquelas qualidades que são indispensáveis para poder gozar definitivamente das vantagens que oferece uma posição mais avançada.

O que fez, em vez disso, aquele jovem? Adquirida a velocidade na via de ascensão gratuita que se lhe abria em frente, a facilidade de percorrê-la oferecida a ele como um convite a aproveitar-se ilimitadamente, levou-o, por insuficiência de autocontrole, a uma explosão do instinto de crescimento, enquanto que o exame consistia, na verdade, em teste de autocontrole. E assim que este jovem, no momento do maior triunfo, quando acreditava ter alcançado o ápice, constatou ter falhado na prova; na qualidade de aluno reprovado, obrigado a recomeçar, desde o início, com um nove exame.

Que acontece então nesta fase de sua vida? Vemos que esta lhe retira todos os favores e deixa-o à mercê de seus próprios instintos. Por que isto? Porque ela não executa o trabalho de corrigir as nossas trajetórias erradas, mas somente aquele de oferecer-nos os meios para corrigi-las. Isto cabe a nós. Ora, aquele jovem havia recebido estes meios e, em vez de dar-se ao trabalho de bem utilizá-los, desperdiçou-os. Esta era a sua culpa. Todavia ele tinha algumas qualidades, isto é, possuía a matéria prima para chegar a um melhoramento. Então não se podia desprezar aqueles valores somente porque este jovem, na primeira vez, não passou no exame. Bastava mandá-lo de volta à escola para que se preparasse de novo e, repetindo a experiência, aprendesse a lição não compreendida.

Foi assim que terminou a fase de benefícios e a vida preparou-se para fornecer um curso diferente de ensinamentos, desta vez com outros meios mais persuasivos, porque se tratava de um aluno "difícil de aprender". Assim se explica como a vida não usou o método da oferta, mas o do constrangimento. Ela devia fazer experimentar em primeiro lugar os efeitos dos erros cometidos, de modo a fazer passar a vontade de repeti-los. Eis por que vemos agora aquele jovem ser atingido por uma série de golpes adversos que o param na estrada dos triunfos fáceis, e o obrigam a refletir e a aprender a lição. Chega-se assim a uma nova fase do desenvolvimento do fenômeno. Trata-se de um trabalho de outro tipo, isto é, não mais livre mas coator, não mais oferecido mas imposto pela vida, a fim de que o sujeito não fuja mais ao dever de corrigir-se. Depois de uma vitória não merecida, chega a penitência e com ela a compreensão e redenção.

A história dele já chegou a este ponto, bastante significativo. Enquanto escrevemos, estamos observando seu desenvolvimento. No outro campo de forças, o da família dela, que sem ser seu dever tem querido ser útil, não há desapontamento porque seus cuidados para com ele não foram desperdiçados, ainda que o resultado fosse negativo. Isto aconteceu por culpa dele, que daí sofria o dano, e não por culpa da família que havia querido somente fazer o bem e daí recebia o benefício correspondente. Não importa que a positividade do auxílio fosse neutralizado pela negatividade das qualidades do indivíduo que o recebeu. As contas com as leis da vida são individuais.

A história daquele jovem passou de uma fase que parecia afortunada a uma de infortúnio. Isso é

o que aconteceu de fato e aqui demos a explicação. Assim compreende-se o significado e o escopo da onda inicialmente favorável, como daquela posteriormente desfavorável. A vida torna ao ataque quando o indivíduo possui qualidades positivas que ela não quer deixar inutilizadas e que o tornam educável. A potência usada na ação corretiva por parte da vida é proporcional à quantidade de negatividade que ela deve vencer para realizar a correção da trajetória errada, de modo a poder sempre triunfar endireitando-a. Eis que o reinício salvador constituído de novas provas autoriza-nos a pensar que, no caso agora tomado para exame, como em todos os casos nos quais aquele reinício ocorre, o defeito é sanável, e pode-se daí, depois de novo período de ensino e correspondente exame, prever o bom resultado de todo este trabalho. Mas estas previsões somente são possíveis quando se conhece a técnica funcional do fenômeno.

* * *

Depois de termos visto o caso dele, observamos agora quem era ela e qual seu comportamento. Inteligente, trabalhadora, correta, auto-suficiente, concebia o matrimônio como uma união com direitos e deveres iguais para ambas as partes. O velho sistema ditatorial, o machão, e o da mulher sujeita a ele por direito, pela própria inferioridade de mulher, era para ela inconcebível. Neste ponto, sendo ele, para sua própria comodidade, seguidor dos velhos métodos de vida nasceu o dissídio. Ele entendia o matrimônio de outro modo. Transferindo-se para a capital, começou a gozar a vida, gastando para si seus ganhos e deixando a mulher com a família dela, e reservando para ela as sobras de seu tempo. Porém ele não havia entendido que a capacidade de resignação de uma mulher que trabalha e ganha, não é a mesma à da mulher submissa de outrora.

Mas ela teve paciência. Enquanto o marido usava, bem seguro de si, o velho método, decidido a praticá-lo definitivamente, ela observava e esperava. Avisou-o, ameaçando-o de separação. Ele arrependeu-se, prometeu, e recomeçou tudo de novo. Ela queria evitar um rompimento. E não o aceitaria senão constrangida. Por isso evitava provocá-lo. Enquanto isso, projetava montar casa própria para viver em família. O marido fingia consentir sem depois fazer nada. A mulher começou a perceber que entrave representaria para a própria sistematização ter em mãos um indivíduo que se propunha a outros fins. Ele começava a tornar-se um impedimento do qual urgia livrar-se. Entretanto o tempo passava perdido nestas tergiversações, em prejuízo dela, que queria trabalhar e construir para si unia posição. O momento era crítico e impunha-se uma solução. Mas ela desejava ser honesta e não provocá-la. Como resolver o problema? O jovem estava decidido a continuar seu caminho, iludindo a mulher com promessas não mantidas. Ela, porém, não tinha o dever de sacrificar-se somente para prolongar um estado de fato que, se para um era cômodo, prejudicava o outro. Neste momento, a Lei, por seu princípio de ordem, foi obrigada a intervir, resolvendo o caso. Observemos como ela funcionou. Narremos primeiro o fato, depois explicaremos a técnica.

Por um senso de dever que a levava a não provocar uma separação, ela adiava, procurando evitar uma solução neste sentido. Mas as leis da vida sabiam que ela não merecia ser sacrificada. Quem havia falhado no exame e tinha necessidade de experimentar uma prova corretiva, não era ela, mas ele. Então era necessário isolar os dois destinos para que cada um, obtendo o tratamento merecido, andasse pelo seu caminho, neste momento diverso demais um do outro para poderem coincidir. A vida seria contraditória se houvesse favorecido a negatividade em prejuízo da positividade.

Vejamos o que aconteceu

Numa tarde, ela, guiando seu automóvel, vai de sua pequena cidade à capital vizinha. Chega a um primeiro subúrbio. O automóvel pára. Deve haver um defeito. Isso acontece exatamente próximo de um posto onde ela costumava reabastecer-se. Empurrado, o carro é colocado num estacionamento. Mas agora como ir à cidade, deixada assim distante, na periferia? Era noite avançada. Ela pensa: Táxi é difícil. Onde encontrá-lo? Quando olha, vê a poucos passos um táxi vazio. O motorista está no bar vizinho. Chama-o. Está pronto e partem.

Assim ela chega à pensão do marido, onde de outro modo não teria ido, se seu carro não estivesse quebrado. Era este fato que a obrigava a pedir-lhe se carro para voltar para casa. O marido chega pouco depois com a amante. A separação é decidida. Mas ele deve acompanhar a mulher até à casa

dela porque estava a pé. Chegam à garagem na periferia onde ela havia deixado o carro defeituoso. Ela simplesmente liga o motor e o carro funciona. Não há nenhum defeito. Ela volta à sua casa com o carro que funciona perfeitamente; ele, com o dele, volta à pensão. Assim, silenciosamente, fatal como um destino, com meios mínimos mas bem coordenados em direção a um mesmo fim, para realizar-se a separação. Quem combinou com exatidão cronométrica todos os pequenos acontecimentos, para levá-los a este resultado?

Uma primeira observação. A Lei funciona por pequenos movimentos, exatos e oportunos, sem nenhum desperdício de tempo e trabalho, com o máximo de rendimento para atingir o fim desejado. Por exemplo: para fazer andar um trem de Roma para o norte ou para o sul, a Lei na estação de partida determina um movimento de poucos centímetros na direção dos trilhos. Isso basta para definir a rota que o comboio depois seguirá. Aquele movimento mínimo é decisivo, e todavia, no momento em que ele acontece, ninguém se dá conta. Mas percebe-o o chefe da estação, tendo sob os olhos o mapa de todas as linhas ferroviárias e conhecendo os efeitos daquele movimento. Assim faz a Lei, que sabe o que faz e por que, para seus fins, segundo seus planos. Depois ela desenvolve-os com movimentos simples mas convergentes em direção ao ponto desejado, não divergentes, sem erros e sem desperdícios, movidos em sentido direcional único e decisivo. Estamos nos antípodas do sistema humano das tentativas, feito de incertezas, com enorme desperdício de meios, porque não se sabe usá-lo como se deve.

Continuemos a analisar o caso aqui em exame. Narramos os fatos como aconteceram. Resta agora compreender por que eles aconteceram. A primeira coisa que salta à vista é uma escolha de elementos de natureza variada, mas cada qual colocado em seu devido lugar, com referência ao fim a ser atingido; além disso é uma cooperação de movimentos que cumprem cada um a sua função no momento devido, sempre tendo em vista aquele fim. Para realizarem-se oportunamente, eles acontecem em dada ordem e velocidade, o que faz pensar ser o seu desenvolvimento dirigido por uma mente que quer executá-lo segundo um plano preestabelecido. O fenômeno manifesta-se decisivamente construído deste modo, o que não se explica, atribuindo-o ao acaso. O cálculo das probabilidades não permite senão uma possibilidade mínima de que todos aqueles elementos tão díspares se combinem ao mesmo tempo, convergindo para a mesma solução, ligando-se como componentes de um mesmo fenômeno. O fim a alcançar em função do qual o fenômeno se move, neste caso, é tipicamente positivo, isto é, corresponde aos princípios de lógica, de retidão e de bondade sobre os quais se baseia a lei da vida que atua em suas construções. A mente diretriz sabe o que faz e sabe fazê-lo: Isto não só prova a sua presença, mas também a sua superioridade, inteligência e capacidade de realização. Nada podemos fazer senão admitir tudo isto, se quisermos explicar os fatos que temos constatado. Deveremos reconhecer que tais fenômenos são dirigidos por uma inteligência que sabe, e sujeitos a uma vontade que deseja atingir os objetivos antepostos aos fatos e preparados segundo uma técnica funcional apropriada.

A sabedoria desta mente é demonstrada pelo rendimento de tal técnica que permite obter, com os mínimos meios, o máximo resultado, isto é, o produto máximo utilitário do esforço. Isso corresponde a um inteligente princípio de economia no qual é economizado o desperdício inútil de energias, evitando a sua dispersão fora da ordem, que as deseja, por outro lado, convergentes em direção ao fim devido.

Do exame destas constatações derivam importantes conseqüências práticas. Se cada acontecimento é orientado segundo um seu desenvolvimento lógico e planejado com antecedência, enquanto é dirigido em direção a um dado fim, eis que, conhecendo tal técnica, pode-se prever aquele desenvolvimento. O problema é compreender de que tipo são as forças em movimento e à qual conclusão, por conseguinte, a inteligência da vida desejava levá-las, dados os antecedentes que esta encontra à sua disposição como material de construção do acontecimento. Eis que possuímos os elementos para tentar uma futurologia racional e para entender a vida de outra maneira.

Outra conseqüência é que, podendo prever os efeitos das próprias ações, pode-se viver um tipo de vida não à aventura, mas planejado. Pode nascer assim um novo modelo de ética, baseado sobre outros princípios. O problema da luta pela sobrevivência pode ser enfrentado de três formas: a primeira, a mais antiga e involuída, representada pela ética da força, baseada no direito do vencedor através da

violência (guerra, assalto — nível material); a segunda, menos antiga e mais evoluída, é representada pela ética da astúcia, baseada no direito do vencedor através do logro (força da mente no nível intelectual); a terceira, cujo uso ainda não é comum, como é mais evoluída pertence ao futuro e é representada pela ética da retidão, baseada no direito do melhor como valor social enquadrado na ordem coletiva (estado orgânico ao nível de vida segundo a Lei).

É nesta terceira fase de seu desenvolvimento moral que a humanidade hoje se prepara para entrar, fatalmente, levada pela evolução. A violência é o desencadeamento estúpido e cego do ignorante primitivo. A astúcia já é um funcionamento da inteligência, mas, em sua fase elementar, impregnada ainda da negatividade do involuído. A retidão representa a compreensão das leis da vida, a fase do homem iluminado que, pelo fato de ter compreendido, colocou-se na ordem e, funcionando com ela, coloca-se em sua organicidade, que o torna mais protegido na luta pela sobrevivência. Eis que o conhecimento pode produzir conseqüências hoje incríveis porque, induzindo-nos a viver diferentemente, isto é, bem orientados no funcionamento do todo, com ele poderemos obter as vantagens a que isto leva. Tudo a vida nos dará quando o merecermos dando garantia de sabê-lo usar para o nosso bem e não para o nosso mal.

É necessário compreender que nesta nova ordem a força do indivíduo está na coordenação de seus movimentos com os de um grande organismo e não em seu individualismo em contraste com eles. O poder dos novos regimes será dado pela união que faz a força e por eles serão superados os antigos regimes, exaustos pelos atritos oriundos dos contrastes entre aqueles que não sabem coordenar-se para cooperar. Mover-nos-emos então de acordo com a Lei, por termos assim a vantagem de seu apoio em vez do dano de sua resistência.

No caso agora observado, a Lei é a favor da esposa e assim ajuda-a, e é contra o esposo, razão por que lhe coloca obstáculos. Aqui podemos assistir à vitória do método defensivo representado pela retidão sobre o da força e astúcia, que se mostram menos potentes porque de qualidade inferior, dada a sua involução. Assim se explica como foi que a jovem, movida pelos princípios da retidão, sem outra arma além desta, pode vencer em lugar do jovem que era explorador e provido de astúcia. A revolução hodierna, consiste nesta troca de tipo de luta pela sobrevivência, baseada num princípio mais evoluído, portanto vantajoso e vencedor.

* * *

Fechemos o exame deste caso com algumas observações. Em nossa vida cotidiana estamos imersos nestas combinações de fatos sem analisá-los e levar em conta sua estrutura íntima e seu funcionamento. Paramos na superfície sem ver o pensamento que, escondido no interior, dirige estes fatos com uma técnica sutil. Cada elemento é cronometrado, pesado, engrenado com os outros elementos do fenômeno, com os quais coopera para alcançar o mesmo fim.

Trata-se de pequenos fatos sem aparato dramático e importância histórica. Porque são mais comuns e estão perto de nós e não se situam entre aqueles grandes e excepcionais, escolhemos os casos aqui examinados, casos quaisquer que, assim compreendidos, porém, adquirem o significado de momentos do desenvolvimento lógico de um destino. Vemos desse modo que as grandes leis da vida manifestam-se também nas coisas mínimas às quais não damos importância. O que decide o êxito não é o volume das forças colocadas em movimento, mas a sua qualidade, segundo as quais forma-se a corrente positiva e favorável, ou por outro lado negativa e desfavorável. As leis da vida são universais e assim permanecem verdadeiras e funcionando em todas as dimensões.

Uma outra observação. Vimos que, quando sabemos de que tipo são as forças em ação, pode-se conhecer a direção que tomam e a que conclusão devem chegar. Mas isto não basta. Agora nos perguntamos: quando e como acontece chegar o impulso resolutivo do acontecimento? Qual é o fato que determina o movimento catalisador encarregado de cumprir a função de fechar o percurso da trajetória? Andando, nota-se uma tendência a constringer sempre mais a convergência dos movimentos das forças em ação, até sua exaustão em uma posição conclusiva, não mais de causa, mas de efeito. Este ponto de chegada representa o ponto de partida para o lançamento de uma nova trajetória, e assim por diante. O

trajeto de cada acontecimento representa, pois, uma fase do fenômeno maior que se percorre por concatenação causa-efeito, isto é, o desenvolvimento de um destino ou a série de tantos deles, que forma a história do mundo.

No caso exposto, vimos os elementos em jogo predispor-se na ordem necessária para concluir, cada um, segundo suas qualidades, isto é, de negatividade para o jovem e de positividade para a jovem. Mas, até que uma prevalência não se verifique, o tipo do caso não é passível de definição, nem se pode saber em que posição ele se resolverá. É certo que o fenômeno não pode permanecer para sempre num ponto intermediário, no qual a positividade e negatividade se equilibram em medidas iguais. Dever-se-á, assim, chegar a uma prevalência em um sentido ou noutro. Agora o movimento catalisador encontra-se no momento crítico de saturação resultante da prevalência dos elementos de um tipo ou de outro, como vimos no caso dos dois jovens. Isso significa que, quando se forma uma prevalência de elementos positivos e o fenômeno está saturado de positividade, então ele se resolve neste sentido com todas as conseqüências relativas. Quando acontece o contrário e o fenômeno está saturado de negatividade, ele se resolve neste outro sentido etc. Observamos aqui, porque se torna mais evidente, o caso de uma saturação no sentido negativo.

Pode-se estabelecer mais exatamente quando chega este momento crítico, no qual o fenômeno se precipita à sua conclusão? Quando uma torre, por defeito de fabricação, pende além de um dado limite, ela, pela lei da gravidade, tomba. Assim um acontecimento, quando das forças que o compõem o resultado é uma impregnação de negatividade, além de uma dada medida, então ele por um princípio de ordem, resolve-se pelo negativo. O desequilíbrio é tolerado somente dentro dos limites estabelecidos por aquela ordem, mas leva à ruptura quando a negatividade, isto é, a posição contrária às leis do equilíbrio, toma a superioridade. Como se pode calcular antecipadamente em que momento a torre desmoronará, assim, conhecendo os elementos do fenômeno, pode-se estabelecer como e quando o caso se resolverá. Se ele não está impregnado de negatividade que o corrói, então, como a torre, não desmorona, assim o acontecimento não se precipita.

O acúmulo dos impulsos negativos contrários à estabilidade e causadores de desequilíbrio é lento. Forma-se com o abuso, o assalto, o desfrute, com cada forma de injustiça. No caso de nosso jovem, o movimento catalisador do fenômeno verificou-se quando ele com a sua conduta saturou-o de negatividade além dos limites suportáveis, até romper-se o equilíbrio estabelecido pelas leis da vida. Assim aquele jovem avançava triunfalmente à custa da família da esposa, e não compreendia que estava conquistando débito na justiça ou lei de equilíbrio e que, quanto mais aquela família por sua bondade o ajudava, tanto mais crescia o crédito dela perante aquela mesma justiça. Quanto mais se estica o elástico no sentido da injustiça, tanto mais este tende a voltar atrás no sentido da justiça. Isso porque quanto mais um se expande à custa dos outros, tanto mais estes são lesados em seu direito à vida.

Assim o desequilíbrio foi aumentado até impor uma tomada de contas e o retorno à posição de equilíbrio imposta pela justiça. A violação dele não podia deixar de chegar a um ponto de ruptura no qual a Lei restabelecia sua ordem, e a injustiça do violador era vencida pela justiça da Lei. Isso significa que o mal feito devia recair sobre os ombros de quem o havia feito e não sobre terceiros inocentes. Isto prova que somos livres para praticar o mal, até que a Lei o permita, mas que não está em nós poder praticá-lo até subverter a sua ordem, que retoma a superioridade, tão logo sejam superados os seus limites de tolerância. Eis que, em cada acontecimento, é necessário sempre fazer as contas, não somente com a nossa vontade e ação, mas também com a Lei, outra força diretriz do fenômeno. A ela cabe a última palavra resolutive, de modo que a vontade de desordem jamais pode vencer definitivamente e assim ameaçar o êxito da obra e o atingimento dos fins da vida. Então, necessariamente, deve chegar o momento no qual o violador deve pagar seu débito para com a justiça, e a vítima deve ter seu crédito pago. No caso agora examinado esta é a razão pela qual isto aconteceu. De fato, no momento resolutivo, acima narrado, a vida tornou-se para ele uma série de provas e dificuldades, enquanto que para ela aconteceu o contrário. Esta mudança de rumo não se explica senão pela intervenção por parte da Lei.

Tudo isso faz-nos ver quão importante é conhecer a Lei e tê-la em conta na própria conduta,

porque é a sua vontade e não somente a nossa que pesa na solução do acontecimento. O resultado depende de ambos os impulsos que estão ativamente empenhados. Para melhor compreensão, explicamos o fenômeno com um exemplo. A vida para atingir seus fins, costuma seguir um desenho próprio assim como o faz um tapeceiro. Mas, para fazê-lo, ela não dispõe senão de alguns fios, algumas formas e cores que o indivíduo, seu operário, quer trançar a seu modo para formar o desenho. Cada um destes pois é constituído das qualidades do sujeito, com as quais ele construirá o acontecimento, como com os fios se constrói uma tapeçaria. Cada um deles, desenvolvendo-se, corresponde a uma força que, no feixe a que pertence, avança, combinando-se com todos os outros fios para construir o tecido da tapeçaria ou o desenho do acontecimento.

Escolhemos também agora, como acima, um caso feito de negatividade, em posição de conflito com a Lei, porque este contraste torna-o mais evidente é facilmente analisável, do que quando o indivíduo vive segundo as leis da vida e o seu desenho coincide com o daquela. Qual é então a técnica do fenômeno quando há oposição entre as duas vontades que querem executar dois desenhos diversos? A mente diretiva do tecelão (a Lei) deixa que o operário trabalhe negativamente, a seu modo, reservando-se o direito de destruir-lhe o trabalho, obrigando-o a refazê-lo, coercivamente, corretamente, tudo de novo. Isso para o bem do aluno que, por sua ignorância, foi levado a errar.

Por que este sistema? Porque aqui se trata de uma escola para aprender, neste caso a tecer tapeçarias bem feitas com um desenho correto. Deve-se daí deixar ao aluno a possibilidade de errar, mas para ensiná-lo a não errar; deve-se-lhe deixar a liberdade de lançar trajetórias erradas, mas para depois corrigi-las, endireitando-as, e assim aprender a corrigi-las e lançar corretamente as novas trajetórias. Se os fios de que este dispõe representam as qualidades de sua personalidade, se o desenho da tapeçaria, resultado de sua combinação, expressa a construção, até aquele momento realizada, da sua personalidade, eis que o trabalho atual de aprendizagem serve para a construção de novas e sempre melhores qualidades, com a técnica observada pela transmissão ao subconsciente ou assimilação das provas.

Que faz então a Lei quando a iniciativa do operário prevalece, levando a uma construção errada, e necessita de correção? A Lei toma aquele feixe de forças indisciplinadas e as repõe em ordem Expressando-nos nos termos do exemplo aqui apresentado, a vida não deixa mais os fios livres para entrelaçarem-se a seu modo, mas faz passar e avançar cada um deles prisioneiro entre os dois dentes de um pente, de modo a dever seguir sem escapatória um percurso obrigatório, correspondente a um desenho correto. Assim o que em cada caso é finalmente conseguido, é o desejado pela Lei.

Uma primeira observação. Que realidade há atrás desta imagem de fios espremidos entre os dentes de um pente? Surge o problema de saber como a mente diretiva da vida pode levar o indivíduo a agir a seu modo. Pode-se pensar em uma influência por parte da mente e vontade da Lei sobre a mente e vontade dele, de modo a induzi-lo a um dado comportamento, realizando dadas ações das quais deriva a construção de dados acontecimentos. Mas aqui podemos somente expor o problema, porque nossas indagações ainda não nos oferecem os elementos para resolvê-lo, de vez que se trata de um campo novo e imenso ainda por explorar.

Uma outra observação. Para facilitar a compreensão do caso tomado para exame, imaginamos a Lei em forma antropomórfica, como um indivíduo pensante e ativo, conseqüentemente capaz de intervir no fenômeno, isso apenas numa concepção ideológica. É certo que a Lei afirma, mas só enquanto estabelece aquilo que o homem deve fazer, e este a nega, querendo agir a seu modo. Mas quem é ativo no iniciar e no fazer é só o homem, porque a Lei não se move, mas somente deixa-o ligado às conseqüências de suas ações. Trata-se, portanto, de duas posições contrárias e de uma colaboração entre opostos e complementares. O indivíduo lança uma trajetória, a Lei estabelece os resultados do percurso. Este move-se por tentativas, porque ignora e deve aprender. A Lei está parada, porque sabe e quer fixar as normas segundo as quais o homem deve mover-se.

Façamos uma comparação. A Lei é a estrada que estabelece o percurso, o homem é o automóvel que a percorre. Este pode lançar-se na direção que queira, mas a estrada traçou-lhe o percurso, e se ele não o segue, vai bater quem sabe onde. Ele não se move, não faz nada, somente define o caminho. Mas se

o carro comete um erro, é a estrada que estabelece qual é o erro e, segundo a natureza deste, o carro deve pagar. Trata-se de duas vontades bem definidas, das quais uma se expressa de forma passiva e a outra de forma ativa. A primeira não faz nada, mas afirma: "eu sou a estrada". O homem move-se e nela encontra as normas que devem regular seus movimentos. Vemos o primeiro elemento representado pelos mandamentos de Moisés, o segundo pelo povo dos crentes.

Ora, quando o indivíduo se move de acordo com a estrada, seguindo-a, tudo vai bem; mas se ele faz o contrário, então sai fora dela e se arrebenta. Não é a estrada que o arrebenta, mas é ele que saiu fora dela. Não se trata de punição ou vingança por parte da lei, mas de uma consequência da própria má conduta. A Lei estabelece, não julga. Quem a viola fica automaticamente julgado pelos tristes efeitos de sua violação, como quem a segue fica julgado pelos bons efeitos de sua obediência.

Movemo-nos em um mar de leis e, se não as observamos, o prejuízo é nosso. Ninguém pensa que, se caímos por ter perdido o equilíbrio, isso seja devido a uma punição. Mas somos levados a imaginar o fenômeno sob esta forma porque ela corresponde aos nossos hábitos mentais. Tende-se a atribuir à Lei qualidades humanas, como nossas paixões estados emotivos, enquanto ela, em substância, é abstrata e impessoal. Nas páginas precedentes, para facilitar a compreensão, usamos a forma humanizada. Mas agora, para evitar mal-entendidos, devemos pôr em foco aqueles conceitos com mais exatidão.

Agora podemos compreender melhor aquilo que aconteceu ao jovem no caso aqui tratado: ele saiu da estrada e o resultado é uma salutar lição para voltar a ela. O movimento catalisador do fenômeno foi uma mudança de direção forte demais. Desde aquele momento, ele não permaneceu mais livre e seus movimentos indisciplinados foram obrigados a se desenvolverem ordenadamente, porque engrenados na disciplina da Lei. A jovem, pelo contrário, não tendo saído da estrada, não foi obrigada a voltar a ela. Eis no que consiste a intervenção da Lei nos acontecimentos humanos. Foi assim que o rapaz usou e abusou da liberdade, subvertendo-se. Agindo contra a Lei, sua liberdade foi substituída pela força de coação, e ele redimiou-se, assumindo os encargos da família. Para a jovem, ao contrário, não tendo se desviado, não lhe foi exigido correção, e permaneceu livre, como era desde o início.

V

SEGUNDO CASO

Observamos agora um caso do qual se pode depreender que o mal recai sobre quem o faz. Trata-se de um episódio comum da vida, tão simples que pode parecer banal. Mas é exatamente por esta sua simplicidade que escolhemos e, despojado de acessórios que complicam e distraem, permite-nos ver com maior evidência a sua estrutura e significado, como também o funcionamento da Lei.

Este seu funcionamento está em todos os lugares, nas grandes como nas pequenas coisas, no campo moral como naquele físico e dinâmico. É exatamente esta sua potência de penetração até nas mínimas coisas que demonstra a sua universalidade. A Lei não nos aparece como um Deus sentado sobre o trono com cetro e coroa, segundo a representação que se fazia do poder na Idade Média. Também esta imagem hoje democratizou-se, despiu-se de seu grandioso aparato, mas em compensação mostra-nos um Deus intensamente vivo, presente e funcionante, também nos mais humildes e mínimos detalhes de nossa vida. Não abandonamos portanto os pequenos casos, crendo que neles não se possa revelar a Lei, como se eles fossem separados do funcionamento do todo.

Eis o fato. Uma pessoa costumava passar algumas semanas de férias hospedada numa casinha de um seu amigo. Pagava o favor, executando alguns trabalhos. Para ele, obrigado a viver sempre recluso na cidade, eram muito agradáveis estes períodos de repouso na paz dos campos. Quando seu amigo se ausentava, este o deixava como dono da casa e com meios para viver, não obstante encontrar-se em um

momento de grandes preocupações financeiras.

Em uma destas ausências, verificou-se um defeito na instalação hidro-elétrica, coisa facilmente sanável, especialmente para um mecânico como era aquela pessoa. Paremos um momento para observar a posição dos vários elementos que constituíam aquele caso. Havia surgido um problema. Aquele indivíduo devia resolvê-lo. Mas apresentavam-se-lhe duas estradas. Ele podia se propor a atingir um resultado próximo e com um fim egoístico, preocupando-se somente com sua vantagem imediata; ou, por outro lado, podia resolver o caso, visando o seu resultado longínquo, não para sua exclusiva vantagem, mas também para aquela do amigo que o hospedava. Em outras palavras, ele podia ir embora deixando o defeito intacto, ao Deus dará, de modo que o amigo quando chegasse, cansado do trabalho, encontrasse a bela surpresa de dever submeter-se à fadiga de consertar tudo; ou, por outro lado, aquela pessoa, em vez de não se importar com a sorte do amigo, podia fazer ele mesmo este trabalho, que o dever de piedade e, também, de gratidão lhe impunha, porque estava descansado e com tempo à disposição, portanto, pouco penoso.

Esta escolha devia acontecer no momento em que, com o defeito, surgia o problema de consertá-lo. Porém tal decisão dependia de um fato precedente a ela, e seus efeitos levavam a desenvolvê-la em suas conseqüências. O fato precedente era a forma mental que aquela pessoa possuía, tal qual ela se tinha construído em seu passado, isto é, seu tipo de personalidade e qualidades relativas. Os efeitos eram conseqüência de seu comportamento dado por esta forma mental.

Os dois caminhos andavam em duas direções levando a dois pontos diversos, que assinalavam o ponto de chegada em direção ao qual movia-se aquele desenvolvimento de forças. Nesta concatenação de fases no desenvolvimento do fenômeno, as primeiras causas ligavam-se aos últimos resultados.

Que aconteceu então? Aquela pessoa, segundo a sua natureza egoísta, pensou somente em si mesma e em sua própria vantagem imediata: não ter aborrecimentos, desinteressando-se das conseqüências. Assim a trajetória daquele indivíduo, naquele momento decisivo em que podia sofrer uma correção em vantagem própria, recebeu, pelo contrário, um novo impulso negativo, na trajetória em que se encontrava, e foi lançada avante. Desde então as conseqüências ao longo desta linha desenvolveram-se fatalmente.

Se aquela pessoa tivesse sido de um outro tipo, ela teria consertado o defeito e o amigo não teria se assustado com tal hóspede. E tinha razão, porque este, vendo as coisas erradas, sem preocupar-se com elas, abandonou a casa e retornou, tranqüilamente, à cidade, pensando somente em si mesmo. Alguns dias depois o amigo volta ao campo, encontra a casa vazia e com os utensílios de uso doméstico mais urgente não funcionando. Ele chegou com a família à tardinha, já anoitecendo, cansado do trabalho de toda a semana. Operários para consertar o defeito não havia àquela hora, com facilidade, era preciso procurá-los. Em vez de ceiar e repousar, era necessário meter-se a trabalhar, sozinho e naquelas condições. Pesa mais uma fadiga quando já se está cansado de uma outra tarefa. Havia ainda o temor de que houvesse despesas a serem feitas, atingindo assim novas preocupações naquele momento de dificuldades financeiras.

Aquele era o presente que, por fazer da casa do amigo sua própria comodidade, a pessoa generosamente hospedada lhe havia deixado, sem nem ao menos pensar, depois de haver provocado aquele defeito, em fazer pelo menos uma tentativa de consertá-lo. Formou-se assim fatalmente no ânimo do amigo benfeitor, em relação a esta pessoa, a imagem de um indivíduo perigoso e, com isto, um impulso de legítima defesa, uma necessidade urgente de libertar-se dele. A ação não podia produzir senão uma reação do mesmo tipo. Os efeitos foram da mesma natureza das causas que os puseram em movimento. Isto significa que, se ela tivesse se comportado de maneira oposta, opostos teriam sido também os resultados. Assim ela foi rapidamente liquidada e perdeu a amizade e os descansos campestres, caindo sobre seus ombros todas as desvantagens. Se este homem tivesse sido diferente e tivesse escolhido a outra estrada, teria acontecido o contrário, tudo em sua vantagem. A contração egocêntrica não se teria produzido na mente do benfeitor, se o beneficiado não tivesse provocado com uma correspondente contração egocêntrica em sua própria mente. Em vez de pensar somente em si mesmo, ele tivesse pensado também no seu amigo, este teria de igual modo pensado nele, e não seria

induzido a tornar-se egoísta. O impulso retornou assim intacto ao emitente. Isto é o que acontece tanto no bem como no mal. Assim cada um responde de modo próprio a um mesmo estímulo, e colhe as conseqüências de seu tipo de resposta.

Se se atenta somente no fato, vê-se que não há proporções entre aquele incidente tão pouco importante e o efeito com o seu desfecho. Mas o que vale neste caso não é o fato em si mesmo, mas o mecanismo da Lei que ele nos faz ver funcionar e como ela realiza também, nas coisas pequenas, os seus princípios, mostrando-nos assim a sua presença universal. O que levou ao rompimento entre os dois não foi o defeito, caso banal, comuníssimo na vida, mas foi o tipo de conduta com a qual aquela pessoa resolveu o problema que a vida lhe propunha. Ora, esse tipo de atitude, tão prejudicial para quem assim procede, foi justa naquele momento, porque era uma conseqüência do que aquele indivíduo fez no passado, construindo o seu próprio futuro. É necessário ter presente que a vida é uma escola na qual quem ignora a Lei deve aprender, à sua custa, o seu funcionamento. Então a inocência do ignorante não é uma virtude, mas é um vazio a ser preenchido com a experiência, até chegar ao conhecimento do que aprendeu e finalmente sabe.

Ora, aquela pessoa era inocente e havia cometido aquele erro porque ignorava os efeitos que daí viriam, porque jamais os havia experimentado contra si mesmo. Portanto não era culpado, como não o é a criança que ainda não sabe. Mas o não saber não significa que não deva aprender, o que se faz exatamente experimentando à custa própria. A aprendizagem, mesmo que seja forçosa e penosa, não é uma punição contra o aluno porque ele é ignorante, mas é uma fadiga necessária para sair de sua própria ignorância. Por isso a vida não nos poupa esta fadiga para ensinar-nos e faz-nos repetir quando tardamos a compreendê-la. É assim que a inocência é defeito do qual devemos nos corrigir, porque ela significa a ignorância do inexperiente, fato que implica em tantos erros e outras tantas dores corretoras e instrutivas. A ignorância tem seu lugar como qualidade do primitivo, enquanto que a evolução, quanto mais avança, tanto mais, por sua vez, exige conhecimento.

A vida quer que construamos uma consciência. Quem não a possui avança por tentativas, experimentando nas zonas inexploradas os efeitos de seus erros, depois pagando por estes, e assim aprendendo a não mais cometê-los. Esta consciência adquire-se depois de termos recebido o golpe, que representa a lição que nos ensina a não mais repetir o erro. Neste campo moral, verifica-se aquilo que acontece pelas leis da matéria e da energia. Elas simplesmente funcionam para todos. A sua ignorância não altera o seu funcionamento. Se o indivíduo, porque não as conhece, erra, elas continuam a funcionar independentemente do que lhe acontece. Ele paga o erro e assim aprende a mover-se a favor, e não contra aquelas leis. Se ele não sabe caminhar, elas não se modificam por isso, mas o deixarão cair muitas vezes, até que ele o aprenda sozinho. Neste caso inocência significa somente ignorância e suas conseqüências.

Assim se explica por que a nossa vida é uma série de provas. Isto é, porque ela é uma série de coisas a aprender. É exatamente o fato de não saber que nos leva à necessidade de aprender para chegar a conhecer. E, se não sabemos, tantas vezes deveremos pagar por nosso erro, até que não erremos mais. Assim, se faço o mal, é porque não compreendo que com isso estou simplesmente atirando sobre mim o mal que depois me atingirá. Se compreendesse, não o faria. A sua eliminação, então, não se pode conseguir senão através do conhecimento, o qual, assim conquistado, constitui trabalho fundamental da vida.

Concluimos, recapitulando a série das fases interiores do fenômeno em seu desenvolvimento. Aquela pessoa era constituída por um tipo próprio de personalidade que, dadas as suas qualidades, não podia funcionar senão como de fato funcionou. Aparece um problema e esta pessoa resolve-o pela única maneira que lhe é possível, isto é, segundo a própria natureza. Representando esta uma construção não aderente aos princípios da Lei, em vez de um bem, alcançam-se efeitos maus, a cargo do autor daquele mal. A corrente de forças negativas de uma pessoa é canalizada dentro de seus limites e não muda a corrente de forças positivas da outra. Esta não fica prejudicada, se não semeou o mal. Enquanto o defeito é rapidamente sanado para ela, à outra cabe, por sua vez, urna reparação definitiva. Assim encerra-se o incidente de duas maneiras opostas, mas recebendo cada um igualmente aquilo que mereceu. Eis que o

mesmo fato pode produzir efeitos diferentes, segundo o comportamento de cada um diante dele.

Esta concatenação de passado, presente e futuro, estabelece e mostra-nos qual é a linha de desenvolvimento de um destino, entendido como um futuro preestabelecido. As qualidades do indivíduo estabelecem o seu modo de resolver os problemas e daí, pois, de receber as conseqüências disso. Eis que, como no passa do estão as causas determinantes do presente, assim no presente podemos ler qual é o futuro que ele nos prepara. É assim que se pode prever o desenvolvimento de um destino, porque ele não é senão o desenvolvimento da semente que carregamos conosco. Nada nasce do nada. Qualquer fortuna ou infortúnio nos vem do exterior; de cada coisa não saberemos fazer outro uso senão o estabelecido pela nossa natureza. Assim, um destruidor, seja qual for a fortuna que tenha, ele fatalmente a destruirá; e um construtor, seja qual for o infortúnio que tenha, e e saberá supera-lo. Vimos como também em um caso comuníssimo da vida funciona a Lei e qual foi a técnica do fenômeno a seu respeito.

VI

TERCEIRO CASO

Observemos agora um caso do mesmo tipo do precedente, mas com tintas mais fortes, isto é, com uma carga de forças mais potentes Também aqui os elementos constituintes do fenômeno são dois, dados por dois tipos de personalidade opostos, um construtivo, que não produz senão o bem a seu redor e outro destrutivo, que não produz senão o mal Eles são marido e mulher e vivem na mesma casa sob as mesmas condições. A sua natureza é, porém, diferente e cada um a segue com uma conduta diversa, alcançando resultados finais opostos. Eles são, para a mulher, uma vida familiar tranqüila; para ele, a morte. Observemos como se desenvolve este caso que tivemos sob os olhos, para ver sempre melhor como funciona o mecanismo da Lei.

O desenvolvimento do fato faz-nos pensar que para cada um dos dois tipos fosse assinalado na partida um destino com caracteres de fatalidade ao qual era impossível fugir. Mas temos visto que estes caracteres de fatalidade dependem da estrutura da própria personalidade, que não sabe e não se pode manifestar senão de acordo com sua natureza, impondo a conduta que depois leva àquelas dadas conseqüências. A premissa à qual cada um dos dois estava inexoravelmente ligado era a sua natureza, era a trajetória de sua vida, já lançada em uma determinada direção, portanto com tendência fatal a continuar avançando naquele sentido. O que estabelece a fatalidade de um destino no desenvolvimento de uma vida é o fato de que o indivíduo, qualquer que seja o problema que deva enfrentar não sabe ver senão com os olhos que tem não sabe obedecer senão aos impulsos que possui, não sabe comportar-se senão seguindo a sua forma mental. Isso é o que acontece até quando a direção errada, porque contra a Lei, não leva o indivíduo a bater de encontro à sua resistência, que não admite ser violada.

É este ponto que desejamos pôr em foco. A Lei quer que se aja a seu modo. Assim, quando o homem sai da estrada, obriga-o a retornar a ela. Se ele erra, porque não tem consciência da presença da Lei, esta, à força de provações, obriga-o a adquirir aquela consciência. As provações que se devem superar no processo evolutivo têm exatamente esta finalidade. A técnica do fenômeno é automática. Efetua a violação, chega a correção. Fugir a este fato significaria paralisar a evolução, o que seria a falência da vida diante de seu fim maior. A Lei sustenta quem com ela concorda, mas resiste a quem pretende seguir uma vontade contrária a dela. É inútil procurar impor-se. A quantas leis tiveram que obedecer os astronautas que foram à lua! E se uma delas não tivesse sido obedecida, isto podia significar a morte. É por esta razão mesma que, querendo fazer o mal, o indivíduo que vai contra a Lei, expõe-se a toda espécie de dificuldades e deve suportá-las sem outra alternativa.

É esta inexorabilidade e potência da lei, ao impor sua férrea disciplina, o que mais impressiona quem chega a compreender. Ele, porém, conforta-se, constatando que se trata de um poder segundo a justiça, de modo que, para o homem justo, ela não somente não representa uma ameaça, como ainda é o conforto de uma proteção. Em suma, a Lei é uma máquina cheia de engrenagens. Se nós nos colocamos no lugar devido, elas nos levam avante, para nossa vantagem, mas se nos colocamos em posição contrária a seu movimento, elas nos destroem.

Isto é o que aconteceu no caso agora tomado para exame. O que nos dá garantia de segurança é que, se pusermos os precedentes no sentido do mal, esse será por nós, recolhido; e, se pusermos aqueles precedentes no sentido do bem, as conseqüências para nós não podem ser senão boas. Compreendido o funcionamento da Lei, podemos levá-la a dar-nos aquilo que quisermos, porque nos pertence por o termos merecido. Ter conseguido provar experimentalmente a verdade deste fato e entendê-lo racionalmente, é suficiente para dar à conduta humana algumas diretrizes novas com resultados favoráveis sem precedentes.

Mas voltemos ao caso aqui em exame. Se este difere do precedente pelas dimensões do fato, permanece porém imutável o princípio pelo qual tudo corresponde ao mérito, isto é, as conseqüências são proporcionais às causas postas em movimento pelo indivíduo. Ele, o marido, não era nada de bom. Tinha uma loja que dava para viver, mas à custa de negligência e erros, teve que abandoná-la. Então meteu-se a ser barbeiro e ela, empregada doméstica. Mas era dado ao álcool, desperdiçava o pouco que ganhava, enquanto ela trabalhava rijo e economizava. Assim, com suas economias, ela conseguiu comprar um terreno e construir uma casinha. E tinha a seu cargo duas filhas para criar, mais um filho doente para manter. O marido não dava nenhuma ajuda. Aparecia em casa, à noite, bêbado, para gritar e maltratar a mulher.

Chegaram assim à separação legal. Ele foi para seu lado, levar a vida a seu modo; mas sendo o marido, pretendia o valor da metade da casa. Isto significava vendê-la, para que ele pudesse desperdiçar metade do que fosse obtido em farras e a família fosse lançada à rua.

Observemos a linha diferente de conduta das duas partes, constituindo o precedente que justifica, segundo a lei de justiça e do mérito, as conseqüências a que depois se chegou. A mulher lutou, resistiu, salvou a casa. Nesta fase preparatória e determinante da conclusão que veremos, cada um dos dois andava acumulando os impulsos que, chegados a um certo ponto de saturação, foram decisivos e explodiram, resolvendo o caso. Ele percorria impetuosamente o caminho do mal, que era o de sua perdição; ela, subindo com fadiga, percorria o caminho do bem, que seria o seu bem.

O fenômeno caminhou assim, sempre amadurecendo mais para cada um dos dois indivíduos em sua própria direção, até que a última gota fez transbordar o copo. Isso foi devido a um incidente banal, mas que funcionou exatamente como catalisador resolutivo do caso. Ele, por viver ainda mais a seu modo, tinha ido para uma vila vizinha perto dos pais. E continuava a beber, piorando sempre. Andava assim perdendo cada vez mais o controle de si mesmo. Uma noite, dominado pelo álcool, saiu de casa cometendo loucuras ofensivas à ordem pública. Chamaram a polícia. Os pais entregaram-no a uma ambulância do pronto socorro. Foi levado ao hospital. Depois de duas horas estava morto. Assim o caso foi resolvido de modo rápido e definitivo.

É certo que ele não queria ir de encontro à morte, mas aos seus prazeres. Para fazer isto, ele não tinha levado em conta o mal que fazia aos outros. Então, em um dado momento, entrou em função a Lei com sua justiça. A culpa deste homem era a de ignorar que, com seu egoísmo, ele arruinava uma família. Talvez ele não tivesse consciência de tanto mal. Porém, mesmo que ele tivesse sido inocente por ignorância, a Lei não podia deixar de funcionar por isso, e deixar de ensinar-lhe a lição necessária, para que, com esta experiência, ele eliminasse a sua ignorância e assim se tornasse consciente. Exatamente porque ele ignorava as conseqüências de suas obras, é que ele devia aprender a conhecê-las. É exatamente porque a criança não sabe caminhar, que deve cair para aprender a andar. Nem se pode pretender que as leis de equilíbrio cessem de funcionar para impedir que a criança caia. A Lei é justa, respeita o fato provocado pelo indivíduo e as conseqüências que dele derivam. Se a ele adveio o mal, isto aconteceu

porque ele se pusera em uma posição errada, na qual deve aprender a não mais se pôr. Quando ele tiver escolhido o bem em lugar do mal, não lhe poderá advir senão o bem.

Aqui podemos acrescentar que a Lei para obrigar a aprender não só submete à prova o inocente, que o é por ser ignorante, como também quer que o bom seja bom, não por ser fraco, mas porque se impõe fazer bom uso de sua força. Então a virtude não consiste em não possuir armas, mas em tê-las e saber operá-las, visando o bem. Frequentemente se considera bom quem é somente inócuo, mas que assim o é por ser inepto. A Lei quer o homem forte que faz bom uso da sua força. Não vale a bondade dada pela impotência em ser mau, o pacifismo de quem não sabe lutar. Não é virtude não fazer o mal somente por falta de força necessária para fazê-lo.

O que é admirável no caso que agora examinamos é ver como, com um só movimento, a Lei desatou todos os nós do problema num átimo, definitivamente e segundo a justiça. A Lei sem coagir aquele indivíduo, deixou-o andar por si mesmo em direção à sua liquidação. Guiou assim os dois elementos opostos, o marido de um lado e a mulher e família de outro, em direção à solução que os esperava, segundo a justiça; isto é, eliminou a presença do indivíduo negativo e o dano que dele derivava, suprimindo este homem que não tinha direito à vida; e libertou daquele mal a parte boa que era a família, salvando quem tinha direito à vida. Assim foi tudo sistematizado e a mulher pode continuar em sua casa para criar a sua família. Foi assim que, atingido este seu escopo bom, a Lei resolveu o problema. Ela deu a cada um segundo seu mérito, como quer a justiça.

Estes exemplos mostram-nos um fato que é de fundamental importância, isto é, que a Lei funciona obedecendo a um princípio de justiça. É assim que, embora os casos que narramos sejam diferentes, encontramos este fator constante, seja na técnica resolutiva do fenômeno, seja como espinha dorsal ou fio condutor de seu desenvolvimento. Este fato explica-se porque faz parte da lógica da Lei, implícito como um seu momento no princípio de ordem que tudo rege. Sem aquele princípio, tudo seria caos, enquanto, exatamente por causa daquela ordem, se o indivíduo tem deveres perante a Lei, quando os tiver cumprido ele poderá alegar para com ela os seus próprios direitos, porque sabe que ela é justa e os respeita.

O homem já percebeu, ainda que vagamente, a necessidade de uma justiça verdadeira e completa que supra as deficiências e relativamente da justiça humana, representando a fase última e resolutiva de cada vicissitude. A mente sente, por instinto, que, se devesse triunfar definitivamente a injustiça, a vida seria um fruto do mal e por isso invoca a mão de Deus. Assim imagina outros códigos, outras injustiças, outros tribunais espirituais, e apoia-se na concepção apocalíptica de um juízo final. Mas ficamos no incerto terreno da fé das religiões. Teve-se assim a intuição da presença de uma outra justiça super-humana, mas não se soube analisá-la positivamente e não se possui a chave para fazê-la funcionar. A maior revolução de nosso século é que a moral sai do campo religioso e do incerto que a caracteriza, para tornar-se uma técnica racional da ética, na qual o mal é diagnosticado e previsto, a sua formação estudada, as suas conseqüências evitadas, desde que as causas sejam também afastadas. Descobrir-se-á então que, em nosso mundo, existe igualmente uma justiça verdadeira e completa, e que a ela se deve a presença da Lei de Deus. Mas, para chegar a isto, é necessário ter compreendido seu funcionamento, colocando cada coisa no seu lugar.

VII

QUARTO CASO

Vejam agora como se comportou a Lei em outro caso. Esta vez não temos dois elementos opostos; um seguindo o caminho do bem e conseguindo um resultado para ele positivo; e outro seguindo o caminho do mal e conseguindo um resultado para ele negativo. O caso agora é mais simples porque temos somente o primeiro elemento, aquele que termina bem. O outro torna-se secundário.

Trata-se de um jovem de cerca de 35 anos, que vivia só com a velha mãe a quem era afeiçoadíssimo. Era trabalhador, fiel, honesto, mas não sabia ser egoísta no sentido de pensar somente em si. Não se pode considerá-lo um fraco, apenas porque generosamente corria, em primeiro lugar, a favor dos outros, antes de cuidar de si mesmo. O resultado disso era que qualquer um que dele se avizinhasse, aproveitava-se de sua bondade, utilizando-a em vantagem própria. Ele não fazia mal aos outros, mas eram os outros que lho faziam. Não fazia vítimas porque a vítima era ele mesmo.

Ele se encontrava perfeitamente colocado perante a Lei, razão por que, neste caso, ela devia intervir em sentido benéfico. Isso explica-nos como foi exatamente aquilo que aconteceu. Em sua idade era necessário que ele tomasse uma decisão. Permanecer naquelas condições significava piorar sempre até atingir a velhice sozinho, abandonado e pobre. Se a Lei desejava salvá-lo, deveria fazê-lo imediatamente. A mãe envelhecia e, nas suas condições de saúde, em vez de ser um auxílio, tornava-se um peso sempre maior. Os indivíduos de seu ambiente, aproveitando-se de sua bondade, tornavam-se cada vez mais audaciosos e maléficos em prejuízo dele. Assim ele encontrava-se continuamente atacado por eles. Havia neste caso, como nos outros, também, o setor das forças do mal, mas composto de grãos de poeira de elementos negativos, cada um de per si de pouca importância, mas danosos em seu conjunto. Nestas condições o caso tornava-se cada vez mais grave para o jovem.

Observemos agora como funciona a Lei. Ela resolveu o problema no sentido completamente positivo, benéfico, salvando cada coisa e satisfazendo de um golpe todas as exigências, de forma adequada e em perfeita ligação com a natureza do caso. Aquele indivíduo carecia de uma defesa que o protegesse na luta pela vida. Este era o ponto a ser defendido e a Lei demonstrou conhecê-lo. Desde moço ele estava noivo de uma moça conterrânea, sua parente, mas depois a coisa, por circunstâncias várias, parou como se quisesse ficar guardada para este momento, no qual se reavivou e se concluiu. Assim, casaram-se.

Ela parecia feita sob medida para cumprir a tarefa para qual a Lei a chamava. Inteligente, trabalhadora, honesta, temperamento prático, de ação, juntava-se no sentido do bem às qualidades dele, enquanto as completava nos seus pontos fracos. Assim os dois elementos foram unidos por uma perfeita complementação, convergente, em cada ponto, sentido positivo. Dissemos que o elemento negativo não tinha tomado um corpo definido em um só indivíduo, mas encontrava-se em estado indefinido, de tantos elementos mínimos separados, que foi fácil liquidá-lo. Eles, de fato, farejando o novo ambiente, eclipsaram-se por si, pouco a pouco. O procedimento foi automático e, assim levado avante em pequenas doses, não foi necessário um provimento explícito por parte da Lei.

Permaneceu em campo, visível, a vitória do bem. Sob a nova direção, entregue à mulher, organizou-se a nova família. Ela juntou seu salário ao do marido e com cuidadosa economia conseguiram comprar uma casinha e elevar seu nível social. Tudo mudou do mal para o bem. A Lei havia conseguido, com uma pequena combinação de elementos preexistentes, salvar uma posição que ameaçava atingir um final desastroso. Porque a Lei quis salvar a situação com este seu movimento? É certo que a coisa foi bem feita, segundo a bondade e sabedoria da Lei, para poder ser atribuída ao acaso.

A primeira razão que levou a Lei a operar este salvamento foi o mérito do indivíduo. Se ele tivesse merecido o contrário, a Lei teria feito o oposto. Neste caso vemos então a aplicação do princípio do mérito. É verdade que aquele indivíduo era fraco e devia ser corrigido neste ponto. Mas a sua fraqueza era só em favor dos outros, por excesso de bondade e altruísmo. E este seu defeito continha, então, o germe de uma grande virtude, tão pouco comum mas cuja aquisição será indispensável a todos no futuro estado de coletividade orgânica, do qual a humanidade está sempre mais se avizinando. Então, se o seu era um defeito, ele já lhe havia sofrido bastante as conseqüências. Mas, neste caso, mais do que um defeito a ser eliminado, tratava-se de uma virtude a ser desenvolvida. Foi assim que a Lei não a reprimiu,

mas ajudou, provocando o salvamento. Ela fez todos os seus cálculos na avaliação das forças que se moviam no fenômeno e, se se comportou como o fez, isto significa que neste caso existiam impulsos positivos, valores deste sinal que impunham uma intervenção neste sentido.

Neste ponto vemos na Lei a presença de um outro princípio que ela aplica em sua economia: o de retidão e justiça pela qual são respeitados os valores, que devem ser protegidos e ajudados para produzirem o seu maior rendimento. O elemento bom é um valor positivo, não desperdiçado, mas feito para frutificar. E a Lei, por coerência, não pode deixar de aplicar este seu princípio. Ela não pode contradizer a si mesma e, quando contém uma norma, fica-lhe primeiramente sujeita. Se assim não fosse, ela não representaria um princípio de ordem, mas de desordem, que, em vez de manter tudo organizado dentro de uma disciplina, terminaria por desintegrá-lo no caos. Isto é o que o homem desejaria fazer com seu egocentrismo. Mas quando ele viola a Lei, tem somente o poder de arruinar a si mesmo, mas não o de interromper o funcionamento dela.

A Lei é a primeira serva dos princípios sobre os quais se baseia. É a primeira a pô-los em ação, porque não pratica de modo diferente aquilo que prega. É por ser antes de tudo uma lei que ela se sente autorizada a exigir observância dos outros, pelo fato de que primeiramente a exige de si mesma. Cai assim completamente o conceito humano de autoridade usada em vantagem de quem comanda para impor-se aos próprios dependentes, sendo substituído por este outro método: comandar é fazer primeiro o que se exige dos outros. Este é o novo conceito de autoridade que a Lei nos ensina.

Esta é uma das coisas que nos diz a análise dos casos que aqui estamos observando. Estamos desmontando o mecanismo da Lei para ver como é feito. A diversidade dos casos nos mostra a diversidade dos modos pelos quais a Lei pode comportar-se. Porém o leitor terá notado que seu funcionamento nestas diversas posições repete-se seguindo um mesmo princípio, isto é, por exemplo, que o bem é ajudado a vencer, que o mal leva à ruína, que os valores positivos lançam-se em direção oposta àquela dos negativos etc. . É natural que, apesar dos casos serem tantos, os princípios sejam fundidos em unidade, poucos e repetidos em cada caso.

Esta é a razão pela qual pode parecer que nesta obra tantas vezes nos repetimos. Estamos fazendo um trabalho de análise, no qual a observação é tanto mais comprovada, quanto mais numerosos são os casos com os quais os princípios são postos em contato, e ainda mais numerosos são os fatos que os confirmam. Eis a necessidade de repetir a observação. A cada uma destas, perguntamo-nos: mas é mesmo verdade?

Aqui não fazemos exposição de teorias filosóficas ou religiosas, mas de princípios que envolvem a realidade. O escopo desta obra não é literário, mas didático. Então fazemos o leitor assistir ao nosso trabalho de pesquisa, que necessita ser bem controlado antes de poder ser definitivamente afirmado. Em primeiro lugar, procuramos persuadir a nós mesmos, e conosco os leitores, porque as conclusões são graves, e, se são verdadeiras, mudam tudo de fundamento. Por isso, a cada passo, voltamos a olhar, mudando o ângulo visual, para assegurarmo-nos de sua veracidade.

Esta repetição corresponde a movimentos em sentido único nos vários casos. Tal fato revela-nos a presença de um ponto comum, de uma "constante" que exprime os princípios diretivos da Lei. A repetição é devida à contínua reaparição desta "constante". A observação de uma casuística pode permitir-nos chegar ao conhecimento do pensamento que aparece naquela constante. E assim que, tendo chegado a conhecer aquele pensamento, poderemos saber qual será o funcionamento da Lei para nós, no futuro, isto é, que acontecimentos virão a nosso encontro, segundo a premissa que propusemos com nossa conduta.

Estes conceitos põem-nos diante da vida em uma posição diversa daquela assumida pelo homem no passado. Não que a verdade do real possa ser mudada. Esta permaneceu a mesma de antes. O que hoje muda é o modo de vê-la, de enfrentar e resolver o mesmo problema. Encontrando-se diante dele, a humanidade do passado não podia pensar nele e compreendê-lo, dado o seu estado infantil, que, ao nível de sua forma mental emotiva, era fantástico, ligado a construções mitológicas consideradas como realidade. Aqui enfrentamos o mesmo problema, mas com outra forma mental para chegar a resultados positivos e adquirir uma certeza que a fé, somente, não pode dar. Não queremos negar, mas aperfeiçoar.

Substituir o sonho por um conhecimento objetivo apoiado sobre fatos, sem dúvida, é progresso. Respeita-se o coração, mas controla-se a mente. Assim elimina-se a elasticidade que a fé, permite e as acomodações possíveis com aquele sistema, mas que são já inadmissíveis em um regime mental de positividade. Isto não é negar, mas acrescentar, aprofundar para apoiar-se em bases mais sólidas e seguras.

A vantagem que se obtém de tudo isso é que se descobre algo que está acima de todos os valores humanos. Antigamente a questão fundamental era crer, de modo que cada um a resolvia a seu modo, podendo afirmar aquilo que quisesse, dado que não existia nenhum controle positivo. Assim se explica a diferença entre as opiniões, cada uma proclamada como a única verdade, condenando como erro as outras. O terreno religioso é um campo minado de exclusivismos e antagonismos. É por isso que a visão da verdade tanto mais poderá tornar-se única e igual para todos, quanto mais tornar-se objetiva, ligada à realidade como o é a ciência. E que aquela realidade é dirigida por um pensamento divino que organiza o funcionamento dela em cada tempo e lugar. Trata-se, então, de uma verdade objetivamente verdadeira e universal, porque está escrita nos fatos nos quais se pode lê-la e não é um produto desta ou daquela mente humana. É a verdade da qual o homem novo tem necessidade e que está procurando desesperadamente. O vácuo espiritual no qual o está lançando o desmoronamento do velho mundo é um abismo que faz medo. Todavia é necessário ir em frente, porque se torna cada vez mais inaceitável o fato de ter que viver com a psicologia adotada no passado.

Com o conhecimento da Lei, sabe-se que há um plano e uma meta na vida individual como no todo, que há uma ordem, uma salvação e meios para atingi-la. Sabe-se que se pode contar com a Lei e sabe-se isso não por uma fé que oscila sempre na dúvida, mas pela segurança que vem do ter analisado o problema e do conhecimento da técnica fundamental do fenômeno. Trata-se de uma religião a qual não se pode mais acusar de ser o ópio dos povos, porque é, ao contrário, um redespertar da consciência, baseado no conhecimento. Não se trata então de uma heterodoxia, porque aqui, pelo contrário, procuramos abrir sempre mais os caminhos do espírito, a fim de que este se torne a grande força que nos levará a vencer na vida. Uma demonstração clara é o único meio para evitar a descrença. Uma coisa é crer, e outra é saber; uma coisa é não ter certeza, e outra é a segurança de quem está convencido, porque observou e compreendeu. Finalmente, uma contabilidade esclarecida com Deus, uma providência cujo modo de funcionar já se conhece e na qual se pode logicamente confiar, provocando resultados com os quais se pode contar porque, segundo a justiça, pertencem-nos por direito.

Dissemos que a realidade dos fatos não está mudada, é sempre a mesma; mas o que mudou foi a mente que a vê, e é capaz de compreendê-la. A lei funcionou sempre como agora a vemos, porém não se tinha consciência deste seu funcionamento. Temos estado sempre todos inclusos em uma ordem universal, mas sem analisá-la e sem saber se mover nela, conscientes de sua estrutura. O que mais impressionará o homem novo será descobrir esta presença universal de um pensamento diretivo, tocar com as mãos esta realidade, até chegar ao diálogo e obter resposta, enfim o não se encontrar, como pode parecer, perdidos em um universo que nos ignora, mas cidadãos dele, fundidos e funcionantes em sua organicidade.

VIII

QUINTO, SEXTO E SÉTIMO CASO

Até aqui temos visto casos escolhidos entre tantos observados de perto. Veremos ainda outros. Em alguns o leitor poderá encontrar elementos que se referem a ele por serem afins com sua posição. Mas

os casos são muitos e não podemos relatar aqui todos os que examinamos, tendo também verificado que eles confirmam os princípios aqui expostos na interpretação da Lei. Observamos que há algumas características constantes na técnica de seu desenvolvimento. Cada caso assume um significado, está a caminho direto na direção de nosso bem ou nosso mal, segundo as premissas que propusemos no seu início. Quando se trata de ascensão, termina em experiência completa com o final da prova redentora e com uma conquista espiritual que nos leva mais para o alto. Depois da fadiga este é o momento radioso da iluminação e da festa de libertação de uma dose de mal que nos mantinha em baixo. Neste momento o sofrimento é premiado com alegria.

Temos sob observação alguns casos nos quais constatamos que o desenvolvimento dos mesmos vai-se verificando na forma prevista. É impressionante ver o que aparece quando, conhecendo a técnica da Lei, se verifica de perto que o desenvolvimento do caso confirma as previsões deduzidas com antecedência por um cálculo completo e exato. Mais interessante para cada um é a observação dos casos que lhe digam respeito, em sua vantagem ou em seu prejuízo.

Quando se atinge a maturidade necessária para chegar a isto, sente-se fazer parte de uma grande engrenagem, dirigida pelo pensamento de Deus, sente-se estar realmente em suas mãos, mas vendo aquilo que elas fazem e porque o fazem. O isolamento não está na ordem das coisas, mas no egocentrismo humano que leva ao separatismo. E é belo constatar como tudo é útil e justo, para cumprir uma função, quando colocado em seu lugar. Abre-se então a visão de um caminho imenso, percorrido e a percorrer. Então Deus não é mais um mito longínquo relegado aos céus, mas é a certeza de quem o sente presente e operante entre nós.

Chegados a este ponto, isto é, à sensação da sua presença e à constatação da sua atividade, então é possível, como já foi mencionado (Cap. 1), estabelecer um diálogo. Nem todos, porém, sabem compreendê-lo senão a seu nível. O primitivo, através da lenda e da fé; o mais desenvolvido através do intelecto. Cada um não pode senão usar a linguagem de seu plano de evolução. Mas, qualquer que seja a altura deste, restará sempre uma diferença imensa em relação à altura do outro termo, que é Deus. A linguagem regular-se-á pela altura do interlocutor, sempre elementar e o diálogo será aproximativo, mas poderá efetuar-se porque em Deus estão todos os níveis de evolução e, portanto, a possibilidade de responder na linguagem de cada um. Se o menos não contém o mais, e daí não pode atingi-lo em sua plenitude, o mais contém o menos e sabe expressar-se e funcionar também nas dimensões deste.

De um lado temos o absoluto, isto é, a verdade completa e perfeita; de outro a aproximação das tantas verdades do relativo em caminho de ascensão, em direção àquele absoluto, sua meta final. O absoluto está imóvel na plenitude de todos os seus atributos. O relativo transforma-se continuamente porque está a caminho para chegar àquela plenitude. A verdade humana é relativa e progressiva e o absoluto está à espera de ser por ela atingido, enquanto, à força de subir, ela busca alcançá-lo. Dado tudo isto, eis que, cada um falando de sua posição a linguagem de seu nível, o diálogo é possível. É certo que o valor e a perfeição deste dependem do plano evolutivo atingido pelo indivíduo.

Na forma mental que aqui explicamos, o diálogo não é só manifestação de sentimento, prece invocativa, mas também um lampejo do intelecto, tendente a compreender como Deus desenvolve Sua obra. Aqui estamos observando o pensamento de Deus, que o funcionamento da Lei nos expressa, na medida em que ele nos é acessível, à altura e nosso nível mental. Isso implica em que quem é mais evoluído poderá ler naquele pensamento muito mais coisas. Isso acontecerá sem dúvida no futuro.

As experiências que aqui executamos, analisando vários casos, são questões que propomos àquele pensamento, que nos responde com os fatos acontecidos. O acontecimento final expressa-nos a conclusão de um raciocínio que, seguindo o desenvolvimento do caso, podemos conhecer, observando-o em suas diversas fases. É assim que, por via experimental, pela força da casuística, podemos estudar o comportamento seguido por este pensamento em tantas posições diferentes, até descobrir seu fio condutor, os princípios que ele segue e os métodos que adota. É desta forma que aqui procuramos executar nosso diálogo.

Na realidade, tanto mais rudimentar quanto mais se retrocede na evolução, o diálogo sempre

existiu, expressando os inevitáveis contatos com a Lei, que falava com os fatos, mesmo se os homens não os compreendiam. As ações e reações recíprocas eram as idéias trocadas naquele diálogo. Só quando o indivíduo se torna adulto e adquire olhos para ver, é que ele chega a perceber que Deus existe de verdade e está realmente trabalhando a nosso lado.

Para fazer compreender este fenômeno, expomos no presente livro uma progressão de casos nos quais a compreensão desta presença e a nossa co-participação em seu trabalho faz-se sempre mais evidente. Até aqui temos observado um tipo de casos nos quais o sujeito simplesmente submete-se à Lei, já que lhe provocou o funcionamento através das causas geradas pela sua própria conduta. A atitude do sujeito é então passiva, o fato é aceito fatalisticamente, sem perceber a razão de tudo isso. Mas em um nível mais avançado o comportamento do indivíduo pode tornar-se tanto mais de co-participação ativa com a Lei, quanto mais ele se mostre capaz, em proporção ao grau de evolução atingido. Podemos então estabelecer uma graduação ascendente de casos, cujos tipos mais simples são até representados pelos aqui observados. Mas em todos eles a Lei permanece sempre a mesma, funcionando tal qual é. O que muda é a conquista progressiva de consciência por parte do indivíduo, que o leva a uma conquista de autonomia e poder diretivo, já que muda a sua posição diante da Lei. Eis a graduação.

1º tipo de casos: — A Lei funciona, mas o indivíduo a ignora. Ele se põe no caminho do bem ou do mal e cegamente sofre as conseqüências, dando-se a explicação que melhor lhe agrada imaginar. Ele não assume nenhuma direção do fenômeno, que permanece totalmente confiado à Lei. Assim o indivíduo não alcança, nas diretivas de sua vida, nenhuma co-participação consciente no funcionamento dela que se lhe impõe com o método atração-repulsão, gozo-dor, prêmio-punição, paraíso-inferno etc. O conteúdo do fenômeno reduz-se somente a uma contraposição entre o elemento positivo do bem e o negativo do mal, com a intervenção final da Lei que conclui com justiça, segundo o que foi merecido.

Esta posição representa a fase mais elementar do fenômeno, aquela que podemos chamar de ignorância e passividade. Os quatro casos até aqui observados são deste primeiro tipo.

2º tipo de casos: — A Lei funciona e o indivíduo a conhece, e, por conhecê-la, não se submete mais cegamente, embora ainda o faça passivamente. Isto quer dizer que ele o compreende, vê o funcionamento dando-se de tudo uma explicação, pode mesmo chegar à previsão de seu desenvolvimento, mas ainda não sabe intervir nele. Este indivíduo chega até a ter consciência da Lei, mas não até o ponto de poder assumir ao lado dela uma co-participação na direção do fenômeno.

Esta posição representa uma fase superior à precedente e é própria dos indivíduos mentalmente mais desenvolvidos. Podemos chamá-la a fase do conhecimento até a previsão.

3º tipo de casos: — Este representa uma posição ainda mais avançada de compreensão por parte do indivíduo diante da Lei, correspondente a um grau mais elevado de consciência. O resultado lógico da evolução é, efetivamente, conquistar a verdade representada pela Lei. É assim que se avança gradativamente, dando neste caso ainda um passo à frente.

No primeiro tipo de casos a técnica da Lei existe e funciona, mas o indivíduo não a conhece, e só lhe resta a alternativa de segui-la. É a fase da ignorância.

No segundo tipo de casos, o funcionamento da Lei é conhecido e o seu desenvolvimento é previsto, mas sem nenhuma intervenção na direção daquele desenvolvimento. É a fase do conhecimento.

No terceiro tipo de casos o indivíduo, conhece e prevê como a Lei funciona, e sabe autodirigir-se dentro deste funcionamento. Então, ele não somente o conhece, como prevê o seu desenvolvimento provocando seus resultados. Ele pode intervir no funcionamento da Lei, porém não no sentido de modificá-la, mas comportando-se dentro dela de modo a atingir, seguindo-lhe os princípios, os resultados que deseja. O indivíduo pode determinar a realização deles, já que conhece os métodos de trabalho da Lei, colocando diante dela, com a própria conduta, as premissas causais necessárias para que, segundo as regras estabelecidas, aqueles efeitos devam se verificar. Não basta saber como funciona a Lei, é necessário fornecer-lhe os elementos, seguindo-os, passo a passo, para alcançar o que se deseja.

Não se trata portanto de assaltar a Lei para curvá-la, mas de secundar-lhe a corrente, conduzindo-se habilmente, ao pôr-se nas condições que a Lei exige para que sejam atingidos os resultados

que o indivíduo deseja. E fazer-se valer, concordando, é obter o comando, obedecendo, porque a Lei o concede a quem obedece e o nega a quem desobedece a ela. Trata-se de uma co-participação consciente e sempre maior no trabalho da Lei, para o qual é necessário um desenvolvimento mental correspondente, já que aquela co-participação se baseia numa compreensão e num espírito de colaboração de que somente o indivíduo evoluído é capaz. A evolução, de fato, consiste em um processo gradual de entrosamento do indivíduo com a Lei.

Estes conceitos serão esclarecidos por três exemplos que agora apresentaremos, um para cada caso. O primeiro mostrar-nos-ão indivíduo em posição de inconsciência e passividade; o segundo, em posição mentalmente ativa, mas somente como previsão do futuro; o terceiro, em posição de intervenção na direção do desenvolvimento do fenômeno.

Eis um exemplo do primeiro caso: num trabalho de construção espiritual, em sentido positivo segundo a Lei, havia-se infiltrado um indivíduo de tipo negativo, com o propósito de desfrutar da situação em sua vantagem, para lucro pessoal. Naturalmente, esta pessoa tinha o cuidado de esconder a sua verdadeira finalidade. Mostrava-se muito ativo no seio do grupo de promotores, conquistando a confiança de alguns deles e assumindo, por iniciativa própria uma diretiva imperiosa. A coisa prosseguia, às escondidas, sem o conhecimento dos dirigentes, preparado por ele, trazendo complicações e prejuízos para os demais.

Como os outros eram inocentes, a Lei, por seu princípio de mérito e justiça, não podia permitir que o mal vencesse o bem. Por coerência, devia portanto intervir, se não quisesse ir contra si mesma E interveio. Isto verificou-se com um movimento mínimo, o que bastou para inverter o curso dos acontecimentos. Uma grande tempestade estava se avizinhandando e a Lei interrompeu-a com um sopro.

Um dos dirigentes, representantes da parte positiva, foi à casa de um amigo que, em sua boa fé, confiava no assaltante, mas ignorava o golpe preparado. O plano não fora levado ao conhecimento dos dirigentes, logo sua realização seria fatal. Então, como resolver o caso para o bem de todos, do lado negativo já estava tudo organizado e pronto para ser cumprido?

Eis o que aconteceu. O visitante foi introduzido no escritório do amigo. Enquanto aguardava, seus olhos recaíram sobre uma carta deixada em cima da mesa. Seu olhar fora atraído pelo selo postal que o interessava, porque era colecionador. Mas ao tocar aquela carta, observou o cabeçalho no envelope que mostrava a origem da mesma, vinha de um dos elementos do grupo.

Então o visitante, visto que o assunto lhe dizia respeito, leu a carta e encontrou descrito o plano de assalto daquele indivíduo. A campanha de alarme havia soado. A Lei intervinha no momento preciso para fazer tudo convergir em uma outra direção. O visitante levou a carta e imediatamente tomou suas providências, interrompendo, ao nascer, aquela posição assumida, negativamente.

Para chegar a este resultado, a Lei havia executado somente alguns movimentos, todos corretos. Era necessário que o visitante visse a carta. Esse era o ponto central do jogo, por isto a Lei favoreceu uma providencial visita àquela casa no dia em que a carta, recém-chegada, ainda estivesse sobre a mesa; era preciso que o amigo, depois de lê-la, não a tivesse tirado dali, mas deixado, sem querer, à vista, e o selo chamasse a atenção do visitante. Era necessário que esta pessoa ficasse sozinha no escritório, diante daquela mesa. Todas estas coisas deviam acontecer, cada uma exatamente sincronizada com a outra, fato que não se explica com o acaso, mas que exige a presença de uma mente diretriz.

Neste exemplo trata-se de uma simples contraposição entre bem e mal e da intervenção automática da Lei para salvar o primeiro. Aqui aquela intervenção verifica-se totalmente desconhecida pelos elementos a favor dos quais ela acontecia. Neste caso, como nos quatro anteriormente examinados, o indivíduo em defesa do qual a Lei se move, permanece em estado de ignorância e passividade.

Exemplo do 2º caso. — Um indivíduo de idade avançada adoeceu. O prolongamento da doença enfraqueceu-o até provocar-lhe um colapso cardíaco. O estado de abatimento, o aspecto cinéreo, tornaram necessário um exame de laboratório para verificar se havia câncer.

O doente estava na sala de estar, à tarde, com amigos que tinham ido visitá-lo. O exame devia estar pronto dentro em pouco e um deles prontificara-se a apanhá-lo no instituto de análises, próximo da

residência. Ele assistia o doente e interessava-se por sua sorte. Estava observando e refletindo. Conhecia a teoria da Lei e seus métodos de trabalho. Entre os amigos reunidos havia também um médico que o chama à parte para infundir-lhe coragem, prevenindo-o contra o choque que poderia receber ao ler o resultado positivo do exame. Os outros visitantes procuravam esconder suas apreensões.

Então o amigo enfermeiro, antes de sair, chamou de parte o doente e disse-lhe: “Eu vou ao laboratório pegar o resultado do exame, mas lembre-se: esteja o que estiver escrito, você não morrerá; Já fiz meus cálculos”.

O doente, de fato, contra todas as previsões, melhorou e está até agora vivo. A análise havia dado resultado negativo. Ora, que cálculos havia feito o enfermeiro para chegar a estas conclusões? Ele raciocinava assim: "A Lei funciona seguindo o princípio do mérito e justiça. Como se encontra o doente sob este ponto de vista? A seu destino está ligado o de sua família. Se ele morresse, ela ficaria ao abandono. Sabendo disto, seria muito triste para ele morrer antes de uma sistematização que está em curso. Ele não merecia esta dor, como a família não merecia também o dano irreparável de ficar abandonada. Ora a Lei, se se comportasse de tal modo, violaria os princípios fundamentais sobre os quais ela se baseia, porque aquela morte e aquele dano não foram merecidos e o caso encerrar-se-ia contra a justiça. A Lei, então, se não quer renegar-se a si mesma, tem que intervir para impedir que advenha o mal".

Este foi o raciocínio, baseado numa necessidade de coerência por parte da Lei, para a qual a sua intervenção em tal sentido era necessária. Aquela família já havia sofrido bastante, nem havia culpas que justificassem um prolongamento da dor. Dados os componentes desta lógica, aquela desgraça não poderia acontecer sem violar os princípios da Lei, o que não era possível. Dados os elementos do caso, devia haver uma absoluta obrigatoriedade de intervenção favorável por parte da Lei.

Foi o conhecimento deste fato que havia dado ao enfermeiro tanta segurança contra todas as prováveis previsões, até mesmo contra aquela advertência de um médico competente na matéria e observador dos sintomas anunciadores do mal. Mas o enfermeiro, em vez de olhar as aparências exteriores, havia visto mais profundamente a realidade interior do caso e os princípios da Lei. O seu diagnóstico tinha sido um diagnóstico espiritual, no qual entram em jogo todas as forças da vida, e não só um diagnóstico clínico, que não vai além do estado do organismo físico. Foi assim que, assumindo uma base diferente de juízo, chegou-se a conclusões opostas.

Como no exemplo precedente, também neste caso, o provimento por parte da Lei torna-se automático, a favor de um indivíduo passivo, mas não ficou oculto o mecanismo da Lei. O enfermeiro apercebeu-se disto, porque conhece o jogo da Lei, sabe como esta trabalha e assim pôde prever o desenvolvimento. Aqui estamos em uma fase mais completa do que aquela precedente. No segundo caso desaparece de fato a ignorância do primeiro, como no terceiro veremos desaparecer a passividade do primeiro e do segundo caso.

Exemplo do terceiro caso. — Uma senhora, por cumprir seus deveres familiares, chegara a uma idade avançada sem ter criado uma posição que lhe desse meios de subsistência. Havia sempre pensado nos outros em vez de em si mesma, trabalhando de graça, por senso de dever, sem nenhuma perspectiva econômica. Assim procedera sabendo o que fazia, não ignorando o princípio de justiça da Lei. Tendo-lhe sido fiel e segura de haver cumprido fielmente seus deveres, estava segura de que a Lei não a desampararia. Porém, segundo o critério comum, isto parecia quase impossível porque era um problema muito difícil encontrar uma posição econômica para uma mulher de 50 anos, não diplomada, em terra estrangeira. Havia, porém, um fato decisivo: esta mulher tinha colocado, por sua vontade, e com plena consciência de seu empenho, os precedentes necessários para compelir a Lei, por seu princípio de justiça, a corresponder a este mérito com os provimentos necessários.

Eis o que aconteceu: contra todas probabilidades humanas, apareceu a solução e na forma mais adequada possível! Surgiu um trabalho que agradava tanto à interessada, que o fazia como se fosse um "hobby", a satisfação de um desejo que jamais teria alcançado de outra forma: Todas as facilidades que se verificaram neste sentido confirmaram as previsões dela, que tinha preparado tudo isto com sua conduta

perante a Lei. Admitida como aprendiz em um instituto técnico, em poucos meses aprendeu o ofício que a apaixonava e chegou a ser diretora daquela organização.

Observemo-la no trabalho enquanto aplicava o seu método, consciente da presença da Lei e de seu funcionamento. Faziam parte daquela organização também outros elementos que se propunham a atingir igual sucesso, mas utilizando métodos opostos, isto é, negativos em vez de positivos. As duas partes estavam uma ao lado da outra, no mesmo ambiente, mas comportavam-se diferentemente, encontravam-se diante do mesmo problema, mas resolveram-no de dois modos diversos. Observemos onde chegaram, cada uma seguindo seu caminho.

A diferença entre as duas partes estava no fato de colocarem o mesmo problema sob perspectiva diversa e resolverem-no seguindo métodos opostos. A primeira parte conhece a técnica fundamental da Lei, sabe lançar os precedentes causais do próprio triunfo, aos quais ela, por coerência consigo mesma, deve corresponder, concedendo-o. A outra parte, ignorando este mecanismo, debate-se dentro dele, cometendo erros que lhe recaem sobre os ombros, porque é inevitável pagá-los mais tarde. Se o primeiro caminho leva ao triunfo, o segundo leva à falência. Cada parte não poderia afastar-se de sua rota, que fora definida em função de sua forma mental. Assim o fenômeno desenvolve-se com exatidão e fatalidade.

Passam-se os dias e cada um continua a trabalhar a seu modo, avançando em sua direção. O primeiro elemento vai regularmente ao trabalho, cumpre-o honestamente, fazendo seu dever com superioridade da quantidade e qualidade da produção. Estas eram as forças do tipo positivo que ele lançava, os valores construtivos que ele punha perante a Lei, a premissa que ela devia responder em sintonia. O segundo elemento, pelo contrário, procurava avançar pelas vias oblíquas da astúcia, do engano, da preguiça, procurando desfrutar em vez de produzir, prejudicando a quantidade e a qualidade do produto. Estas eram as forças de tipo negativo, e a estes valores destrutivos a Lei não poderia dar resposta igual a do primeiro elemento.

Passam-se os dias e o fenômeno bifronte continua a desenvolver-se em ambos aspectos. Com o próprio comportamento, o primeiro elemento continua a colocar no computador eletrônico da Lei seus cartões brancos, enquanto o outro faz o mesmo com seus cartões negros. Estes impulsos quotidianos iam-se assim somando, uma série deles em sentido positivo e outra em sentido negativo; aumentando a carga de cada uma das partes. Chegaria fatalmente o momento do computador disparar, o que aconteceu na forma de desmoronamento da construção feita pelas forças negativas e do firmar-se da construção feita de forças positivas. Este foi, de fato, o resultado final de toda a operação.

Formara-se um desequilíbrio sempre maior diante do princípio de justiça da Lei, de modo que esta, cada vez menos, podia tolerá-lo, até que ela interveio para retificar o erro, e a parte negativa foi liquidada como merecia. Quem havia dado devia receber a justa recompensa, mas o usurpador devia ser despojado como realmente o foi. Cada movimento na conduta dos dois elementos era uma frase do diálogo conduzido por eles com a Lei, que o concluiu com a sua sentença final e definitiva.

A diferença entre os dois elementos consistia no fato de que o primeiro sabia que era loucura pretender enganar a Lei, porque cedo ou tarde, as contas são ajustadas e cada um recebe o que mereceu, seja o bem ou o mal. O primeiro elemento manteve-se sempre no ambiente da Lei. Antes de encontrar trabalho, tinha-se comportado corretamente por senso de dever. Depois, na segunda parte de seu caso, quis fazer mais, tomar a direção do fenômeno para fornecer dados e provocar consequências preestabelecidas, fazendo isto com conhecimento da técnica funcional da Lei e com método experimental racionalmente controlado. Nesta segunda fase não se trata, como na primeira, só de uma previsão genérica, mas de um cálculo de previsões para determinar as causas específicas de determinadas consequências. E esta segunda parte a do 3º caso, expressa com mais evidência.

O fato que queremos agora focalizar melhor em seu significado, como não pudemos fazer até aqui, é este agora enunciado. Ele é tão novo e extraordinário, que parece inadmissível. Como é possível prever o futuro desenvolvimento de um caso quando se lhe conhecem todos os elementos, e determinar ainda com antecedência este seu desenvolvimento até atingir uma conclusão preestabelecida?

A primeira razão pela qual isto é possível, é que podemos contar, com absoluta segurança, com

a estabilidade da Lei. Esta é feita de ordem, isto é, de disciplina, fato indispensável em cada organismo e que vai desde a inviolabilidade de seus princípios diretivos até ao comportamento de cada um de seus elementos componentes. É com este estado de disciplina universal que podemos ter a certeza de estarmos na direção da Lei. A obrigação de cumprir o nosso dever para com a Lei, obriga também a Lei a cumprir seu dever para conosco. O problema, então, é de manter-se nas condições desejadas por ela, para que se possa chegar a conseqüências felizes. Pode-se obter da Lei todo o bem ou o mal que se queira, tudo em nossa vantagem ou prejuízo, porque sabemos quais são as regras que é necessário obedecer para obtê-lo. Quem conhece como funciona a Lei sabe o efeito correspondente a cada ato de seu comportamento.

Esta fatalidade na relação entre o efeito e a causa deve-se ao fato de que entre as leis morais, físicas e dinâmicas há diferença de grau, isto é, de nível evolutivo, e não de ordem isto é, de natureza. Elas estão todas em funcionamento determinístico ao qual estão indissolúvelmente ligadas, de modo que se sabe, com antecedência que efeitos devem inevitavelmente corresponder a determinadas condições. Os movimentos no campo moral são resultados com a mesma fatal exatidão com a qual o são os do campo astronômico, Em ambos os casos temos um organismo funcionante. O desastre que aconteceria no universo físico se a disciplina que o rege fosse violada, aconteceria igualmente no universo moral.

IX

O NOVO TIPO DE EXAME DE CONSCIÊNCIA

O exemplo proposto representa a posição mais avançada que o homem pode tomar diante da Lei: a posição de quem lhe conhece a técnica, e traça a partir daí as diretivas da própria vida para guiá-la o desenvolvimento em plena consciência e autonomia. Isto é o que queremos ensinar neste livro. Não se trata de elucubrações teóricas, mas de alcançar fins práticos utilitários no interesse de quem quiser aproveitá-los. Creio que planejar, inteligentemente, a direção da viagem da própria vida, em vez de andar ao acaso como folhas à mercê do vento, significa um grande progresso, algo de novo e mais completo, o qual não foi praticado no passado. Quanto mais o homem evolui e se faz mais complexa a organização de sua vida individual e social, tanto mais aumenta para ele a necessidade de prever mais longe e planificar tudo com maior exatidão. A imprevidência é uma qualidade do primitivo; a visão longínqua do próprio futuro é uma qualidade própria do evoluído. Antigamente o escopo da vida era viver. Hoje isto já não satisfaz; quer-se saber seriamente por que se vive, e como atingir fins distantes. Chegados a um certo grau de desenvolvimento mental, isso torna-se não só uma necessidade psicológica, consciência mais desenvolvida, mas também uma necessidade prática imposta por um modo de viver muito mais complexo. Eis porque as pesquisas que aqui efetuamos respondem às exigências do momento histórico.

Trata-se de começar a viver em uma outra dimensão, conscientes do significado da vida. Chegados a este nível, observa-se tudo aquilo que nos sucede em redor, ao longo do caminho, estudam-se as razões pelas quais determinados fatos ocorrem naquele momento, e prevê-se-lhes o desenvolvimento em suas fases sucessivas. Quando se chega a esta nova compreensão da realidade, vê-se quanto ela é diversa daquele entendimento do tipo velho, tão ineficiente e elástica. Em seu lugar aparece, ao contrário, uma realidade mais profunda, mais exatamente definida, em funcionamento constante e com movimentos calculáveis. Vive-se de outra maneira, não levados por impulsos desconhecidos, mas tendo-se em mãos as rédeas do próprio destino e construindo-o com conhecimento, por ter calculado e introduzido nos fatos os necessários impulsos determinantes. Se o homem conseguir compreender e ativar tudo isto, ele fará uma das maiores revoluções da história, representada por um golpe antecipado e jamais realizado.

Trata-se de passar das religiões do passado, do tipo emotivo-confiante para uma do tipo

racional-positivo. É claro que se trata de um crescimento, não de supressão, porque a evolução quer avançar, não destruir. Isso fatalmente deverá levar, no campo do espírito, da religião e da moral, à posse das verdades científicas, demonstradas, que tomarão o lugar daquelas baseadas no mito, que é uma criação legendária com a qual o homem, ansioso pelo saber, imaginou uma explicação da existência que procurasse suprir sua falta de conhecimento.

Deverá acontecer aquilo que estamos tentando fazer, isto é, diante das mesmas verdades, passar de um estado de incerteza e nebulosidade para um de certeza e exatidão, de modo a movermo-nos no seio do fenômeno de nossa vida com plena consciência da técnica de seu funcionamento e desenvolvimento. Hoje os conceitos de Deus e sua Lei são ainda vagos e distantes; o homem deve crer porque não sabe. Depois, para sua comodidade procura evadir-se de uma moral cheia de escapatórias, porque ainda não definida analiticamente. Assim ele abusa, mas espera o perdão, comete erros mas invoca a divina providência para que esta remedeie tudo. O homem move-se no desconhecido por tentativas, porque desconhece a estrutura e o funcionamento da máquina dentro da qual ele vive, e por que não sabe fazer os movimentos adequados para fazê-lo funcionar em sua própria vantagem. É fatigante andar assim às cegas com este sistema de erro e pagamento, do fazer e refazer. É impossível não existir um outro modo mais inteligente de viver.

Aqui não procuramos abolir os velhos princípios ainda vigentes; respeitamo-los, mas reconhecemos neles uma fase ainda infantil e queremos levá-los mais à frente para uma outra mais amadurecida. Deste modo, em vez de ser cancelado, o passado clarifica-se, atualiza-se, confirma-se, reforçado por um controle racional e analítico. Os conceitos básicos permanecem, mas compreendidos em profundidade. Continuamos a falar com Deus, mas em um nível de consciência mais alto, com maior segurança da realidade, mais iluminados no prever e mais ativos no planificar.

Então chega-se a sentir a presença de Deus. Geralmente se é levado a vê-la, não próxima de nós nas pequenas vicissitudes de nossa vida cotidiana, mas só nos grandes fatos heróicos e excepcionais que não acontecem aos pequenos homens comuns. O leitor tem visto que, ao contrário, os exemplos de casuística aqui relatados são simples acontecimentos ao alcance de todos. Todavia é neles que temos visto a presença de Deus operante com a sua Lei. Os fatos, se vistos com estes novos olhos, têm-nos mostrado que os maiores problemas da vida são resolvidos. Esta nova visão das coisas tem-nos feito ver como tudo é conexo e que complexidade de fenômenos esconde-se num acontecimento de aparência banal. Não o levamos em conta porque não vemos. E não nos apercebemos que a cada instante, nos menores acontecimentos, vivemos em contato com Deus, que em todos os fenômenos trabalha ao nosso lado, enquanto a nossa existência se desenvolve dentro do funcionamento da Lei. Quereríamos aqui transmitir ao leitor a sensação desta presença de Deus, que não é somente conclusão lógica de um raciocínio.

É assim que neste livro, apoiando-nos sobre as maiores teorias, pudemos com elas ligar os pequenos fatos da experiência comum e ver quando eles, não obstante sua modesta aparência, eram ricos de conteúdo. Escolhemos alguns exemplos pequenos e comuns, porque mais vizinhos de nós e assim mais suscetíveis de análise, para fazer ver ao leitor em que mundo imenso qualquer um vive a sua vida de cada dia.

Agora, não vamos continuar com outra casuística. Quem quiser poderá encontrá-la por si mesmo, porque a tem em sua casa cada dia, analisando seus casos pessoais, por isto mesmo mais interessantes para si. Uma vez que se tenha compreendido a técnica explicada, pode-se aplicá-la por conta própria, e uma vez tendo aprendido a ver as coisas em profundidade, pode-se mesmo descobrir nelas um significado e valores antes desconhecidos, capazes de dar uma orientação total e diferente à sua vida.

* * *

O sucesso no trabalho de previsão e de direção do desenvolvimento dos casos que nos interessa examinar, depende do conhecimento e uso da técnica que agora mencionamos. Tentemos então aprofundar este conhecimento, focalizando melhor alguns pontos fundamentais.

No capítulo precedente orientamos a pesquisa, aplicando-a a três tipos de casos:

1) O do descobrimento e da passividade, no qual o sujeito somente sofre a ação da Lei, sem

nenhum conhecimento do fenômeno.

2) O caso consciente e ativo, cujo uso só serve como raciocínio na previsão do futuro que, embora conhecido, é aceito conforme as regras da Lei, sem nenhuma intervenção para determiná-lo.

3) O caso no qual o sujeito não somente sabe e prevê, mas chega ao ponto de intervir e tomar a direção do desenvolvimento do fenômeno.

Poder-se-ia então dizer que este atravessa três fases de aperfeiçoamento progressivo, que leva a um crescendo da co-participação do sujeito no domínio do acontecimento. Estas fases são: 1) ignorância, 2) previsão, 3) direção. Com isto a evolução eleva o indivíduo desde a posição de estranho, inconsciente da presença da Lei, até o nível de seu colaborador consciente do funcionamento. Tudo isto reentra na lógica do plano da existência.

Agora é evidente em sua terceira fase que o fenômeno atinge a posição mais avançada e, portanto, a sua técnica alcança o mais alto nível de complexidade e exatidão. Além disso, esta terceira posição é aquela que mais nos interessa, porque nos ensina a apoderar-nos realmente da direção do desenvolvimento dos acontecimentos de nossa vida e até do próprio destino, para levar-nos à posição que quisermos. Analisaremos mais de perto a técnica deste tipo de casos, do terceiro grau, quer dizer a fase da intervenção, porque ela representa a arte máxima da ética do comportamento, consistente na sabedoria de dirigir-nos conscientes dos planos da Lei, em colaboração com eles, para atingi-los em nosso benefício.

Devemos então começar daquilo que é o ponto de partida e de referência, base desta técnica. Antes de observar o fenômeno em seu desenvolvimento, devemos conhecê-lo em seu momento inicial. Isto é fundamental porque é esta primeira avaliação que nos indica qual é o tipo dos movimentos sucessivos segundo os quais dirigir-se-á o fenômeno. É esta primeira posição que orienta as subsequentes. Se errarmos no momento do lançamento do míssil, toda sua rota seguirá errada, a menos que saibamos corrigi-la, uma vez posto ele em órbita.

Agora o ponto de partida é o indivíduo. Isso porque o míssil que entra em órbita é o próprio eu com as suas qualidades, as quais são as forças que ao longo do caminho, segundo sua natureza, irão atraindo e anexando outras forças de tipo semelhante. Aquelas de um outro tipo serão repelidas. É porque o estabelecimento da técnica funcional do fenômeno faz-se desde a partida, o conhecimento do tipo do próprio eu é fundamental para o domínio do desenvolvimento do fenômeno.

A primeira coisa a fazer é perguntar-se: "Quem sou eu?" Só depois de ter tudo bem assegurado, o indivíduo poderá pôr-se em viagem. O problema básico é um severo exame de consciência. O desenvolvimento de um evento, como de um destino, baseia-se sobre a relação entre dois elementos: a personalidade do sujeito e a Lei. Cada um deles representa um organismo de forças em ação, dirigido a uma dada meta em direção à qual aquelas forças querem avançar. Quando se conhece o indivíduo e a Lei, conhece-se também o conteúdo destes dois campos de forças. As da Lei condicionam o êxito do desenvolvimento das forças da personalidade. Quanto mais as forças da personalidade estiverem aderidas às da Lei porque afins com elas, maior será o êxito. É pelo cálculo desta aderência por afinidade que se pode deduzir se o evento terá ou não sucesso.

Ora, no caso da intervenção, este bom êxito será tanto mais fácil quanto mais a estrutura da personalidade permita a introdução de novos impulsos segundo a Lei. O caso de máximo sucesso neste trabalho se dá quando a adesão do sujeito à Lei é completa e ele se torna seu colaborador. O caso de máximo insucesso se dá quando a adesão do sujeito é nula e ele age como seu inimigo. Eis porque é necessário conhecer-se a si mesmo, porque a solução do caso, no fenômeno da intervenção, depende da estrutura da personalidade do sujeito. Este autoconhecimento é o primeiro fato de que se deve ter em conta.

O desenvolvimento completo do fenômeno resulta então de dois momentos: 1) O referido exame de consciência, que é uma autopsicanálise, ato individual de introspecção, que se conclui com o diagnóstico do próprio caso; 2) A intervenção que, segundo os resultados obtidos de tudo isto, é possível praticar para dirigir o desenvolvimento do fenômeno.

A chave para praticar esta intervenção, tem como premissa indispensável o exame de consciência. Aqui estamos no departamento de análises, de cuja exatidão depende o valor do diagnóstico, como acontece para o médico com os exames de urina, sangue etc. E do diagnóstico, pois, depende toda a cura. Uma autopsicanálise errada conduz a profundos erros de avaliação, estragando todo o processo e impossibilitando o bom êxito do caso avaliado. Dessa maneira, em vez de resolvê-lo, submete o sujeito à longa técnica corretiva dos erros, a qual já conhecemos.

Concluindo: se a avaliação por si mesma, usando como unidade de medida a Lei, não estiver certa, teremos, como base do julgamento, uma análise errada. Dela não pode derivar senão um diagnóstico falso, que representará uma colocação também falsa da intervenção diretiva do desenvolvimento do fenômeno, intervenção que assim ficará comprometida na partida. As várias fases são ligadas, porque derivadas uma das outras. Da exatidão e veracidade da psicanálise e, portanto, do correspondente diagnóstico, depende o valor da psicossíntese que estabelece as normas a serem seguidas para dirigir o fenômeno.

* * *

Resta-nos agora examinar como executar o exame de consciência ou autopsicanálise, ponto de partida da técnica da intervenção.

Trata-se de observar e medir a si mesmo. Isso não se pode fazer senão estabelecendo um confronto com o único termo de comparação e unidade de medida que possuímos; a Lei. Trata-se então de pôr o próprio eu diante dela, isto é, diante de seu pensamento que expressa as normas estabelecendo qual deve ser a nossa conduta.

Esta idéia do exame de consciência não é nova. Voltamos o leitor agora de propósito, para a menção feita no princípio do Capítulo III. Aquela idéia já existe nas religiões. Então diz-se: "colocar a própria alma na presença de Deus". Os dois termos se encaram. Quem julga? O julgamento, quando é o da Lei, manifesta-se fazendo o sujeito em questão sofrer as conseqüências de seus atos. Quando, ao contrário, aquele julgamento é executado pelo sujeito, então acontece que esta pessoa julga a seu modo, porque ele olha com seus olhos e está interessado no julgamento. Isto leva a uma distorção do mesmo, o que é perigoso porque o erro de diagnóstico produz o lançamento da trajetória daquele caso em direção errada, uma colocação em posição contra a Lei, erro a ser pago depois.

No passado, para as massas ainda em estado infantil, incapazes de penetração psicanalítica, o problema foi solucionado com um código que estabelecia as regras da conduta humana, determinando uma lista do que fazer e não fazer. Os Mandamentos de Moisés, com toda a encenação do Sinai, são um primeiro exemplo. Tudo isso andou bem no passado, quando bastava uma definição aproximativa, uma rede de malhas largas para impedir os erros mais graves; mas isso torna-se cada vez menos adaptável para a formação analítica e crítica do homem moderno, que tem necessidade de penetrar mais a fundo na substância das coisas com uma avaliação mais exata.

Faz-se necessário sobretudo, quando se quer usar a técnica da intervenção que aqui propomos, para proceder à planificação racional dos próprios casos ou até da própria vida. Não se trata de sujeição à Lei, mas de uma autonomia diretiva individual no seio de seu funcionamento. Para isto é necessário um trabalho de autopsicanálise exato e profundo, anteposto à ação, um trabalho executado por um ser consciente e responsável, provido de um senso moral mais agudo. Principalmente pelo fato de que ele, dada sua evolução, deve ser livre, e portanto capaz de fazer tudo por si. Em tal caso, o termo de comparação, base da análise, não é uma simples lista dos atos impostos ou proibidos, mas é o pensamento contido na Lei, diretivo de seu funcionamento.

Neste caso o indivíduo encontra-se diante da Lei, não mais na posição de criança guiada pela mão, porque ignorante e irresponsável, cujo único dever é somente o de obedecer. O ser encontra-se, ao contrário, na posição de adulto que deve saber autodirigir-se porque compreende, é livre e responsável em suas ações. Ele deve estar consciente da Lei, mas com a qual estabelece diálogo. É livre para errar, mas conhece as conseqüências do erro pelo qual é responsável. A sua posição é completamente diversa. Isso não significa que a preceituação esteja errada. Mas ela, para o homem moderno maduro, não é senão uma

fase de aproximação por ele superada, porque o torna capaz de usar a técnica da intervenção, manejando conscientemente as forças da vida.

Temos então frente a frente os dois termos: a alma e Deus, isto é, o eu e a Lei. O exame de si mesmo não se faz sozinho, mas pondo-se a si mesmo em confronto com os princípios que regem o funcionamento da Lei. O indivíduo põe-se nu perante aquele quadro e nele se espelha. Pode assim ver quais são os pontos de coincidência com as linhas da Lei e quais os pontos de divergência. Positivos para ele serão os pontos de acordo, e negativos os de desacordo. Quanto mais exato, objetivo e correspondente à verdade seja o exame, tanto maior será o seu valor para dirigir a técnica da intervenção.

Observemos agora quais são as dificuldades a superar para conseguir um bom exame de consciência. A principal consiste no fato de que o órgão de juízo de si mesmo é o próprio eu. Sendo ele parte envolvida, são fáceis os erros de avaliação na análise. O perigo consiste sobretudo no fato de que a introspeção, a que leva o exame de consciência, representa uma descida no abismo do inconsciente inferior ou subconsciente, e a partir daí, vindo das profundezas, um emergir dele, no consciente, para fazer-se valer com a afirmação das próprias vontades e razões, distorcendo o julgamento segundo o próprio egoístico ponto de vista, (v. Cap. III).

O subconsciente representa então um perigo do qual devemos nos resguardar. Vejamos mais exatamente em que consiste a nossa opinião. Para fazer isso, devemos basear-nos em afirmações já demonstradas, que para nós são problemas resolvidos, aos quais não podemos retornar. Quem quiser conhecer as teorias correlatas e suas conclusões, as encontrará desenvolvidas nos livros: *O Sistema, Queda e Salvação* e *Princípios de Uma Nova Ética*. Aqui bastará recapitular com o seguinte esquema fundamental.

A psique humana pode se dividir em três zonas: subconsciente, consciente e superconsciente, que representam seus três níveis de evolução. O existir não é estático, mas é um tornar-se. Ele percorre o ciclo involução-evolução que, partindo de um ponto que chamamos o Sistema, desce pelo caminho da involução até o ponto oposto que chamamos o Anti-Sistema, para re-elevar-se depois deste ponto, pelo caminho da evolução, até o Sistema, assim tornando ao ponto de partida. Temos, dessa forma, um dualismo de termos opostos, positivo e negativo, Sistema e Anti-Sistema, estrutura bipolar que não quebra a unidade do todo, unidade que o caminho evolutivo, tornando ao ponto de partida, tende a reconstruir. Basta isso para nos orientar.

Então o subconsciente, que aparece na avaliação efetuada na autopsicanálise, representa a parte mais involuída da psique, cujo primeiro perigo é a sua própria involução, porque ela significa ignorância, impulsos inferiores, transbordantes de animalidade em nível baixo e maléfico. Depois, esta posição involuída representa uma maior proximidade ao pólo negativo do ser e daí a tendência a realizar-se naquela direção, isto é, para o negativo, segundo o modelo de tipo anti-Lei, que representa a queda espiritual, enquanto a redenção consiste em seguir a Lei.

O subconsciente representa não apenas uma contribuição à psicanálise, feita de impulsos involuídos, nocivos e tenebrosos, mas também uma tendência a afastar-se do caminho reto, traçado pela Lei, para levar-nos aos seus antípodas, fornecendo-nos análises e diagnósticos realmente invertidos, tendentes ao lançamento de trajetórias em sentido negativo, anti-Lei. É esta tendência antagônica diante da Lei que constitui o segundo ponto de periculosidade do subconsciente. Trata-se realmente de um retrocesso porque em vez de apontar em direção à Lei que representa o vértice da evolução, o subconsciente aponta para o pólo oposto, que mais o atrai, justamente, pela proximidade.

Restam ainda outras considerações. O subconsciente, pela sua qualidade de involuído, gravitando em direção ao pólo negativo, desejaria a vitória deste sobre o polo positivo, o que para ele significa querer substituir-se como lei, à Lei de Deus. O subconsciente tem uma psicologia sua e, se a observamos, revela-nos a sua estrutura. Ela exprime a forma mental própria da zona mais involuída do ser, lançada em descenso em direção ao Anti-Sistema. Em conclusão, ela é a zona do retrocesso pela substituição do próprio eu ao Deus-Lei, para colocar o que está no pólo negativo como senhor, no lugar daquilo que está no pólo positivo, fazendo de um elemento que deve funcionar disciplinadamente dentro

da Lei, ao contrário, um centro independente e dominador.

Eis por que o subconsciente representa um obstáculo a vencer quando se busca compreender a si mesmo diante da Lei. Não é que ele procure impedir-nos de vê-la. Em sua involução, ele simplesmente não a vê e por isso não pode indicá-la. Assim, coloca-nos perante os olhos aquilo que ele acredita ser a verdade, enquanto não passa de miragem de quem ignora o funcionamento da Lei. Esta miragem precipita-nos no engano, porque com ela há que ajustar contas e depois tudo pagar. É experiência comum a psicologia da tentação que, para induzir ao mal, promete alegrias e depois não dá senão desilusões e dores. Guardemo-nos então do subconsciente. Quanto mais o indivíduo cai vítima dele, mais é involuído, e este fato denota a medida da sua involução. Mas cada ser só pode fazer o exame de consciência ao nível ético, condicionado a seu grau de evolução. Pode-se então imaginar que exame possam fazer, ainda que de boa fé, por motivo de sua ignorância, o involuído e o subdesenvolvido que pensam no nível do subconsciente.

Ora, se do tipo de exame de consciência depende o funcionamento da técnica da intervenção, e esta representa uma técnica de alto nível, é lógico que se devam exigir qualidades de evolução proporcionais nos indivíduos que pretendem usá-la. Isto significa o domínio da parte mais evoluída do eu sobre o subconsciente, e um firme controle de modo a não deixá-lo dominar. Quem não sabe fazer isto permaneça no nível preceitual e não se arrisque na livre iniciativa que ainda não sabe usá-la, porque pode terminar no erro. Trata-se de dois tipos de ética em dois diversos níveis de evolução: a preceitual é adaptada ao indivíduo ignorante necessitado de orientação, ou recalcitrante que precisa ser corrigido à força; já o método de intervenção pressupõe o indivíduo consciente que sabe auto-analisar-se e autodirigir-se sem cometer erros diante da Lei, e sabe corrigi-los uma vez cometidos.

* * *

Passemos da teoria à prática. Para melhor compreender estes princípios apliquemo-los em um exemplo concreto. Uma pessoa observada por nós, à custa de operações realizadas pelo método anti-Lei, tendo conseguido uma posição inteiramente satisfatória, comunica-nos estar contente com sua obra, na convicção de ter obtido tão bom êxito por haver aplicado as normas aqui expostas, que lhe foram aconselhadas como método de executar um bom exame de consciência a fim de atingir bons resultados na direção de sua vida.

Aqui nos encontramos diante de um juízo emitido pelo subconsciente. Este de fato revela o seu modo de julgar, caracterizado pelas três qualidades já vistas: 1) involução, 2) inversão, 3) substituição.

A presença do subconsciente revela-se no fato de que o caso se desenvolve em baixo nível ético, em posição involuída, anti-Lei. Disto o subconsciente não se apercebe naturalmente, provando com isso não conhecer a Lei. Não é esta que lhe interessa, mas a satisfação de sua vontade, razão por que permanece ao nível de astúcia, indiferente ao problema da moral e do conhecimento.

2) O caso está invertido, isto é, vivido às avessas, apresentado como virtude, enquanto perante a Lei é errado e defeituoso; é utilizado, em suma, como um disfarce para esconder a realidade diversa que há embaixo e que o subconsciente procura camuflar porque sabe que é condenada. Mas ele não vê a própria imoralidade, que só é percebida pelos que atingiram um nível ético mais alto. Temos assim um subconsciente anti-Lei, apresentado como vitória da Lei.

3) O subconsciente substituiu-se com seus métodos invertidos do tipo anti-Lei, à Lei, mas apresentados como Lei.

Tal caso exprime estes três conceitos

1) Involução. O sujeito declara a sua própria satisfação, que mostra o subconsciente egoísta que se preocupa em primeiro lugar consigo mesmo, não levando em consideração as dores que ao próximo o seu bem-estar pode ter custado.

2) Inversão. O sujeito diz querer tirar deste fenômeno uma lição, estudando-lhe o mecanismo e corrigindo-lhe os erros. Neste caso uma ação, que nada tem de correta, vem apresentada como um fenômeno que se estuda para dela se extrair uma lição edificante.

3) Substituição. A atividade benéfica, apresentada como tal, corresponde a uma planificação do

tipo subconsciente, e significa o uso de sua ética no lugar daquela da Lei.

De tudo isso não se pode culpar o sujeito, porque ele, em seu nível evolutivo, não pode aperceber-se quão imoral é a sua conduta, se vista de um nível evolutivo superior. Esta fase do subconsciente é uma fase do desenvolvimento psíquico humano na qual o indivíduo pode cometer graves erros sem se aperceber, permanecendo tranqüilo e inocente, dada sua ignorância. Mas este fato não o exime das conseqüências de seus atos. É fácil imaginar onde irá terminar uma trajetória iniciada a partir de um exame de consciência como aquele agora observado. Não se pode impedir que a vida, naquele nível, seja uma dura escola para aquele indivíduo, sempre com o saudável objetivo de aprender. E quando este homem tirava sua vantagem em prejuízo dos outros, gozando os benefícios que lhe trazia, ninguém pôde convencê-lo do contrário. Ele acreditava que Deus estava com ele e cheio de convicção agradecia-lhe a ajuda. Assim, a seu modo, em seu nível, pode ser grato a Deus, quem, tendo sabido roubar, acaba gozando de uma boa vida.

Isso em nosso mundo não é excepcional, o que nos leva a considerar qual seja a substância das relações sociais quando o órgão de julgamento da conduta é do tipo subconsciente, como aqui observado. Então não se julga imparcialmente, com base na Lei, mas o próprio eu é que faz a lei como se fora centro e juiz universal. Que acontece então? O sujeito não se refere à Lei de Deus situada acima dos indivíduos, para aceitar-lhe os juízos imparciais formulados por ela segundo seus princípios; mas ele tomou o lugar da Lei e substituiu seu próprio julgamento ao daquela.

É fácil então imaginar aquilo acontecer em uma multidão de tais indivíduos e juízos relativos, pessoais. Cada um faz-se lei em substituição à grande Lei, e julga com o próprio eu. Eu julgo outro, mas o outro me julga. E eu faço de mim mesmo centro de meu julgamento, como o outro faz de si mesmo centro de seu julgamento. Nasce um regime de guerra, tornando-se necessários o escudo e a espada. Isso significa forjar para si mesmo um escudo-cobertura feito de virtudes postas à vista e, em relação aos outros, valer-se de uma espada para abater-lhes o escudo-cobertura similar e descobrir seus defeitos.

Suponhamos um encontro entre um avarento e um sensual. O avarento tomará a atitude de um santo casto para esconder sua avareza, acusando o outro de erotismo. Este fingir-se-á de generoso para esconder os seus excessos eróticos, acusando o outro de avareza. Assim cada um recebe, reciprocamente, a lição dada pelo outro. Todos se escondem e mistificam-se uns aos outros. "Veja de que o outro não o acusa e saberá qual é seu defeito". Por tudo isso vê-se quanto é difícil fazer um verdadeiro exame de consciência, quando aos impulsos instintivos do subconsciente se sobrepõe a orientação iluminada da mente que conhece a Lei.

X

COMO FAZER UM NOVO EXAME DE CONSCIÊNCIA

O exame de consciência é urna constatação de fato daquilo que somos, é uma análise inicial para tomar conhecimento das nossas qualidades. A finalidade é prever as conseqüências que daí derivarão, a direção em que lançaremos as forças de um acontecimento, a trajetória que essas forças seguirão e o ponto ao qual elas devem chegar. Trata-se de um exame preventivo para tomar conhecimento das causas que, segundo sua natureza, o nosso eu nos leva a movimentar na fase inicial de um fato, permitindo a previsão de seu desenvolvimento como conseqüência daquelas causas, até o resultado final com o qual aquele fato se conclui. A finalidade deste exame, pois, é de saber, dado aquilo que colocamos em órbita, como dirigir e corrigir o fenômeno em fase de desenvolvimento, para levá-lo a bom termo.

Diferentemente do exame de consciência comum, neste não interessam as apreciações sobre o

valor das próprias qualidades, o que leva a estabelecer uma comparação com os outros indivíduos, tornando-se como modelo. O julgar não serve para quem usa a técnica da intervenção. É necessário ao contrário do que se crê, olhar somente para si mesmo, porque é só o próprio eu que entra em órbita durante o desenvolvimento do caso. E o objetivo do exame é estabelecer uma trajetória justa, e não vencer o próximo no cômputo de virtudes.

Dir-se-á: “mas devemos todavia examinar também as nossas qualidades boas”. Sim, mas com este exame de consciência procuramos não as virtudes, mas os defeitos. Porque são estes que nos levam a cometer erros, originando o sofrimento com o qual devemos pagá-los enquanto o trabalho que aqui queremos fazer é antes o de saber evitar aqueles erros e aqueles sofrimentos. Daí se conclui que julgar os outros nos leva para fora da estrada.

Se possuímos boas qualidades, ninguém pode impedir que elas produzam seus bons frutos. Mas não devemos lutar por isto, porque automaticamente acontecerá. Nossa luta deve deslocar-se para o lado defeituoso, que se torna erro, causa de nossas dores. A finalidade da técnica da intervenção é exatamente evitar estas dores. Este é o problema que nos interessa e que aqui estamos examinando.

Dir-se-á ainda: “mas um julgamento de si mesmo deve existir, e cada um deve alcançá-lo”. Mas então quem o faz? Fá-lo a Lei e o homem o vê escrito no resultado obtido por ela. O exame é o ponto inicial, o julgamento o ponto final. A lei fala com fatos. O julgamento da Lei será a posição boa ou má, na qual o indivíduo se encontrará no fim da experiência.

Tomemos um exemplo. Os cálculos que os técnicos de astronáutica fazem antes de lançar um míssil sobre a Lua são a fase inicial, o exame de consciência. O que mais importa é não cometer erros, porque depois eles se transformam em desastre. A fase conclusiva é o julgamento por parte da Lei que, fazendo um sucesso da experiência, nos diz que os cálculos ou exame de consciência foram exatos ou, por outro lado, fazendo falhar a experiência com um desastre, nos diz que os cálculos, ou exame de consciência, estavam errados. O julgamento é evidente e se processa segundo os métodos da Lei, pelos quais cada erro é pago com o próprio dano. No campo moral a Lei age do mesmo modo, porque ela é a mesma em cada campo.

Assim, como o técnico da astronáutica deve temer, acima de tudo, os erros de cálculo que o levam a estabelecer uma órbita errada, também, quem se prepara para fazer o exame de consciência deve temer, acima de tudo, os seus defeitos, que levam ao mesmo resultado: erros e dores. Poder-se-ia objetar então que o exame de consciência é feito em sentido negativo, o que é lógico, de vez que o ponto tomado como alvo é exatamente o erro e o objetivo é evitá-lo.

Findo o exame de consciência, ponto por ponto, veremos que entre todos os defeitos há um dominante que define o tipo de cada indivíduo. Ele pode ser o avaro, o sensual, o egoísta, o dilapidador, o violento, o hipócrita etc. Cada um destes tipos é exposto aos perigos ligados ao seu defeito. Eis a necessidade de que ele se ponha em guarda, colocando-o bem em foco e vigiando-o, para que não o leve a cometer os erros correlativos. Dado o seu tipo, é natural que cada um tenda a lançar a trajetória de sua vida ao longo de uma rota assinalada por excessos naquela direção. Estão, portanto, à vista erros daquele gênero.

Entende-se por que os indivíduos têm necessidade de controlar-se, especialmente naqueles pontos fracos, perigosos para eles. Compreende-se a necessidade de não entrar naqueles caminhos, de não se lançar por aquelas rotas, mesmo que para aqueles tipos elas sejam as mais atrativas. O desastre com o qual elas terminam não é necessário experimentá-lo pessoalmente, porque se pode constatá-lo nos outros a cada dia, observando quais são para eles as consequências dos atos positivos e negativos. Controlar-se então em primeiro lugar, não se expondo naquele ponto, no qual se é mais vulnerável. Parece-se a um calcanhar de Aquiles que atrai as maiores dificuldades. Por que exatamente naquele ponto? Porque é ali que, levados pelo impulso imoderado, o ser se excede, vai contra a Lei, erra e deve pagar. Trata-se de um desequilíbrio que atrai, como força corretiva, a dor.

Se, naquele ponto se localiza o maior perigo, é necessária toda a atenção para contê-lo, dominá-lo, enfim, submetê-lo à disciplina da razão. Assim que o violento procure ficar parado, o sensual se

contenha, o avarento seja generoso etc., reduzindo os próprios impulsos aos limites do normal, porque mal ele se excede, está pronto o golpe corretivo

O exame de consciência prolonga-se por toda a vida, devendo-se observar de frente qualquer circunstância. A cada ato deve-se perguntar: "por que o fiz?" E então examinar qual é a verdadeira natureza dos impulsos que nos moveram. É necessário buscar, pôr a nu o subconsciente que se esconde e nos engana para satisfazer-se. Estamos em um campo de forças negativas, feitas de traição. E delas que nos devemos defender, não daquelas positivas. Assim, se alguém não é ladrão, isso não lhe merece atenção, porque ele não o é. Ele o sabe e isso basta. A oportunidade de sê-lo não lhe é perigosa e nem o atinge. Pode ser, porém, muito mais perigoso para ele um defeito que ele tenha. É o vício que nos dá o golpe contrário, não a virtude. Um homem pode ter mil virtudes e um só vício Receberá o golpe daquele vício. Poderá triunfar no terreno de suas mil virtudes mas aquele golpe ninguém impede. O ponto do vício é o espaço doente Se dos meus dez dedos só tenho um doente, devo ocupar-me deste e não dos nove sãos.

Por isso é necessário analisar-se, para corrigir-se ou endireitar-se. Procurar esconder-se e arranjar pretextos para justificar-se é um método desastroso, porque aumenta a culpa e a pena final, da qual não se escapa jamais. Todavia este método maquiavélico foi o mais usado no passado, considerado talvez por quem o inventou, como obra engenhosa e útil descoberta.

É preciso entender que o exame de consciência que se faz diante da Lei de Deus é muito diverso daquele que se faz diante das leis humanas. Estas golpeiam quando o indivíduo executou o delito. A Lei golpeia também mesmo que não tenha passado de pensamento ou desejo, porque, com isso, ele demonstrou-se capaz de fazê-lo, ainda que não o tenha realizado porque os fatos o impediram.

O exame de consciência é auto-exame, isto é, exame de si mesmo, feito por si mesmo, sozinho, consigo mesmo. Não devemos olhar os defeitos dos outros, mas só os nossos, um a um, porque só este é que nos cabe corrigir. Podemos, porém, utilizar o julgamento de outros, pelo fato de que ele é o mais adaptado a mostrar-nos quais são os nossos defeitos, a fim de conhecermos melhor a nós mesmos. Os olhos alheios, sendo feitos de rivalidade, são mais agudos do que os nossos, os quais, pelo contrário, são levados a ver as nossas virtudes e a esconder os nossos defeitos.

O tipo contrário indica o nosso defeito porque ele não o tem, e não nos atinge porque vive em outra dimensão, não é nosso rival. Por isso ele serve como exemplo de um indivíduo íntegro. O tipo similar a nós, não nos indica o nosso defeito, porque ele também o tem e, acusando-nos, acusar-se-ia a si mesmo. Encontra-se no mesmo nível de comportamento, e comete os mesmos erros.

O termo de comparação com que nos medimos a nós mesmos no exame de consciência não é uma lista de mandamentos e um código de leis, mas o resultado de nosso comportamento, isto é, um fato concreto, previsível para quem conhece a técnica funcional da Lei, ainda antes do lançamento da trajetória, segundo o tipo que escolher. Mas este conhecimento, além de um cálculo teórico, pode nos vir, como já foi mencionado, pela observação de como tem funcionado a Lei, em dadas circunstâncias, em relação ao comportamento de outros. Tanta gente viveu antes de nós. Basta observar como a Lei funcionou para eles. Todos nós sabemos como mais ou menos vão terminar certas atitudes. Devemos então evitar assumi-las, se não quisermos que a mesma coisa aconteça conosco, porque sabemos que naquelas condições ela acontece.

Este exame preventivo de consciência não é, portanto um quebra cabeça inútil. Nós não somos moralistas. Falamos em termos utilitários. Quando soubermos, com base em um correto exame de consciência, lançar a trajetória de um caso ou de uma vida, evitando-se uma rota negativa, que nos obrigará a sofrer as conseqüências danosas, mas segundo uma rota positiva, a vantagem será toda nossa. Poderemos então ter uma vida planificada, sem golpes ou dores, porque nos moveremos naquela direção.

E se, andando pelo caminho, as coisas vão mal, sendo de nosso conhecimento o mecanismo da Lei e a técnica da intervenção, um exame de consciência, repetido a cada passo, permitir-nos-á que nos apercebamos dos erros cometidos no lançamento da trajetória e indicar-nos-á os meios corretivos da mesma. É lógico que, se assim conseguimos sair da rota errada, tantas dificuldades que lhe são conseqüentes deverão desaparecer. Tudo isso conduz a um modo de viver menos doloroso do que aquele

do passado. Esta saída da rota errada é como uma redenção dos males que nos agravavam. Aquilo que nos desviava era um defeito. Libertados dele, ficamos livres também das conseqüências.

É certo que este é um modo de viver mais difícil que permite menos loucuras. Quando o aluno passa para a universidade, deve saber estudar por si mesmo sem a orientação do mestre, porém encontra um ambiente mais intelectual. Isto é o que acontece com o exame de consciência. Mais liberdade e mais responsabilidade. Encontrar-se sozinho perante a própria consciência e diferente de encontrar-se perante um juiz humano ou um código. Com isso passa-se de uma disciplina exterior a outra, mais exata e completa, que penetra fundo até as raízes, ao nível da motivação; uma disciplina que está dentro de nós e nos liga ao íntimo e que, portanto, não se pode enganar.

Esta interioridade da disciplina, que chega até a substância de nossa conduta, corta pela raiz o sistema de escapatórias com o qual se procura evadir da Lei. Colocamo-nos então diante dela, em posição de retidão e não de fuga, isto é, dirigida ao positivo e não às avessas, ao negativo. Isso significa amizade para ser ajudado e não inimizade para ser golpeado. Vê-se como é loucura seguir este segundo método tão desvantajoso. Por isso aqui explicamos a função do exame de consciência, para mover-nos segundo a Lei.

É evidente que a finalidade deste exame é evitar a lição dolorosa que se segue ao erro, uma aprendizagem de alunos inteligentes que sabem raciocinar e entendem e não de alunos que procedem como asnos, e só aprendem à força de chicotadas. O fato é que devemos aprender. Desta determinação não se escapa. As evasões não servem e então, se não aprendemos de um modo, aprenderemos de outro, o que se torna tanto mais inaceitável quanto mais o homem evolui e compreende.

O exame de consciência torna-se o passo inicial e decisivo para aplicar o sistema positivo da retidão, segundo a Lei, e assim receber desta um tratamento favorável. A inconveniência do sistema oposto salta aos olhos tão logo se consegue compreender. De fato, dado que a Lei não permite que a justiça seja violada, quem quer evadir-se termina por dever fazer tudo aquilo que o aguarda, não espontaneamente, mas à força de golpes dolorosos. Com o sistema da honestidade, faz-se o devido trabalho somente uma vez; com o sistema do engano tem-se primeiro a fadiga de construir o falso, para assistir depois o seu desmoronamento porque ele não se sustém, e ao fim tem-se de refazer tudo de novo, no sentido oposto e à força.

O exame de consciência serve para adquirir conhecimento dos erros e das futuras conseqüências. Então alguém se pergunta: "mas que estou fazendo?" Assim se examina ato por ato, verificando-se se ele corresponde à retidão. O exame nos põe na presença da Lei para ver se nos colocamos em cima de um trilho que leva ao bem ou em cima de outros que levam ao mal. No passado, vivia-se na ilusão de que, à força de astúcia, depois de cometido o erro, podia-se evadir das lições da dor. Acreditava-se que fosse possível escapar sem pagar. Isso, sem dúvida, era muito cômodo. Mas quando se conhece a Lei, vê-se que tal injustiça só é possível no cérebro de quem não compreende. Não é que não se saiba fazer aquele jogo, mas procura-se evitá-lo porque se vê que não convém.

Para melhor nos convenceremos disso, o que é fundamental para o nosso bem, observemos que, no passado, este problema foi resolvido. Tentou-se fazê-lo de uma forma diversa daquela aqui apresentada, mas que se explica, analisando-lhe a gênese e a razão. Aquela época o homem estava preso a seus instintos e o que mais o premia era satisfazê-los. Ele não levava em conta as conseqüências, porque ignorava a técnica usada pela Lei, ao ensinar. Continuava assim impassível a errar e a pagar. E o jogo, para muitos, ainda continua.

É certo que o homem tentava resolver o problema, mas em sua imaturidade não o conseguia. Desta tentativa falida nasceu a filosofia da resignada aceitação. Podemos, dessa forma, explicar a presença de uma psicologia tão anti-vital, em que o problema, em lugar de ficar resolvido, complica-se com um terceiro termo que se ajunta aos outros dois já mencionados. Isto é, em vez do binômio: erro-dor, temos o trinômio: erro-dor-resignação.

É interessante analisar este processo psicológico. A dor existia e não se sabia eliminá-la. Então, não sabendo resolver o problema, procurou-se fugir dele tomando uma via lateral que é uma tentativa de evasão não sucedida, pelo que a dor permanece, mas o indivíduo adapta-se a ela, estabelecendo um

regime de convivência pacífica. No fundo, ela é aceita, domesticada e justificada pelas filosofias sobrepostas, que procuram transfigurá-la, em vista da finalidade a ser alcançada por meio dela mesma. Chega-se quase a santificá-la, elevando-a à virtude. Procura-se, submetendo a dor a um processo de transumanização e idealização, destruir-lhe a virulência.

O resultado disso é um compromisso, um acordo tácito entre o homem e a dor, pelo qual o primeiro diz à segunda: "aceito-te, chego até a abraçar-te porque tu me purificas e me salvas, mas enquanto deixo-te nascer e crescer como queres, eu continuo a satisfazer meus desejos. Este acordo é conveniente para mim, que quero viver a meu modo, e para a Lei, que quer ensinar-me a viver de um outro". O resultado deste sistema é que o homem tende a tornar sempre mais teórica a segunda parte do compromisso, para viver de fato a primeira. Em suma, ele continua a aplicar seu sistema de astúcia também diante da Lei. Mas, como pode ele agir de outra maneira, se isto, naquele nível evolutivo, é o seu tipo de vida? Deste modo tudo se explica e tem sua razão de ser. Justifica-se, isto é, como na Terra, aquilo que é alto e ideal, serve freqüentemente de cobertura para esconder uma outra realidade, aquela realmente vivida.

Construiu-se assim toda uma filosofia religiosa que chegou ao ponto de considerar a vida terrena como uma pena a suportar, em vista da vida verdadeira, a do além. A primeira não seria então mais do que uma prova temporária, um teste, para decidir a segunda, eterna e definitiva. Agora devemos admitir que, se Deus criou a vida terrena, ela deve ter uma função e desenvolvimento próprios, e não sendo razoável entendê-la somente como condicionamento de única vida real depois da morte. Sua função é de ser uma escola, de modo que aqueles que se retiravam para o deserto eram alunos que fugiam da escola e perdiam a ocasião de aprender.

Trata-se de distorções mentais, que todavia não se podem condenar quando se pensa que foram geradas num estado de desesperação, ao qual estava reduzida a vida na Idade Média. Mas não se pode culpar as religiões de ter criado esta psicologia, porque elas apenas a secundaram para servir de conforto. É necessário também distinguir a dor de "dor". Para aquela merecida, e portanto chegada, tratando-se de um mal agora inevitável; a filosofia da aceitação e da dor-virtude é ótima coisa. Então a dor é aceita porque é benéfica, é um pagamento de débitos já contraídos. Trata-se de um hospital de doentes. Mas aquele sistema torna-se absurdo para os masoquistas saudáveis, que devem trabalhar. É anti-vital procurar a dor sem uma razão, é loucura sustentar que o sofrimento, assim compreendido, seja virtude.

Em outros livros temos sustentado o valor da dor, a sua potência de liberação do mal. E aqui, embora pareça que dizemos o contrário, podemos confirmar que a dor é um meio de redenção, porque ela é a chibata que nos ensina a não mais cometer o erro. É certo que neste caso a dor é benéfica e positiva, porque nos salva. Mas, na escola da vida, representa o método duro e o caminho longo. Ora, queremos ressaltar que há ainda o método compreensivo e o caminho curto, no qual se aprende sem chicotadas. Então, em vez de sofrer, chega-se à compreensão, refletindo o que é muito mais conveniente.

Vamos insistir, agora, nesta senda. No caso do método duro e do caminho longo, a filosofia da resignação pode ser útil, porque então o mal está feito e a dor é inevitável. Aquela filosofia é sempre um conforto e uma esperança. Isso significa que é muito mais vantajoso ter de suportar a dor, quando lhe semeamos as causas. Eis a tese que o presente livro deseja demonstrar. De outra maneira continuaremos a confortar-nos com a esperança da outra vida e a sofrer as conseqüências do mal realizado, justificando-as com o sustentar que a vida é feita para sofrer.

Hoje a febre de criação motivada pelo momento histórico não tolera mais aquelas posições de resignação preguiçosa, possíveis apenas em períodos de inércia, porque hoje se vive na expectativa do trabalho da evolução. A humanidade agora deve construir um mundo novo e as virtudes do passado fazem-se sempre mais anacrônicas. Estão surgindo outras novas, de outro tipo. Hoje não se permanece na periferia dos problemas, mas procura-se resolvê-los. Compreende-se quanto custa fazer o mal e que loucura é fazê-lo. Compreende-se que forças sutis e poderosas pomos em movimento com nossa conduta, e a necessidade de saber manejá-las de acordo com a Lei. Por isso explicamos as vantagens do método da retidão e os danos do método da fraude. Dissemos acima que aceitar uma disciplina segundo a Lei é

menos fatigante do que pagar depois a própria desordem contra a Lei. É questão de conveniência, e se trata de um cálculo utilitário. Para quem conhece a Lei, e daí as conseqüências da sua conduta, ser desonesto faz medo. Precisa-se de uma boa dose de inconsciência para fazer o mal e permanecer tranqüilo.

O homem adivinhou em suas vicissitudes a presença da Lei, mais, não sabendo decifrá-la, chamou-a o imponderável, deixando-a no estado de incógnita. Trata-se de uma força sutil, aderente às raízes das coisas, que se esconde e foge às pesquisas. Silenciosa e invisível, ela tudo penetra e dirige de dentro, estabelecendo o êxito de nossas vicissitudes. Tê-la a seu favor significa ser o mais poderoso entre os poderosos da Terra. Quem a tem contra está perdido, mesmo que seja o rei do mundo. Quem compreendeu a Lei, descobriu uma potência nova que ele pode adquirir e que o mundo não conhece. E no funcionamento da Lei que se encontra a explicação e justificação de tantos eventos humanos. Quantos colossos desmoronaram, cegados por seu orgulho, porque acreditavam tudo saber e poder! E quantos, em sua inconsciência, ainda brincam com estas forças tremendas, sem compreender para onde elas os arrastarão!

Estamos chegando ao término deste livro. O leitor nos perguntará que finalidade tínhamos, prefixado para ele. Nós não imitamos aquelas potências que, para seu próprio expansionismo, tentam impor a sua ordem, tornando-se o centro dela, preparando-se para a colisão com outros centros a fim de vencê-los. Se assim fosse, seria necessário estar armado, porque se trata de egocentrismos rivais, cada um dos quais quer dominar os outros. Vive-se ainda num regime de luta, e o método ainda vigente na Terra para estabelecer uma ordem é o do vencedor.

Nossa posição é completamente diversa. Não queremos impor nada, nem conquistar ninguém. Fazemos apenas uma constatação e mostramo-la ao leitor, de onde se conclui que as qualidades atuantes em nosso caso, não divergem profundamente das precedentes. Nós simplesmente constatamos que há uma ordem divina, universal, à qual ninguém pode escapar. Descrevemos os princípios diretivos dela, seu funcionamento e sua disciplina férrea, explicando que ela não violenta aquelas ordens humanas que respeita, e deixa o homem livre de desobedecer conforme o desejar.

Afirmamos, porém, que os fatos nos autorizam a crer que hoje estamos próximos a um momento crítico de saturação que nos obrigará a uma opção: ou o homem chega a compreender esta ordem e consegue enquadrar-se nela, ou, doutra maneira, ele, com suas próprias mãos, se mata. Somente isto é o que vemos escrito na lógica dos fatos.

CONCLUSÃO

O problema com que nos defrontamos neste livro é o de provar a importância de saber dirigir-se dentro do funcionamento da Lei, sem andar a cada passo a bater a cabeça contra ela, prolongando o sofrimento. Não há razão para que o problema da dor, quando se detectam as causas e se compreende a técnica das suas origens, seja insolúvel. Agora sabemos que há uma ordem que se chama Lei e que, quando a violamos, com isso geramos a dor. Então não violemos aquela ordem e esta dor não nascerá. A civilização e a ciência vão eliminando, cada vez mais, as causas próximas, mas não penetram até as causas profundas que restam. Vemos de fato que o homem, com seus loucos métodos de vida, é ativíssimo em determiná-las.

Ora, tudo isso está claro e qualquer um poderá utilizar este conhecimento. O problema que aqui nos propomos é um outro: encontrar o homem psicologicamente maduro para saber autodirigir-se como aqui explicamos. Este livro seria uma vá dissertação filosófica se não fosse feito para ser vivido. Mas viver essa nova proposta pressupõe uma consciência e um senso de responsabilidade não comum à massa.

Assim foi no passado. Porém já vislumbramos hoje um fato novo, que cada dia se faz mais evidente. Tudo está transformando-se rapidamente por um progresso sem precedentes em todos os campos. O atual momento histórico representa um salto à frente ao longo da linha da evolução, transformando-se a nossa vida, que é elevada a um nível biológico mais avançado. Com isso o homem está rapidamente amadurecendo para chegar a compreender, preparando-se para assumir uma nova forma mental, e com ela conceber e agir diferentemente.

Estamos convictos de que em 1971, estaremos entrando num período febril tri-decenial que desembocará no terceiro milênio, tendo amadurecido e fazendo entrar nele um homem diferente. Certamente existe e existirá ainda uma parte atrasada que não pode compreender, mas torna-se cada vez maior a parte que o pode. E esta formada sobretudo pela nova geração a que nos dirigimos. Pelo modo como ela enfrenta os novos problemas, já se vê que os quer resolver. Ela representa uma corrente da vida e nós nos inserimos nela. Neste momento é claro que o velho passado não satisfaz. Há uma necessidade de renovação e uma procura de orientação, e aqui há uma oferta. Elas não podem deixar de encontrar-se. Se a vida faz nascer neste momento esta idéia, isso significa que ela deverá servir para qualquer coisa.

Como se realiza este amadurecimento? O universo é dirigido por tantas leis. O homem vê aquilo que seus olhos, definidos por um determinado grau de evolução, lhe permitem ver. Ora, os olhos do homem do passado não estavam bastante desenvolvidos para ver a ordem com a qual aquelas leis tudo regem. Imaginaram-na, intuíram-na, mas não a viram e não a analisaram. Então a convicção verdadeira que dirigia a conduta daquele homem, era de que se vivia no caos. Ele acreditava que não havia ordem alguma, mas somente aquela imposta ao indivíduo com as próprias forças, em um mundo feito de lutas. Que esta era a verdadeira convicção provava-o seu modo de comportar-se. As filosofias e as teologias, as solenes afirmações morais eram postas bem à mostra no posto de honra, mas não eram aplicadas à realidade cotidiana. A filosofia verdadeiramente vivida era a da força para dominar e da astúcia para enganar. Isto de fato era o que realmente acontecia. Com as aparências, procurava-se esconder esta realidade, na qual se acreditava seriamente. E era natural que assim fosse, aquela era a realidade que o homem via com seus próprios olhos.

Acontece, porém, pelas leis da vida, que ele, chegando a um determinado grau de evolução, constrói um outro tipo de olhos que vêem mais profundamente. Significa que se desenvolve no homem um grau de inteligência mais avançado, capaz de entender aquilo que antes ele não compreendia. É assim que lhe aparece na mente a visão da ordem estabelecida pela Lei, a qual certamente já existia e funcionava, mas não era percebida, porque no homem ainda não se havia formado a visão intelectual necessária para enxergá-la.

Hoje isto começa a ser possível. Os sintomas são evidentes. É difícil fazer-se uma idéia da grandeza de uma tal revolução em função de suas conseqüências. Há uma total mudança dos fundamentos, isto é, da filosofia — diretriz da própria conduta. Eis, então, o que acontece: o homem vê a mais profunda realidade que antes lhe escapava e compreende que vive em um regime de ordem e não de caos. Então este homem compreende o que é o erro e não cai mais, porque faz este raciocínio: "se vivemos em um regime de ordem e não de caos, se não sou eu quem dirige os eventos, impondo-me à força, mas é uma Lei inteligente e justa, então o meu sistema de querer eu mesmo dominar não serve para fazer-me vencer, mas para violar esta ordem e, já que ela é muito mais poderosa do que eu, eu não a venço, mas sou vencido por ela. Então o único resultado a que chegarei será aquele de dever suportar em forma de dor os efeitos das lesões que provoquei naquela ordem".

Se se olhar bem, este raciocínio não é infundado, porque a permanência da dor na vida é um fato de fácil constatação, que não se pode explicar racionalmente senão como um efeito de uma contínua repetição de erros, que representam a causa. Se não se admitisse isso, seria necessário admitir um Deus mau que criou os seres para fazê-los sofrer.

E o raciocínio continua. Vencer quando se é forte e astuto, indo contra a Lei, que por sua vez é justiça, não é vencer mas perder, porque é atrair sobre si as dificuldades inerentes à própria posição de violador da ordem. Vimos como isto acontece. Aquele sistema não é uma vantagem, mas um dano, isto é,

um sistema de tolos, uma autolesão, uma fábrica de sofrimentos para cuja produção se trabalha, sem descanso. Mas que loucura é esta?

A mutação que hoje se verifica deve-se ao fato da compreensão de que comportar-se de tal modo é loucura. Antes não se era maduro nem para ver nem para reagir. Uma inteligência e sensibilidade menos desenvolvidas permitiam-nos fazer em um estado de inércia e resignação. Hoje, porém, chegamos ao ponto em que o peso das conseqüências dos erros tornou-se maior e não só a paciência, como também a margem para suportá-lo, tornou-se menor. Chegamos assim a um grau de saturação tal, que o sistema do passado não é mais tolerável e o copo transborda. O mundo está cansado de sofrer, ele busca um sistema mais inteligente no qual a dor possa ser evitada, procura qualquer coisa de claro, de limpo, que não leve a tantas dificuldades. O homem começa a aperceber-se que, nos velhos métodos, deve haver algo de errado, se os seus resultados são assim tão desastrosos. Quer descobrir o erro e corrigi-lo. Trata-se então de localizar os erros para encontrar o modo de não mais os cometer e assim não arcar com o pagamento dos prejuízos correspondentes -

Ora, para não cometer erros, é necessário permanecer na ordem, isto é, precisa-se de disciplina. Hoje, pelo contrário arrisca-se cometer um erro ainda mais grave, o de entender a libertação do passado como uma libertação de qualquer disciplina. Busca-se assim uma liberdade que leva ao caos. Mas uma liberdade entendida no sentido de poder fazer aquilo que quero, até mesmo abusar em prejuízo de outros, o que significa em contrapartida uma liberdade na qual todos podem fazer aquilo que querem, até abusarem em meu prejuízo. Acaba-se toda a garantia de segurança e a vida torna-se um estado de guerra contínua, de todos contra todos. É certo que a disciplina me pesa, mas se eu me liberto deste peso, libertam-se dele também os outros; e se me permito todas as liberdades em minha vantagem e dano para outros, estes procedem de igual modo e em prejuízo meu. A disciplina que parece sufocar a minha expansão vital, é justamente minha única defesa contra o assalto da expansão vital dos outros. A disciplina tolhe-me diante dos outros, mas tolhe também os outros diante de mim.

Na Lei, o princípio de disciplina é tão rígido, que chega ao ponto de não poder perdoar a minha culpa em relação aos outros, porque, se o fizesse, ela, por justiça, deveria perdoar, também, a culpa dos outros em relação a mim. Isso formaria um regime de desordem sem segurança, no qual o abuso não é corrigido, e a vida tornar-se-ia a escola do mal impune. A Lei nos mostra que a desordem é o maior mal possível. Conclui-se que, na compreensão deste fenômeno, está o ponto para o qual deve tender a pesquisa atual de liberdade, como se fosse o remédio do passado e o novo método a seguir.

É certo, porém, que a evolução quer avançar em direção à liberdade, mas isso em outro sentido. Então liberdade deve significar a abolição da servidão à autoridade, imposta pelos interessados em sua vantagem sobre seus próprios dependentes; mas paralelamente deve significar também a formação de um senso de responsabilidade, pelo qual o homem se sujeita livremente a uma própria disciplina interior que lhe é imposta por si mesmo, fazendo-se, assim, o construtor e o senhor daquela ordem que antes devia acatar pela vontade de outros. Só assim se pode obter a liberdade hoje tão cobiçada sem cair no caos, o maior perigo que ameaça quem inconsideradamente hoje procura uma liberdade-abuso, em vez de uma liberdade feita de disciplina e responsabilidade.

Infelizmente, porém, ainda hoje domina o velho conceito pelo qual a liberdade é entendida como libertação de um estado de servidão; sem estar ainda consolidado o novo conceito de liberdade, com autodisciplina, segundo a Lei. Isso se deve ao fato de que o primeiro modo de entender a vida é próprio do nível evolutivo inferior, no qual vigora o princípio da luta pela vida, e o homem ainda está em parte neste nível, enquanto o segundo modo é próprio do nível evolutivo mais alto, no qual vigora o princípio da ordem da Lei, nível que só hoje o homem está prestes a atingir. Não se pode realmente chegar à liberdade senão quando o indivíduo consegue substituir a disciplina que lhe é imposta por um amo, por aquela que lhe é imposta por si mesmo. Quem não sabe fazer isto fatalmente cai no caos, o que o obriga a chamar um outro senhor que o domine e assim restabeleça a ordem. A liberdade em demasia leva à perda da mesma, conseqüência de uma lei fatal da vida.

A humanidade já tende a constituir-se em um estado orgânico de cooperação. Em tal regime

social, que cada vez mais se dirige para a coletivização das funções, o separatismo e a falta de disciplina tornam-se contraproducentes, devendo-se eliminá-los como um mal social. Hoje a evolução pressiona, forçando o homem a entrar neste novo regime de vida. Então a psicologia da luta à base de individualismo egoísta é substituída pela psicologia de disciplina do viver segundo a Lei. Tal mutação atinge as raízes do problema biológico fundamental da sobrevivência. A coisa mais importante na realidade é resolver este problema e para atingir essa finalidade, é preciso possuir uma arma de defesa. Esta arma no passado, já dissemos que era a força ou a astúcia. O homem tem medo de abandoná-las, sente-se inseguro em fazê-lo porque sabe que vive em um regime de luta. É também por isto que ele demora em adotar a técnica de retidão. Os dois termos do problema, as duas posições, estão frente a frente: ou assumir como base da própria potência a capacidade de impor-se para dominar no caos; ou basear-se, pelo contrário, na retidão, vivendo na ordem segundo a Lei. O homem tarda em compreender que a segunda arma é mais potente e segura. Trata-se de uma técnica muito diferente da outra, para que possa ser compreendida e aplicada de súbito.

Não mais força e astúcia, mas retidão. Muda-se tudo. A própria posição de segurança é encontrada, não no poder individual, mas na Lei. Eis o fato novo. Parece incrível que a retidão possa ser uma força defensiva que assegura a sobrevivência. É assim que o homem justo, se torna invulnerável aos ataques inimigos, porque não pode ser ferido se não o merece. Vive-se então uma vida baseada sobre outros princípios. Compreende-se quanto era errado o método do passado. Mas como poderia compreender isso quem estava naquele nível, e não tinha olhos para ver mais além? Arruinava-se, mas não via. Procedeu-se sempre assim e a dor permaneceu fiel companheira do homem, até que ele terminou por considerá-la um mal necessário e adaptou-se a ela, desenvolvendo a virtude da resignação, em vez de descobrir-lhe a causa para suprimi-la.

Hoje o mundo acha-se carregado de dificuldades que são consequência daquilo que, com tais métodos, foi semeado no passado. A realidade é dura, por causa dos efeitos dolorosos, mas é fatal porque, quando semeamos as causas, a Lei não admite escapatória

Então, se aqui falamos, é porque nos dirigimos à nova geração, para que, observando os fatos e compreendida a lição, não caia no mesmo erro. Os jovens encontram-se em fase de semeadura, estão portanto em condições de evitar os precedentes que ocasionaram os efeitos que nós, os mais velhos, devemos suportar hoje como consequência do passado. A eles explicamos neste livro o problema, porque estão em condição de compreender. Trata-se de implantar a vida sobre um regime novo. Para o passado, o que foi feito, foi feito. Aqui se trata do futuro. Se os jovens souberem plantar uma boa árvore, a humanidade futura não se encontrará entre ervas daninhas como a atual. Porém, se eles cometerem novos erros, pagá-los-ão. A velha geração fez seu trabalho a seu tempo, e à nova pertence a oportunidade da construção do mundo novo.

À nova geração cabe dar o salto. Momento crítico de grande importância, mas perigoso. Até agora a disciplina tem sido imposta por uma autoridade e temos visto como procuramos desvencilhar-nos de ambos. Ver-se-á que a disciplina está nas coisas, férrea porque está na Lei que lhe dirige os movimentos. Antigamente, para persuadir, bastavam as lendas. As afirmações não comprovadas eram aceitas por sugestão. Hoje o jogo psicológico do subconsciente ao qual se obedecia foi desmontado. Tudo é submetido a controle racional, distingue-se o que se conhece do que desconhece, porque quando se sabe, sabe-se de verdade, e não se fica mais no mundo da fantasia.

O amadurecimento é vertiginoso, o salto é arriscado. Trata-se de uma mudança evolutiva para uma civilização mais alta. Mas somos otimistas. O movimento é revolucionário, mas se a vida o lança, isso é porque ele é destinado à realização; se ela propôs hoje e não antes este trabalho, isso quer dizer que ele lhe serve e que é possível executá-lo. A vida é uma série de provas feitas para serem superadas. Demonstra-o a evolução atingida. É certo que o homem deverá sofrer a sua fadiga, mas a vida colabora com ele, como em um trabalho de equipe, porque ela quer vencer em primeiro lugar, realizando seus planos por meio dele. Já que a vida é econômica e utilitária, ela orienta para que não haja desperdício inútil no trabalho. Neste caso há uma fadiga ainda maior que não pode ser desperdiçada: aquela sofrida

pelo homem para chegar a produzir o fruto precioso que é o seu atual nível evolutivo. Ora, se a experiência atual parece pôr em perigo uma tão grande construção, mas se hoje a vida propôs esta experiência, isso quer dizer que o momento é apropriado e que há uma boa probabilidade de sucesso. Tais movimentos não são, nem um acaso, nem uma improvisação, mas movimentos preparados há séculos através do amadurecimento de todos os elementos necessários, com um trabalho proporcional à importância do acontecimento.

Com este livro aproximamo-nos de um mundo novo que nos espera; olhando esse mundo, parece-nos avançar sobre um continente inexplorado, descobrindo vales, rios e montes. Estamos ainda na costa. Que haverá mais longe, no interior? Temos percorrido tantos caminhos através de outras terras, a fim de podermos empreender agora a exploração desta nova terra, que se apresenta tão vasta. Não pretendemos ter visto senão uma orla e mostrá-la a quem ainda queira avançar por caminhos inexplorados, sob orientação da Lei, com profundo conhecimento.

F I M